

**UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
MESTRADO ACADÊMICO EM TURISMO**

**Débora Beron Pinto**

**OS DESAFIOS METODOLÓGICOS PARA UMA ABORDAGEM CIENTÍFICA DO  
TURISMO: O Inventário Turístico**

**Caxias do Sul**

**2007**

**Débora Beron Pinto**

**OS DESAFIOS METODOLÓGICOS PARA UMA ABORDAGEM CIENTÍFICA DO  
TURISMO: O Inventário Turístico**

Dissertação de pesquisa apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Universidade de Caxias do Sul, como requisito à obtenção do título de Mestre em Turismo.

Orientadora: Profa. Dra. Mirian Rejowski  
Linha de Pesquisa: Construções Teóricas e Modelos de Aprendizagem Social

**Caxias do Sul  
2007**

Dedico este trabalho à memória de minha madrinha Neiva Kassick, eterna fonte inspiradora, que ensinou o compromisso de viver na busca do conhecimento, sabendo enfrentar os desafios.

## Agradeço

A meu pai, Zé Luiz,  
pelo permanente apoio, torcida e incentivo a minha caminhada acadêmica e  
profissional;

A minha mãe, Neuza,  
pelo amor incondicional e pelos sábios e iluminados ensinamentos para vida;

A Igor, meu irmão,  
a alegria da realização de sonhos tão diferentes;

A Dra. Marutschka Moesch, querida professora,  
que me auxiliou nas descobertas do conhecimento do Turismo;

A meus colegas de mestrados Lu, Tinti, Adri, Vanessa e Carol,  
cúmplices de uma caminhada pela inovação, pelos debates acaloradas das noites  
frias na serra gaúcha;

A Karla Gonçalves, Maximilianus Pinent, Tatina Dias,  
Roseane Rockenbach, Clarice Mosele e Mariana Xavier, pela amizade e carinho nos  
momentos de estresse;

Aos colegas do Ministério do Turismo,  
pela paciência e auxílio;

A minhas primas-irmãs,  
pelo carinho e aconchego nos momentos difíceis.

Finalmente, a minha orientadora, Dra. Mirian Rejowski,  
pelo acolhimento intelectual, pelos ensinamentos, pela compreensão e estímulo.

Amo todos vocês e agradeço do fundo do coração!

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	10
<b>1 DOMÍNIO CONCEITUAL DO TURISMO.....</b>	16
1.1 FUNDAMENTOS CONCEITUAIS: O PARADIGMA DO SISTEMISMO....	16
1.1.1 Sistema de Turismo.....	17
1.1.2 Conjunto das relações ambientais.....	21
1.1.3 Conjunto da organização estrutural.....	24
1.1.4 Conjunto das ações operacionais.....	26
1.2 EVOLUÇÃO DO TURISMO NO BRASIL.....	27
1.2.1 Organização inicial (1956-1965).....	27
1.2.2 Proposição de uma Política Nacional de Turismo (1966-1990).....	28
1.2.3 Consolidação da Política Nacional de Turismo (1991-2002).....	31
1.2.4 Atualidade (2003 - 2006).....	32
1.3 PLANEJAMENTO E PESQUISA DO TURISMO NO BRASIL.....	35
1.3.1 Sistema Nacional de Turismo (SNT).....	35
1.3.2 Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT).....	40
1.3.3 Plano Nacional de Turismo do MTUR.....	43
1.3.4 Estado no Processo de Planejamento do Turismo.....	48
1.3.5 Planejamento turístico municipal com suporte em sistemas de informação.....	52
1.4 METODOLOGIA DE INVENTÁRIO DA OFERTA TURÍSTICA.....	56
1.4.1 Conceituação.....	56
1.4.2 Modelo do SNT.....	57
1.4.3 Modelo do PNMT.....	58
1.4.4 Modelo do SISTUR.....	60
1.4.5 Modelo do Sistema de Informação.....	61
<b>2 PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS.....</b>	63
2.1 MÉTODO: DIALÉTICA HISTÓRICO-ESTRUTURAL.....	64
2.2 ESTRATÉGIA METODOLÓGICA.....	68
2.3 DESCRIÇÃO DAS CATEGORIAS DE ANÁLISE.....	71
2.3.1 Categoria Ciência.....	71
2.3.2 Categoria Conhecimento Científico.....	75
2.3.3 Categoria Método .....	78
2.3.4 Categoria Planejamento.....	81
2.3.5 Categoria Sustentabilidade.....	83
2.3.6 Categoria Turismo.....	85
<b>3 DESAFIOS METODOLÓGICOS DO TURISMO: O CASO DO PROJETO- PILOTO DO MINISTÉRIO DO TURISMO.....</b>	89
3.1 APRESENTAÇÃO DO OBJETO.....	89
3.1.1 Programa de Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil.....	89
3.1.2 Sistema de Informações Turísticas do Programa (Módulo 6).....	95
3.1.3 Projeto-piloto Inventariação da Oferta Turística.....	97
3.1.3.1 Descrição do Projeto-piloto.....	97
3.1.3.2 Projeto-piloto e a experiência do Rio Grande do Sul.....	101
3.2 EVIDÊNCIAS DAS PRÁTICAS METODOLÓGICAS DO INVENTÁRIO DA OFERTA TURÍSTICA.....	108
3.2.1 Visão dos alunos e professores.....	108
	120

<b>3.2.2 Análise dos resultados da pesquisa.....</b>	<b>126</b>
<b>3.3 Possibilidades de superação metodológica.....</b>	
<b>4 AVANÇANDO NA CONCEPÇÃO DE TURISMO COMO UM FENÔMENO</b>	<b>134</b>
<b>SOCIAL COMPLEXO: EVIDÊNCIAS FINAIS</b>	<b>138</b>
<b>BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>142</b>
<b>ANEXOS .....</b>	

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Sistema de Turismo (SISTUR) – modelo empírico.....	18
Figura 2: Sistema de Turismo (SISTUR) – modelo referencial.....	19
Figura 3: Sistema de gestão.....	35
Figura 4: Sistema integrado de planejamento turístico.....	36
Figura 5: Sistema nacional de informação turística.....	38
Figura 6: Modelo norte-americano de processo de planejamento turístico.....	43
Figura 7: Transformação de dados em informação.....	54
Figura 8: Interface do banco de dados.....	55
Figura 9: Modelo de gestão do Plano Nacional de Turismo do Ministério apoiado no Plano Regional de Turismo.....	90
Figura 10: Sistema de informações turísticas do Programa.....	96
Figura 11: Fluxograma das etapas do projeto de inventariação.....	100
Figura 12: Distribuição espacial das IES.....	100

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1: <i>Inputs e outputs</i> das políticas do Turismo.....	50
---	----

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Relação atual dos inventários turísticos.....	102
---	-----

## RESUMO

Pesquisa sobre o processo de inventariação da oferta turística, com foco no projeto-piloto do Ministério de Turismo desenvolvido nos municípios do Rio Grande do Sul no período de 2005 a 2006, com o apoio de docentes e discentes de cursos superiores de Turismo. Objetiva analisar a eficácia da metodologia do inventário, sinalizando métodos que permitam a sua compreensão como um instrumento dinâmico, capaz de subsidiar o planejamento sustentável do Turismo. Com base na Dialética Histórico-Estrutural, o estudo foi realizado por meio de: análise do modelo de inventário da oferta turística; compreensão das categorias de análise do fenômeno turístico através da complexidade de suas inter-relações; e verificação da postura de pesquisadores do tema. Os meios de pesquisa utilizados foram: a entrevista semi-estruturada, a observação participante e a análise de conteúdo. Os resultados discorrem sobre os aspectos da produção de conhecimento turístico, as contradições em relação aos avanços na concepção do Turismo como um fenômeno social complexo e os parâmetros adotados no inventário da oferta turística. A conclusão foi de que a metodologia do Inventário da Oferta Turística, por ser fragmentada, reducionista, a-histórica e mecanicista, seguindo uma lógica positivista, não alcança o complexo fenômeno do Turismo. Por sua vez, a visão dos participantes do projeto-piloto no Rio Grande do Sul mostra a fragilidade do processo, falta de comprometimento e de conectividade entre pesquisa, projeto e Política Nacional de Turismo. Assim, não houve a construção de dados científicos efetivos e abrangentes, o que tornou frágil e parcial a base de dados para o planejamento do Turismo.

Palavras-chave: Turismo; políticas públicas; metodologia do inventário da oferta; projeto-piloto; eficácia; Rio Grande do Sul.



## **ABSTRACT**

Research on the inventory process of tourism supply, focusing on the Ministry of Tourism pilot project developed in the cities located in Rio Grande do Sul in the years of 2005 and 2006, supported by professors and students of superior courses of Tourism. It aims to analyze the effectiveness of the inventory methodology, pointing methods that allow its understanding as a dynamic instrument, able to subsidize the Tourism sustainable planning. Based on Historical-Structural Dialectic, the study was carried through by means of: analyzing the tourism supply inventory model; comprehending the analysis categories of the tourist phenomenon through the complexity of its Inter-relations; and verifying the subject researchers position. The research tools used were: the half-structuralized interview, the participant observation and the content analysis. The results discourse on the aspects of the tourist knowledge production, the contradictions in relation to the advances in the Tourism conception as a complex social phenomenon and the parameters adopted in the tourism supply inventory. The conclusion was that being the tourism supply inventory methodology fragmented, reduced, non-historical and mechanist, as well as following a positivist logic, does not reach the Tourism complex phenomenon. Therefore, the pilot project participants' vision shows process fragility, and lack of compromise and connectivity among research, projects and the National Politics of Tourism. Thus, there was not any construction of effective and broad scientific data, making the database for Tourism planning fragile and partial.

Key-words: Tourism; public politics; methodology of the inventory of tourism supply; pilot project; effectiveness; Rio Grande do Sul.

## INTRODUÇÃO

O Turismo, na perspectiva das Ciências Sociais, é visto como um fenômeno humano e, como qualquer outra atividade também humana, só pode ser plenamente entendido como um processo histórico e a partir de uma prática bem estruturada teoricamente. Isso permite compreender não só sua origem, mas também sua evolução e direcionamentos, por exemplo, às novas formas de se compreender e de se estudar a atividade.

Por ser concebido como um fenômeno no contexto da história e na sociedade, é óbvio que o Turismo implica constantes movimentos, mudanças, transformações e desenvolvimento, acompanhando não só o curso daquela, como as conexões, interdependência e interações dessa. Nesse sentido, os conceitos essenciais à compreensão desse processo complexo só podem produzir conhecimentos se aplicados com base em uma metodologia constantemente atualizada e adequada ao estudos dos fenômenos aos quais se referem.

Retrospectivamente, percebe-se que o crescimento do Turismo esteve diretamente ligado ao avanço do capitalismo e ao crescimento da atividade industrial. Assim, foi se constituindo associado às respectivas performances econômicas, sendo, conseqüentemente, apresentado, estudado e analisado com base em categorias da ciência moderna, cartesiana. É validado, em especial, pelas possibilidades econômicas de impulsionar crescimento e levar progresso aos países.

Freqüentemente, dá-se ênfase particular ao caráter economicista do Turismo. E sob esse paradigma da modernidade, associado à lógica industrial, foi inclusive apresentado como uma “indústria sem chaminé”. Segundo essa lógica, apenas produtos produzidos em série e em quantidade – todos vistos como mercadoria – teriam sucesso ao mercado. Em decorrência dessa visão, o estudo dos produtos organiza-se mais de acordo com padrões estabelecidos pelo fazer-saber, fruto do empirismo, enquanto sua análise baseia-se em dados quantificáveis e mensuráveis, a partir de modelos estatísticos. Tal enfoque prático no “fazer” limitou o avanço das pesquisas nas teorizações referentes aos processos de construção do conhecimento do Turismo.

Na segunda metade do século XX, importantes mudanças socioculturais foram registradas, induzindo a alterações no comportamento, gostos e preferências da demanda, que passou a buscar não só novos lugares, mas também novas

experiências. Conforme Molina (1998), trata-se do pós-turismo, que rompeu com os “turismos tradicionais”, de caráter industrial e centrados em diferentes etapas evolutivas. O pós-turismo implica novas concepções, enfoques e, conseqüentemente, novas metodologias e tecnologias para sua avaliação e análise, além de algumas variáveis, as quais podem ser vislumbradas globalmente:

- demanda: com uma grande quantidade de informação, complexa, exigente e em constante transformação, quanto à forma pela qual decide e como se comporta durante as viagens. Demanda interessada, cada vez mais, num turismo ativo, no qual assume o papel de protagonista; consciente da importância da relação preço/qualidade e, portanto, do valor das férias;
- mercados: integrados, gerando ofertas múltiplas de produtos/serviços, com grande variedade de preço e sinais claros da guerra comercial. Melhorias nos serviços, na informação e nas facilidades fronteiriças;
- operadores: facilidades crescentes para a operação de rotas aéreas, com grandes oportunidades para o estabelecimento de alianças estratégicas entre linhas aéreas, como meio de sobrevivência e eliminação de concorrências.
- tecnologia: favorece a penetração nos mercados, com tendência a conectar, diretamente, o consumidor com diversas fontes emissoras de informação,
- comunidades locais: tendem a apreciar o valor de seus recursos naturais e culturais. Desenvolveram uma consciência clara sobre o papel que desempenham no futuro de sua sociedade. Esperam do turismo algo mais que uma possibilidade de emprego, como, por exemplo, a ocasião de participar das decisões sobre o tipo de turismo que desejam e o tipo de turistas com os quais estão dispostos a compartilhar seu próprio espaço.

No pós-turismo, é preciso conceber novas categorias e tipos de demanda: a de várias identidades simultâneas, dinâmica e volátil, no entendimento da existência de uma gama de possibilidades de categorização. A realidade é muito mais complexa do que revelam os modelos tradicionais de pesquisa, e as motivações dos turistas para as viagens são individuais e subjetivas, segundo afirmou Molina (1998).

Em conseqüência disso, o mercado turístico tende a despadronizar os serviços de oferta, apresentando produtos mais individualizados e elaborados, agregados a eles como valor. E para isso, os destinos devem se preparar para bem

receber essa nova demanda. Os “pós-turistas” buscam o diferencial do lugar, algo que possa alimentar seu imaginário. Portanto, é necessário que a localidade se organize de forma a privilegiar seus fatores de diversificação, suas tradições e costumes, seu patrimônio cultural e natural em consonância com as características singulares do local.

Segundo Gastal (2003), no atual panorama econômico, o consumidor não compra mais só por necessidade, mas também por desejo. E o desejo leva ao consumo não só de produtos, mas também do imaginário. Logo, os produtos devem se adequar aos novos consumidores suprimindo as necessidades/desejos que estão ligadas a seu imaginário, cuja dinâmica, por sua vez, agrega outros desejos a cada nova temporada. Por isso, o turista não pode ser considerado só um consumidor de produto, mas principalmente um consumidor de experiência, o que é algo muito mais complexo que um simples intercâmbio comercial.

Nessa perspectiva, de acordo com a Organização Mundial do Turismo (OMT), o Inventário Turístico é fundamental para que se conheça o espaço destinado ao Turismo em um país ou região, visando ao planejamento, ordenação e desenvolvimento da respectiva atividade. O Inventário constitui uma ferramenta de levantamento de dados, a qual pressupõe desde a metodologia de coleta até a ordenação e consolidação de dados, representando, desse modo, um subsídio relevante para a formulação de políticas públicas na área. É, por conseguinte, um meio e não um fim em si próprio (PUC/RS, 2005).

Inicialmente, pressupõe-se um inventário daquilo que se pretende oferecer, com o sucessivo levantamento daquilo que é demandado, e a respectiva atividade possa então se concretizar.

O levantamento de informações turísticas e não turísticas, por meio do Inventário da Oferta Turística, é fundamental para o planejamento dessa atividade e elaboração de estratégias em relação àquilo que se quer para o destino determinado. Ele também fundamenta a gestão do Turismo, delimitado pela participação e pela integração interinstitucional, intersetorial e, principalmente, da comunidade. Por ele, pode-se conhecer as características e a dimensão da oferta, os aspectos que necessitam ser melhorados e/ou aperfeiçoados e as iniciativas que devem ser tomadas em relação ao aspetos sustentável do Turismo.

As práticas antigas e ainda relativamente atuais, implementadas no Inventário da Oferta Turística, exigem uma revisão teórica de seus paradigmas e critérios, para

que sejam apreendidos aspectos de sua realidade dinâmica; não há, pois, lugar para a reprodução de modelos abstratos e formais.

Em um Projeto da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, acompanhado pela autora entre 2005 e 2007, foram analisados distintos modelos de inventário, sustentando-se a afirmativa de que a dinâmica da realidade social enfocada não foi devidamente levada em conta, por ocasião das alternâncias político-governamentais no País. Embora o modelo desses inventários também tenha sofrido alterações, a metodologia de leitura dos cenários retratados permaneceu engessada no tempo. Possivelmente, a visão do Turismo como uma atividade industrial, parcelada e a-histórica - noção que caracterizou a respectiva política nacional no Brasil - não tenha exigido, quando do inventário da oferta, esforços maiores do que os de uma prática sem objetividade, principalmente nas décadas em que ele foi oficializado como atividade turística propriamente dita (PUC/RS, 2005).<sup>1</sup>

Trigo (2006) explicou que, somente após trinta anos de desenvolvimento, o Turismo brasileiro alcançou patamares de elevada qualidade operacional e de planejamento, embora ainda haja muitos pontos a aperfeiçoar. É o caso do Inventário da Oferta Turística, cuja concepção e metodologia devem estar perfeitamente adequadas à organicidade exigida para que o Turismo brasileiro se desenvolva de forma sustentável.

Nesse ponto, destaque-se que conceber o Turismo sob a ótica da experiência e da época do pós-turismo é mais complexo e requer novos enfoques teóricos e metodológicos, ou seja, em uma abordagem além da cartesiana.

Assim, ante a problemática das questões observadas acima, este trabalho parte da preocupação centrada nos limites da metodologia do Inventário da Oferta Turística, até então levada a efeito como suporte para a determinação de políticas públicas na respectiva área, e busca responder às seguintes questões:

- Que aspectos da produção de conhecimento turístico se referem à metodologia de pesquisa do modelo de Inventário Turístico do Ministério do Turismo?
- Que possíveis contradições são observadas em relação aos avanços na concepção do Turismo como um fenômeno social complexo?

---

<sup>1</sup> O Projeto de Pesquisa, do Programa Piloto de Aplicação da metodologia de Inventariação Turística, objetiva investigar a consistência metodológica do modelo de Inventário Turístico proposto pelo MTur.

Em vista dessas questões, o objetivo desta pesquisa é analisar a eficácia da metodologia do Inventário da Oferta Turística do Ministério do Turismo, sinalizando métodos que a compreendam como instrumento básico de informação, capaz de subsidiar um planejamento sustentável da atividade turística.

Especificamente, buscou-se: analisar a qualidade da metodologia do Inventário da Oferta Turística do Ministério do Turismo, bem como sua eficácia, reproduzida no respectivo projeto-piloto implementado no estado do Rio Grande do Sul; avaliar a construção dos dados científicos obtidos por meio da referida metodologia; sinalizar novas práticas de pesquisa mais qualitativas para o citado Inventário.

O tema é relevante, porque o aprofundamento da reflexão acadêmica em torno da metodologia do Inventário da Oferta Turística pode se refletir na construção dos conhecimentos da área, conseqüentemente contribuindo para a eficácia de uma ordenação que assegure o desenvolvimento sustentável da atividade.

Para cumprir plenamente seu papel, a metodologia deve acompanhar as mudanças que ocorrem no Turismo, por meio da ampliação de sua abordagem para uma lógica complexa, cujo olhar envolva as características de cada lugar e os movimentos e interligações que nele ocorrem.

Este trabalho também é importante, porque na análise da metodologia a ser aplicada no Inventário da Oferta Turística, o fenômeno do Turismo é visto como um sistema aberto em contínuo processo de relações dialéticas, de historicidade, de conflito e de colaboração entre seus produtores e reprodutores.

Desse modo, o resultado desta pesquisa pode contribuir para ampliar a visão sobre essa metodologia, inclusive sobre que limites podem e devem ser vencidos, por exemplo, quanto à necessidade de constante revisão dos respectivos padrões e critérios de base.

A metodologia deve permitir a apreensão da ciência, revelando-se, portanto, um processo vivo, no qual todos os elementos - biológico, histórico, geográfico, psicológico, economista, sociológico, entre outros - sejam observados em sua constante interação. A intenção é avançar para um entendimento mais dinâmico desse sistema, entendimento esse capaz não só de reconstruir as categorias complexas que compõem o fenômeno turístico, como também de conceber novas, na perspectiva de que existe um quadro amplo de possibilidades de categorização

da oferta, de modo a se alcançar o imaginário do pós-turista.

O conteúdo do trabalho encontra-se estruturado em três capítulos, assim distribuídos: no primeiro, expõe-se o domínio conceitual do Turismo, abrangendo seus fundamentos, paradigmas e organização estrutural. Inclui uma perspectiva histórica de sua evolução no Brasil, seu planejamento, pesquisa e programas.

No segundo capítulo, encontram-se os pressupostos metodológicos do trabalho, desenvolvido na perspectiva dialética histórico-cultural, dos quais constam: a respectiva estratégia e a descrição das categorias de análise.

No terceiro capítulo, há uma abordagem científica do Turismo, com apresentação do objeto de pesquisa, ou seja, do projeto-piloto do Inventário da Oferta Turística implementado no Rio Grande do Sul, do Programa de Regionalização do Turismo e do Sistema de Informações Turísticas do Programa, passando depois para a análise qualitativa dos dados coletados e para a identificação de possibilidades de superação metodológica.

## 1 DOMÍNIO CONCEITUAL DO TURISMO

O resgate histórico do desenvolvimento do Turismo serve para subsidiar o entendimento da questão central deste trabalho, que é a verificação dos aspectos que limitam a metodologia utilizada no inventário turístico. Assim, são apresentados conceitos e fundamentos do Turismo, além de um panorama da sua evolução no Brasil. Seu planejamento e pesquisa são focados na perspectiva dos programas específicos, que marcaram os períodos evolutivos do fenômeno turístico no país, bem como da teoria do sistema turístico.

Considera-se a noção sistêmica dos fenômenos como a que mais se adequa à presente pesquisa, por tratar o Turismo como um sistema aberto e orgânico, logo, determinando uma abordagem interdisciplinar. Desse modo, parte-se do princípio de que a concepção da metodologia do inventário turístico deve ser preparada para desvelar a objetividade e a subjetividade dos objetos e sujeitos inventariados, como subsídio ao planejamento sustentável do espaço turístico.

O referencial teórico da abordagem sistêmica foi adotado por alguns teóricos do Turismo, como Mário Beni, Alberto Sessa, Pierre Laine e Sérgio Molina. Neste estudo, destacou-se o Sistema de Turismo (SISTUR) concebido por Beni (1998), que tem subsidiado estudos na esfera do desenvolvimento e planejamento turístico.

### 1.1 FUNDAMENTOS CONCEITUAIS: O PARADIGMA DO SISTEMISMO

O Turismo é um fenômeno histórico, porque sua atividade remonta à Antiguidade, à época dos deslocamentos para novas terras e do conhecimento de diferentes povos e culturas. Mas a noção de Turismo, como se entende atualmente, iniciou-se no Renascimento, quando suas atividades foram associadas ao ócio. Com os efeitos da Revolução Industrial e da Revolução Francesa, a prática do Turismo se espalhou geograficamente e entre as camadas sociais. A partir do desenvolvimento industrial e com a evolução dos sistemas de transporte, pode-se dizer que as mudanças representaram o início do Turismo moderno (IGNARRA, 1999).

A partir daí, o fenômeno turístico cresceu e se estruturou, movendo-se segundo a economia e as próprias mudanças da história e da sociedade. A dialética histórico-estrutural considera que a história é movida por formas necessárias, independentes da vontade humana, mas que desencadeiam as transformações. Isso



permite dizer que o histórico é estrutural, como conteúdos novos, dentro de formas invariantes. Toda a formação social, decorrente de conflitos estruturais, produz, necessariamente, uma nova história. A estrutura quer dizer a circunstância dada ou coagulada como dado, que delimita a capacidade de intervenção subjetiva, podendo ser chamada de condições objetivas (DEMO, 1990).

Conforme Demo (1995), a realidade concreta é sempre uma totalidade dinâmica de múltiplos condicionamentos, na qual a polarização dentro do todo é construtiva. É possível isolar um componente, para vê-lo em si, desde que não se perca a perspectiva de que o todo é maior que a soma das partes.

O Turismo, nessa ótica, pode ser definido como uma atividade sistêmica.

### 1.1.1 Sistema de Turismo

Beni (1998) adotou a Teoria Geral dos Sistemas como um moderno conceito, no qual cada variável, em um sistema, interage com outras variáveis de forma tão completa, que causa e efeito não podem ser separados. Ludwig Von Bertalanffy, um dos pioneiros na Teoria Geral dos Sistemas, acreditava que as ciências estavam se isolando uma das outras e que era necessário um método ou uma nova ciência que mostrasse os problemas decorrentes desse isolamento.

Nesse sentido, ele confirmou seu entendimento, ao afirmar que

A ciência moderna é caracterizada por sua crescente especialização, determinada pela enorme soma de dados, pela complexidade das técnicas e das estruturas teóricas de cada campo. Assim, a ciência está dividida em inumeráveis disciplinas que geram continuamente novas subdisciplinas. Em consequência, o físico, o biólogo, o psicólogo e o cientista social estão, por assim dizer, encapsulados em seus universos privados, sendo difícil conseguir que uma palavra passe de um casulo para outro (BERTALANFFY, *apud* PANOSSO, 2005, p.60).

Com base na abordagem orgânica da Biologia, Bertalanffy, desenvolveu uma visão global e sistêmica da vida, oposta à visão mecanicista do conhecimento preponderante à época de seus estudos. Com isso, transmitiu a idéia de que o organismo é um todo maior que a soma de suas partes e que a característica de qualquer forma de vida é a organização e não a análise isolada de suas partes.

Nesse sentido, a Teoria Geral dos Sistemas visa a compreender os princípios da integralidade e da auto-organização de formas de vida em todos os níveis. Suas aplicações variam desde a área da Biofísica, dos processos celulares à dinâmica das populações, até o fenômeno do Turismo, entre outros.

Beni (1998) questionou a inexistência de estudos especializados que apresentem uma análise abrangente da totalidade do fenômeno turístico. Quando muito, estuda-se um ou mais componentes em separado, tratando-os até a exaustão das fronteiras permitidas, mas deixando de correlacioná-los com os demais. Assim, não se mostra o quadro total em que esses componentes surgem, em que ponto se tocam, se entrelaçam, se unem ou se separam na produção do fenômeno global.

Pelo conceito de sistema como o conjunto de idéias, procedimentos, doutrinas ou princípios logicamente ordenados e coesos, para descrever, explicar ou dirigir o funcionamento de um todo determinado, o autor definiu o Turismo, em sua abrangência, complexidade e multicausalidade, como um esquema sintetizador dinâmico que demonstra as combinações multifacetadas de forças e energias sempre em movimento, de modo a produzir um modelo referencial. Nessa linguagem, o Turismo é considerado um sistema aberto que permite identificar suas características básicas, tornadas elementos do sistema.

Com base nisso, Beni construiu o Sistema de Turismo (SISTUR), com o fim de conhecer a estrutura desse fenômeno, compreendendo diversos e complexos conjuntos de causas e efeitos que devem ser considerados, conforme Figura 1.

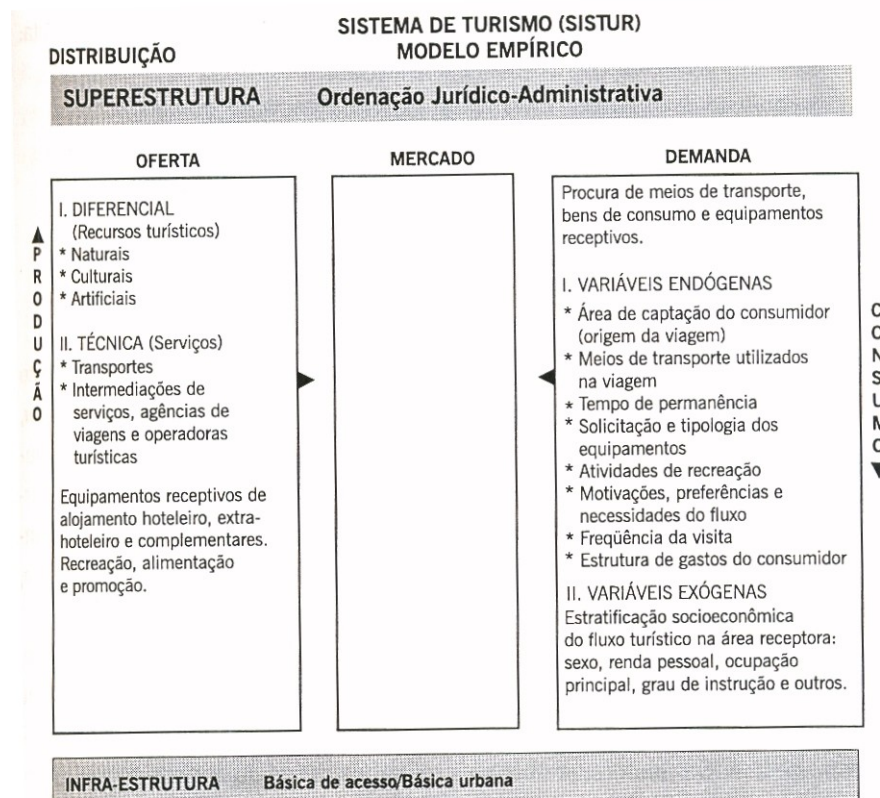


Figura 1: **Sistema de Turismo (SISTUR) – Modelo Empírico**  
Fonte: BENI, 1998, p. 42.

A partir dessa base conceitual, Beni (1998) configurou o diagrama de contexto do Sistema de Turismo (figura 2), que permite visualizar três grandes conjuntos:

1. Conjunto das relações ambientais, com os subsistemas ecológico, social, econômico e cultural;
2. Conjunto da organização estrutural, com os subsistemas superestrutura e infra-estrutura;
3. Conjunto das Ações Operacionais, com os subsistemas mercado, oferta, demanda, produção, distribuição e consumo.

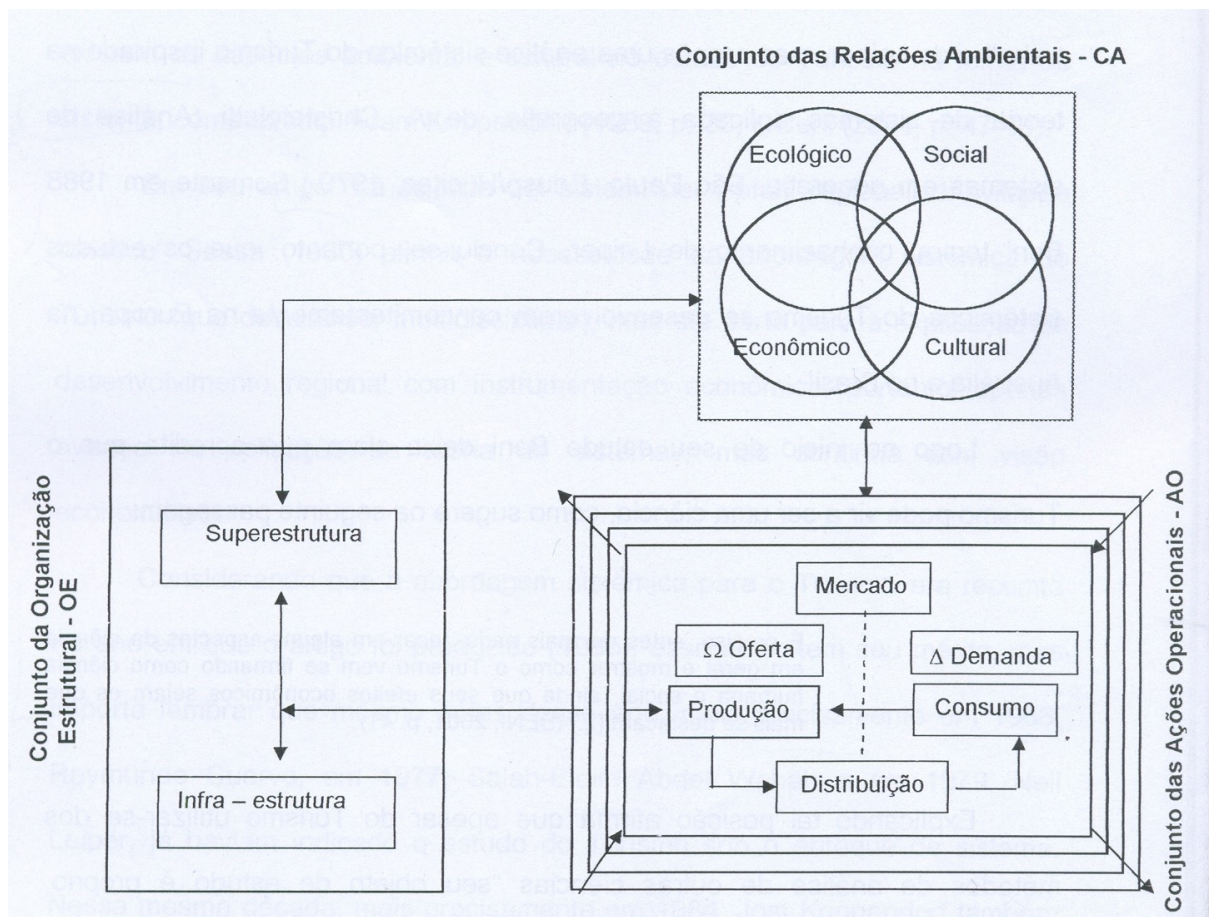


Figura 2: **Sistema de Turismo (SISTUR) – Modelo Referencial**  
 Fonte: BENI, 1998, p. 48.

Beni (1998) explicou que cada componente desses três conjuntos pode ser considerado um subsistema em si, já que apresentam funções próprias e específicas, com características individualizadas. Essas funções, quando organizadas para explicar e justificar o fenômeno do Turismo, já delineiam o arcabouço do sistema com objetivos em si.

Entre os objetivos específicos do SISTUR, diretamente ligados ao Inventário da Oferta Turística, encontram-se: inventariar, de forma estruturada e sistêmica, o potencial de recursos turísticos naturais e culturais do território para a exploração racional da atividade de Turismo e recreação; dimensionar a oferta vigente e/ou projetada de transportes e equipamentos, instalações e serviços para o processo de ocupação turístico-recreativa do território.

Mas Beni, com base na idéia de interconexão e de complexidade do SISTUR, acrescentou outros objetivos aos citados, os quais podem ser considerados dependentes, pois se concretizam em decorrência desses:

1. identificar características e classificar os fatores que determinam a motivação de viagens e a escolha das áreas de destinação turística;
2. qualificar e determinar a demanda vigente e/ou projetada de bens e serviços turísticos;
3. diagnosticar deficiências, pontos críticos, de estrangulamento e desajustes entre a oferta e a demanda;
4. permitir a previsão do comportamento do mercado pela análise de tendências;
5. formular diretrizes de reorientação de programas de ação para determinar o planejamento estratégico de desenvolvimento do setor;
6. planejar e executar o desenvolvimento do produto turístico, mediante a preparação de um plano integral de *marketing*;
7. avaliar e executar campanhas de promoção do produto turístico;
8. analisar o significado econômico do Turismo e seu efeito multiplicador no desenvolvimento nacional;
9. organizar a atividade de Turismo no contexto da estrutura administrativa do setor público;
10. elaborar a estrutura otimizada do órgão nacional de Turismo;
11. indicar procedimentos de execução e de controle de gestões setorial e global e políticas ágeis em seus subconjuntos;
12. criar modelos formais matemáticos de matrizes de relações das funções e operadores.

Para Beni (1998), o SISTUR é um sistema aberto, que realiza trocas com o meio que o circunda e, por extensão, é interdependente, nunca auto-suficiente. Não se caracteriza por estruturas e funções estáticas. Justamente por ser aberto,

mantém um processo contínuo de relações dialéticas de conflito e colaboração com o meio circundante. Em princípio, a exploração dos recursos naturais de uso turístico deveria ser constante, já que constitui um subsistema fundamental, ao redor do qual se aglomeram os demais.

### 1.1.2 Conjunto das relações ambientais

Engloba quatro subsistemas - ecológico, social, econômico e cultural – abaixo caracterizados. O subsistema ecológico envolve, em grande medida, também o subsistema cultural.

Tem como principal elemento a contemplação da e o contato com a natureza. Nele são analisados os fatores espaço turístico natural e urbano e seu planejamento territorial; atrativos turísticos e conseqüências do Turismo sobre o meio ambiente, preservação da flora, fauna e paisagens, compreendendo todas as funções, variáveis e regras de consistência de cada um dos fatores (BENI, 1998, p. 55).

A ecologia assenta-se na base da Teoria Geral dos Sistemas, em especial na doutrina dos sistemas abertos, com o objetivo de estudar o meio ambiente natural. Estabelece, para tanto, uma hierarquia entre os sistemas, isto é, o macrossistema, a biosfera como um todo, e os ecossistemas, como as partes suscetíveis de se desagregar em sistemas menores. Segundo os princípios da ecologia, quanto maior é a complexidade do sistema, mais a conduta das espécies que o compõem sofre variações e assim, todo o sistema.

Nessa perspectiva, na busca de um maior rigor científico para sua proposta, Beni partiu de conceitos relativos ao sistema ecológico, elaborados por autores como Haeckel, por exemplo, chegando aos pressupostos do Turismo sustentável, conceituado por Pearce como a

maximização e otimização da distribuição dos benefícios do desenvolvimento econômico baseado no estabelecimento e na consolidação das condições de segurança sob as quais serão oferecidos os serviços turísticos, para que os recursos naturais sejam mantidos, restaurados e melhorados (PEARCE, *apud* BENI, 1998, p. 61).

O Turismo sustentável é mais abrangente e transcende a preocupação centrada na conservação e manejo do meio ambiente e recursos naturais, incluindo os aspectos de comercialização, *marketing*, qualidade, produtividade e competitividade dos bens e serviços turísticos. Além disso, a análise das dimensões do Turismo dentro do planejamento estratégico regional e da ação política integrada constitui a expressão concreta desse conceito, desenvolvida amplamente no SISTUR.

No subsistema social, destaca-se o fato de que a humanidade se encontra envolvida em uma nova experiência. “O que realmente está mudando é a maneira de 'estar no mundo', o tipo de relação que o homem estabelece com as coisas, com os seus semelhantes, com as instituições, com seus próprios valores e consigo mesmo”. A mobilidade humana deu ao mundo uma nova fisionomia; é um dos sinais mais característicos desta época. A proximidade já não é a única fonte natural de inter-relações humanas, que são buscadas livremente e não impostas pela geografia. Os vínculos comunitários, sobretudo nas grandes cidades, são independentes do domicílio habitual (BENI, 1998, p.72).

O Turismo receptivo e interno é um produto típico dessa mobilidade, graças aos modernos meios de transporte e de comunicação. O Turismo é um fator socioeconômico que intensifica e aperfeiçoa a mobilidade humana. Ambos, Turismo e mobilidade, guardam uma relação direta entre si e se influenciam mutuamente. De outra maneira, uma das formas mais importantes de mobilidade é o Turismo, principalmente o de massa, que conferiu um traço móvel e dinâmico ao mundo.

A observação do Turismo pelo investigador tem, em seu exame, um compromisso: de um lado, examinar o turista como individualidade, como unidade e, portanto, produtor de motivações para sua viagem, como ente humano capaz de pensar intelectual ou efetivamente; de outro, dar-se conta do fenômeno social constituído pelo Turismo. Analisar a comunidade residente no contexto do Turismo é relevante, porque ela constitui o ponto de confluência e de referência de três importantes grupos humanos fortemente inter-relacionados na atividade turística: um receptor, formado por pessoas que são proprietárias ou administradoras dos equipamentos turístico-receptivos e das que trabalham nessas instalações, sejam residentes do núcleo receptor ou forasteiros estabelecidos naquela comunidade; dois grupos migrantes, compostos de turistas e os trabalhadores em hotelaria, sobretudo os que integram a mão-de-obra temporária. A motivação dos que migram é clara e bem definida: melhorar suas condições de vida (BENI, 1998).

O autor concluiu que a inter-relação desses três grandes grupos humanos, no mesmo território e em um tempo determinado, assume uma grande complexidade, podendo derivar, daí, uma situação aberta de conflitos. Isso porque entram em jogo interesses opostos, que se intenta conciliar e integrar pela lei fria da oferta e da procura, muitas vezes geradora de injustiças sociais, já que leis de mercado são simplesmente as mais fortes.

Quanto ao subsistema econômico, em uma primeira análise, deve-se destacar a ênfase dada por Beni ao papel do homem que, com sua capacidade de trabalho, organiza os processos produtivos, a distribuição e o intercâmbio dos meios materiais de vida na sociedade.

Segundo esse autor, é o modelo capitalista que dispõe de dados para análise econômica, levando-se em conta que o Turismo teve origem e predomina nesse sistema. A organização social, caracterizada por uma economia de mercado ou capitalista, corresponde um esquema econômico, no qual se observa o complexo tecido de relações diretas e indiretas. Por meio delas, os homens chegam a dispor de uma variada oferta de bens materiais, capaz de satisfazer suas múltiplas necessidades e desejos de diversas índoles. Assim, os homens dividem socialmente seu trabalho e atuam de forma integrada, em um intercâmbio de produtos e mútua prestação de serviços. As atividades produtivas de toda a organização social realizam-se através de unidades produtoras. Essas, individualmente, articulam os fatores de produção, tradicionalmente conhecidos como natureza, capital e trabalho, em condições técnicas e historicamente determinadas, para a obtenção de bens e serviços. As unidades produtoras provocam o fenômeno da divisão social do trabalho.

Visto como atividade econômica, o Turismo compreende uma série de serviços que são oferecidos ao viajante, que se desloca de sua cidade de origem e permanece em outra destinação por diversos motivos. O conjunto de serviços efetivos colocados no mercado constitui a oferta de Turismo (BENI, 1998).

Beni (1998) destacou que os efeitos econômicos do Turismo são de expressiva importância para o processo de desenvolvimento da economia e, por sua vez, dos índices sociais e do padrão de vida da população. O Turismo provoca o desenvolvimento intersetorial, em função do efeito multiplicador do investimento e dos fatores de crescimento da demanda interna e receptiva. É uma atividade excelente para a obtenção de melhores resultados no desenvolvimento e planejamento regional ou territorial. O aumento da oferta turística (estacionamento, alojamento, alimentação, indústrias complementares e outros) tem como efeito a elevação da demanda por emprego, repercutindo na diminuição da mão-de-obra subutilizada ou desempregada.

Entre outros efeitos econômicos do Turismo sobre a economia do país, o autor explicou que essa atividade também proporciona a geração de impostos diretos e indiretos, incidentes sobre a renda total obtida no âmbito do sistema

econômico, além de representar um estimulador do processo de abertura da economia.

Finalmente, em relação ao subsistema cultural, primeiro deve-se conceituar espaço cultural como “ aquela parte da superfície terrestre que teve sua fisionomia e “aura” originais mudadas pela ação do homem”. É consequência da intervenção do trabalho físico e mental do homem no espaço natural. Os recursos turísticos culturais são, pois, os produtos diretos das manifestações culturais (BENI, 1998, p. 84).

Para o autor, em um sistema cultural modelado principalmente pelos meios de comunicação de massa, o Turismo representa um tipo de ação pessoal que enriquece os conhecimentos; uma reação contra a cultura massificada e uma oportunidade para atingir um meio verbal de comunicação, observado entre os turistas que dialogam.

Beni (1998) constatou que o Turismo pode contribuir para a preservação de valores culturais que apresentam também um valor específico para turista. O preservacionismo - como movimento organizado, surgiu no século XIX, quando fatores, além da simples ação do tempo e da negligência, vieram ameaçar a permanência do passado – é parte integrante da política cultural. Portanto, o preservacionismo é fonte de impactação positiva do Turismo nas localidades.

O subsistema cultural, por sua diversificação e [...] por sua natureza peculiar [...] apresenta características tais que requer o estabelecimento de linhas nítidas de demarcação quando comparado, por exemplo, aos países da Europa, onde a cultura já se cristalizou, permitindo seu pronto manuseio e exploração turística em larga escala (BENI, 1998, p. 89).

### **1.1.3 Conjunto da organização estrutural**

Em um segundo momento, Beni (1998) apresentou o conjunto da organização estrutural, com os subsistemas superestrutura e infra-estrutura: o subsistema da superestrutura refere-se à complexa organização tanto pública quanto privada que permite harmonizar a produção e a venda de diferentes serviços do SISTUR. Compreende a política oficial do Turismo e sua organização e a política de promoção dos órgãos e instituições oficiais, que se manifestam no conjunto de medidas de organização e de promoções dos órgãos e instituições oficiais, além das estratégias governamentais que interferem no setor.

O autor criticou a ausência de pesquisas científicas e a ocorrência de um



quase menosprezado conhecimento teórico do fato e do fenômeno turístico, provocando o imprevisto das ações no setor. Tal situação ainda tem evidentes reflexos e conseqüências na pouca sensibilidade do poder público diante desse fato, sobretudo das áreas responsáveis pelo desenvolvimento das referidas pesquisas e produção de conhecimentos. A isso, alia-se sua indiferença para com as universidades e as áreas de investigação. De fato, a indefinição ou a formulação apressada e/ou desestruturada de uma política nacional acarreta a inadequação de seu instrumento de execução, ou seja, do Plano Nacional do Turismo.

No sentido econômico, o Turismo constitui uma atividade plurissetorial que precisa de coordenação e planejamento, o que só pode ser promovido pelo poder público. Assim, a noção científica de política de Turismo deve construir uma “ponte” entre a análise econômico abstrata e a ação concreta (BENI, 1998).

Deve-se entender por política de turismo o conjunto de fatores condicionantes e de diretrizes básicas que expressam os caminhos necessários para atingir os objetivos globais do Turismo do país. Esses fatores determinam as prioridades da ação executiva, supletiva ou assistencial do Estado, facilitando o planejamento das empresas do setor, quanto aos empreendimentos e às atividades mais suscetíveis de receber apoio estatal. A política deve nortear-se por três grandes condicionamentos, o cultural, o social e o econômico, por mais simples ou ambiciosos que sejam os programas, projetos e atividades a desenvolver; por menores ou maiores que sejam as áreas geográficas nas quais o Turismo deve ser desenvolvido; quaisquer que sejam suas motivações principais ou setores econômicos aos quais possam interessar.

Quanto ao subsistema da infra-estrutura, Beni (1998) examinou as principais classes relacionadas com o SISTUR, as questões relativas à natureza e ao custo dos investimentos necessários e o momento adequado para realizá-los. A questão é complexa, se levar em conta que os custos e benefícios estão amplamente distribuídos. Não se pode atribuí-los a um setor ou a uma atividade determinada, mas há casos em que a infra-estrutura de uma região com vocação para a ocupação turístico-recreativa pode, a longo prazo, servir para exploração econômica não-turística, situação gerada pelos efeitos multiplicadores do Turismo.

O que se analisa em maior detalhe nesse subsistema é a infra-estrutura de acesso, com seus componentes viário e de transportes, e a infra-estrutura urbana, ou seja, aquela que reúne as condições básicas de habilidade e apoio aos

equipamentos e serviços turísticos.

Porém, deve-se fazer uma distinção entre a infra-estrutura geral e a específica. Na realidade, trata-se de averiguar se o investimento foi provocado pelo processo de ocupação turístico-recreativo do território ou não. A característica fundamental da infra-estrutura geral é que o investimento serve ao setor de Turismo incidentalmente, ao mesmo tempo em que a todos os demais setores: indústria, comércio, agricultura, áreas residenciais e outros.

A infra-estrutura geral é constituído da rede viária e de transportes, do sistema de telecomunicações, de distribuição de energia, de água, de captação de esgotos e outros, sem os quais nenhuma classe de consumidor disporia dos serviços públicos básicos. Nos países nos quais o Turismo consiste, sobretudo, em destinações de visita a áreas urbanas tradicionais, é exigida muito pouca infra-estrutura específica. Os visitantes utilizam os serviços disponíveis para a população residente, inclusive a rede viária, e os serviços regulares de transportes que interligam cidades e lugares de interesse turístico. Quanto à infra-estrutura específica, ela pode ser dividida em duas classes distintas, que às vezes se sobrepõem: a primeira está relacionada com a situação do investimento, e a segunda, com o Turismo, como forma particular de atividade econômica. Para as duas, o critério de avaliação é o mesmo, ou seja, a demanda.

Beni (1998) concluiu que a implantação do equipamento receptivo, abrangendo alojamentos e outras instalações turístico-recreativas, atividade típica da iniciativa privada, tem de ser estimulada nos países em desenvolvimento com o decisivo apoio do poder público, que deve assegurar, àquela iniciativa, acesso a financiamentos de longo prazo e incentivos fiscais.

#### **1.1.4 Conjunto das ações operacionais**

O terceiro conjunto dos componentes do SISTUR é o das ações operacionais, que se subdivide em mercado, oferta, demanda, produção, distribuição e consumo. Todas as pessoas e empresas que oferecem ou demandam bens, serviços e capitais determinam o surgimento organizado de trocas e suas condições. Pode-se, então, falar de mercados específicos que formam a estrutura de troca em nível nacional e internacional, na qual se destacam três questões centrais: o que produzir, como produzir e para quem produzir.

De acordo com Beni,

os preços são o mecanismo fundamental do mercado, já que resultam do comportamento das duas categorias de agentes que atuam no mercado, os que compram e os que vendem, técnica e respectivamente denominados de demanda (ou procura) e de oferta (BENI, 1998, p.142).

Demanda é a quantidade de um bem ou serviços que os consumidores desejam e podem comprar a um dado preço, em um dado tempo. Oferta é a quantidade de um bem ou serviço que chega ao mercado, por um dado preço em um dado período de tempo. A interação entre demanda e oferta explica como se formam os preços nos mercados em concorrência (BENI, 1998).

## 1.2 EVOLUÇÃO DO TURISMO NO BRASIL

A evolução do Turismo no Brasil, com base nas políticas públicas, é aqui cronologicamente apresentada. A organização inicial do Turismo desde o governo de Juscelino Kubitschek (JK), a criação da Empresa Brasileira de Turismo (Embratur), até a conquista do *status* de ministério, estão relatadas a seguir.

### 1.2.1 Organização inicial (1956 – 1965)

O processo de inventário turístico do Brasil tem seu marco referencial no século XX, quando oficialmente o espaço territorial do país recebeu seu primeiro mapeamento turístico. Segundo o Ministério do Turismo (MTur), trata-se de um acordo de cooperação técnica entre o governo brasileiro, sob a presidência de Juscelino Kubitschek de Oliveira, e o governo dos Estados Unidos, liderado por David Eisenhower. O documento resultante dessa tarefa, realizada por uma equipe de nacionalidade mista, brasileiros e norte-americanos, visava levantar o potencial turístico brasileiro e das suas necessidades de aparelhamento, com vistas a atrair o Turismo internacional e notadamente, dos norte-americanos (BRASIL/Mtur, 2005).

A parceria foi responsável pelo programa *Tourism Project of Brazil*, iniciativa pioneira na tentativa de inventariar o Turismo no Brasil. Goidanich (1993) relatou que esse foi o primeiro documento, na área federal, a tratar com seriedade questões referentes ao Turismo e teve os seguintes efeitos fundamentais: em 1959, pela primeira vez, a palavra “Turismo” apareceu num documento oficial do Governo da União, prenunciando a criação da Comissão Brasileira de Turismo (Combratur),

antecessora da Embratur. Porém, a experiência mal sucedida da Combratur fez com que ela fosse extinta em 1962, quando foi criado o Departamento de Turismo no Ministério da Indústria e Comércio. Esse, por sua vez, não cumpriu as expectativas referentes ao suprimento das necessidades da atividade turística, por ser um órgão menor, sem recursos próprios e distanciado da cúpula administrativa.

### 1.2.2 Proposição de uma Política Nacional de Turismo (1966 – 1990)

Para Joaquim Xavier da Silveira (*apud* RAMOS, 1990, p. 8), primeiro presidente da Embratur, o Governo federal não podia continuar com as atividades de Turismo circunscritas aos estreitos limites de uma divisão, órgão burocrático subordinado a um departamento da Secretaria de Comércio, do Ministério da Indústria e do Comércio. Segundo o presidente, “ao Turismo deveria ser dado um tratamento preferencial, um status de indústria (grifo nosso) de interesse nacional.”

O Direito Administrativo apontava, como solução, a criação de uma empresa pública, experiência ainda inédita no Brasil. Assim, em novembro de 1966, o Decreto-Lei n.º 55 criou a Embratur, definiu a Política Nacional de Turismo (PNT), criou também o Conselho Nacional de Turismo (CNTur), entre outras providências. Vinculada ao Ministério da Indústria e do Comércio e com a finalidade de incrementar o desenvolvimento da “indústria do Turismo” (grifo nosso) e de executar, no âmbito nacional, as diretrizes traçadas pelo Governo federal, a Embratur foi então sediada no Rio de Janeiro. Competia à Embratur:

- a) fomentar e financiar diretamente as iniciativas, planos, programas e projetos que visem o desenvolvimento da indústria do Turismo (grifo nosso), na forma que for estabelecida na regulamentação deste Decreto-lei ou com resoluções do Conselho Nacional do Turismo; b) executar todas as decisões, atos, instruções e resoluções expedidas pelo Conselho; c) celebrar contratos, estudos e convênios, autorizados pelo Conselho, com entidades públicas e privadas, no interesse da indústria nacionais de Turismo e da coordenação de suas atividades; d) estudar de forma sistemática e permanente o mercado turístico, a fim de contar com os dados necessários para um adequado controle técnico; e) organizar, promover e divulgar as atividades ligadas ao Turismo; f) fazer o registro e fiscalização das empresas dedicadas à indústria de Turismo, satisfeitas as condições fixadas em normas próprias; g) estudar e propor ao Conselho Nacional de Turismo os atos normativos necessários ao seu funcionamento; h) movimentar os recursos da Empresa dentro das diretrizes traçadas pelo Conselho, autorizando a realização de despesas e o respectivo pagamento, devendo esses papéis serem firmados em conjunto pelo Presidente e um Diretor (BRASIL, 1966, p.04).

Nesse contexto, Joaquim Xavier da Silveira (*apud* RAMOS, 1990, p. 9) afirmou que “o Turismo passava a ser considerado indústria básica (grifo nosso)

constituindo atividade de interesse nacional”.

Já o CNTur tinha como atribuições formular, coordenar e dirigir a PNT, como estabelecido no citado Decreto-Lei que o criou. Em relação à PNT, o documento não só a definiu, como estabeleceu suas atribuições nos termos abaixo:

1º Compreende-se como política nacional de Turismo a atividade decorrente de todas as iniciativas ligadas à indústria do Turismo (grifo nosso) sejam originárias de setor privado ou público, isoladas ou coordenadas entre si, desde que reconhecido seu interesse para o desenvolvimento econômico do país. 2º As atribuições do Governo Federal na coordenação e no estímulo às atividades turísticas no território nacional serão exercidas na forma deste Decreto-lei e das normas que surgirem em sua decorrência. 3º O Governo Federal orientará a política nacional de Turismo, coordenando as iniciativas que se propuserem a dinamizá-la, para adaptá-la às reais necessidades de desenvolvimento econômico e cultural; 4º O Governo Federal, através dos órgãos criados neste Decreto-lei, coordenará todos os programas oficiais com os da iniciativa privada, garantindo um desenvolvimento uniforme e orgânico à atividade turística nacional. 5º O Poder Público atuará, através de financiamentos e incentivos fiscais, no sentido de canalizar para as diferentes regiões turísticas do país as iniciativas que tragam condições favoráveis ao desenvolvimento desse empreendimento (BRASIL, 1966, p.1).

Essa caracterização legal claramente distingue um sistema que fomentava um setor dentro de uma perspectiva econômica. Mas, conforme Ramos (1990), o Turismo, nos Planos Nacionais de Desenvolvimento (PNDs), não foi visto como uma área capaz de contribuir para o desenvolvimento do país.

O I PND (1972-1974) não incumbiu a área de nenhuma de tarefa especial. Já o documento que o antecedeu, Metas e Bases para a Ação do Governo, deu à área o seguinte tratamento:

[...] a Política de Turismo será conduzida de acordo com as seguintes diretrizes básicas: (I) Incrementação, quanto ao Turismo internacional, da participação do Brasil nas correntes de Turismo, tanto de renda alta como média. Isso significa dispor de infra-estrutura sob a forma de certo número indispensável de hotéis de categoria internacional (luxo) e de número considerável de hotéis de categoria média (boa qualidade). Significa, igualmente, esforço de redução substancial das tarifas de transporte aéreo com a Europa e Estados Unidos; dispor de roteiros turísticos prioritários, em nível nacional e no quadro da América Latina. (II) Intensificação das correntes turísticas internas para os roteiros turísticos prioritários, em ação conjunta com os Estados e Municípios, como forma de acelerar a geração de renda no setor, consolidar a infra-estrutura turística para o nível de renda médio, e disseminar o “Know-how” dos serviços especializados, nas referidas áreas. (III) Revisto os critérios de aprovação dos incentivos fiscais, em consonância com as diretrizes apresentadas, tendo em vista o fortalecimento da iniciativa nacional (RAMOS, 1990, p.5).

O II PND (1975-1979) também não chegou a ver no Turismo uma oportunidade de dar condições ao desenvolvimento do país. A única referência que esse PND fez ao Turismo foi no capítulo dedicado à política de desenvolvimento urbano, no qual confere “prioridade ao disciplinamento planejado do processo de urbanização de áreas e regiões vocacionadas para o Turismo e lazer (orla marítima,

serra, cidades históricas e estâncias hidrominerais)” (RAMOS, 1990, p. 6).

A história dos organismos federais de Turismo mostrou iniciativas isoladas de seus administradores, ao elaborar o Plano Nacional de Turismo. Ramos (1990) citou os seguintes exemplos nesse sentido: Relatório das Atividades do Ministério da Indústria e do Comércio, de 1967; Resolução n°. 71, de 1969, que aprovou definições e critérios e estabeleceu diretrizes para a elaboração do Plano Nacional de Turismo (Plantur); Decreto n°. 78.549, de 1976, com estatuto da Embratur. Somente 11 anos após a criação da Embratur é que foi elaborado um documento intitulado Política Nacional de Turismo – Documento Preliminar, apresentado e discutido na II Reunião do Sistema Nacional de Turismo (II RSNT). O então presidente da Embratur, Said Farhat, definiu três alvos para essa política:

- a) incrementar substancialmente o Turismo externo, de fora para dentro; b) desenvolver o Turismo interno como fator de permanência dos valores nacionais, de estímulo à unidade nacional, de paz social, de desenvolvimento econômico (grifo nosso), e de incentivo ao autoconhecimento do país; c) preservar os locais de atração turística, de modo a conciliar o uso deles e a sobrevivência do ambiente natural brasileiro (RAMOS, 1990, p.15-16).

Ainda segundo esse documento de 1977, do ponto de vista organizacional, a então PNT

evoluirá dos grandes condicionamentos para as diretrizes práticas. As diretrizes constituem as políticas básicas, que inspiram e dão escopo ao pensamento programático. Este por sua vez, condiciona e determina a ação executiva. Documento de doutrina diretiva para a ação, a Política Nacional de Turismo deverá ser permanente em seus grandes condicionamentos e nas diretrizes que deles decorrem. No plano dos programas, de ser suficientemente flexível para permitir a inclusão de novos objetivos e de instrumentos adequados a atingi-los, bem como para dar lugar à atualização dos que estiverem em vigor. Não cuidará a Política Nacional de Turismo de projetos e atividades específicos. Mas, em qualquer hipótese concreta, deverá propiciar a aferição da prioridade que se deva atribuir às diversas iniciativas, pelo maior ou menor ajustamento destas aos condicionamentos das diretrizes e programas adotados. (RAMOS, 1990, p. 17)

Angeli (1991) resumiu as políticas que constam do documento nos termos seguintes: proteção ao patrimônio natural; divulgação e promoção dos valores culturais; incentivo ao Turismo interno (com construção de meios de hospedagem mais simples e redução do custo das viagens internas); estímulo ao Turismo do exterior para o Brasil; promoção; recursos humanos; apoio à entrada de divisas; apoio à hotelaria de Turismo.

O III PND (1980-1985) constituiu-se no primeiro documento de definição das ações globais do governo que destacaram o Turismo, caracterizando-o como instrumento de uma política setorial. Reza o documento:

A orientação essencial é compatibilizar a expansão do Turismo com os

problemas oriundos da situação do balanço de pagamentos e da crise energética, procurando obter vantagens econômicas para o país (grifo nosso) e benefícios para a qualidade de vida dos brasileiros. Assim, o esforço do Governo será orientado para mobilizar as potencialidades do Turismo nacional, com vistas à maior geração líquida de divisas (grifo nosso) e de empregos possíveis, contribuindo, ainda, para a atenuação das disparidades regionais de desenvolvimento. Essas orientações exigem orientação integrada dos setores público e privado, destacando-se programas visando ao aperfeiçoamento do sistema institucional turístico, sob coordenação da Embratur; dinamização dos fluxos turísticos internos e externos, com especial atenção para as áreas do Nordeste e da Amazônia; aprimoramento da infraestrutura hoteleira básica, com ênfase na melhoria do padrão de atendimento; continuidade das medidas de apoio financeiro; e controle e fiscalização dos preços de hospedagem e dos serviços de hotéis e similares (RAMOS, 1990, p.7).

Percebe-se uma antiga pretensão da área oficial, que incluía o Turismo como gerador de divisas líquidas, capaz de solucionar os problemas na balança de pagamento, tal qual os estudiosos se posicionavam na plataforma de defesa, destacando os impactos principalmente econômicos do Turismo (JAFARI, 1994).

### **1.2.3 Consolidação da Política Nacional de Turismo (1991 – 2002)**

Conforme o MTur (BRASIL, 2006), a Embratur passou a ser considerada uma autarquia especial, ganhando a condição de instituto em 28 de março de 1991, quando adotou a denominação atual: Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur), vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Regional da Presidência da República. No ano seguinte, em 19 de novembro, sua sede foi transferida para Brasília, então vinculada ao Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo. Em 1999, foi vinculada ao Ministério do Esporte e Turismo e, em 2003, ao MTur.

Segundo Silva Júnior (2004), a PNT (1996-1999), instituída no primeiro mandato do Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, teve bases jurídicas nos diplomas legais instituídos no Governo do presidente Fernando Collor de Mello, com a promulgação da Lei n.º 8.181/91 e do Decreto n.º 448/92. Ambos representam tentativas públicas, no âmbito federal, de definir uma política objetiva para o setor de Turismo. A PNT tinha por finalidade “o desenvolvimento do Turismo e seu equacionamento como fonte de renda nacional...” (BRASIL, 1992, p. 1) e como objetivo:

I) democratizar o acesso ao Turismo nacional, pela incorporação de diferentes segmentos populacionais, de forma a contribuir para a elevação do bem estar das classes de menor poder aquisitivo; II) reduzir as disparidades sociais e econômicas de ordem regional, através do crescimento da oferta de empregos e melhor distribuição de renda; III) aumentar os fluxos turísticos, a

taxa de permanência, e o gasto médio de turistas estrangeiros no país, mediante maior divulgação do produto brasileiro em mercados com potencial remissivo em nível internacional; IV) difundir novos pontos turísticos, com vistas a diversificar os fluxos entre as Unidades de Federação e beneficiar especialmente as regiões de menor nível de desenvolvimento; V) ampliar e diversificar os equipamentos e serviços turísticos, adequando-os às características sócio-econômicas regionais e municipais; VI) estimular o aproveitamento turístico dos recursos naturais e culturais que integram o patrimônio turístico, com vistas à sua valorização e conservação; VII) estimular a criação e implantação de equipamentos destinados a atividades de expressão cultural, serviços de animação turística e outras atrações com capacidade de retenção e prolongamento da permanência dos turistas (BRASIL, 1992, p.1).

O art. 6º da PNT (1992) decretou que “os projetos de empreendimento, obras ou serviços específicos que visem o desenvolvimento da “indústria do Turismo” (grifo nosso)... ficam equiparados aos de instalação e ampliação de indústria...” (BRASIL, 1992, p.1). Nessa direção, criou-se o Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), por meio da Lei nº. 8.490, de 19/11/1992 (Embratur, 1998), diretamente ligado aos objetivos da PNT e considerado uma das ações estratégicas do governo brasileiro para o desenvolvimento sustentável do país.

#### **1.2.4 Atualidade (2003 – 2006)**

A Medida Provisória nº 103, de 1º/01/2003, convertida na Lei nº 10.683, de 28/05/2003, art. 30, inciso X, criou o já citado Ministério do Turismo (MTur). Segundo Beni (2006), pela primeira vez o setor obteve uma pasta própria, além de estrutura e orçamento específicos, não mais dividindo com os outros setores de atividades a condução dos interesses particulares do Turismo em nível nacional.

Na época, o Presidente da República afirmou que a vocação natural do país devia ser transformada em fonte permanente de riqueza, por meio do Turismo. Esse, pela natureza de suas atividades e pela dinâmica de seu crescimento, era o segmento da economia que podia atender de forma mais completa e de maneira mais rápida os desafios que necessitavam ser vencidos para o desenvolvimento do país. Isso, principalmente se fosse levado em conta a capacidade que o Turismo tem de interferir nas desigualdades regionais, amenizando-as, visto que, destinos turísticos importantes no Brasil estão localizados em regiões mais pobres. Pelas vias do Turismo, eles passam a ser visitadas por cidadãos que vêm dos centros mais ricos do país e do mundo (BRASIL, 2003).

Nesse modelo, ainda se destaca a plataforma defensora do Turismo, com o



poder público considerando que a grande maioria do setor é constituído de pequenas e médias empresas, fazendo com que o desenvolvimento da atividade possa, naturalmente, contribuir como fator de distribuição de renda. A criação de postos de trabalho no setor de Turismo exige investimentos de menor vulto, se comparados aos de outros setores da atividade econômica. Ao mesmo tempo, a agilidade com que se processa a qualificação dos recursos humanos e a impossibilidade da substituição da prestação de serviços por máquinas e equipamentos fazem do Turismo um setor fundamental para o cumprimento das metas estabelecidas pelo governo. O Turismo pode cumprir um papel importante no equilíbrio da balança comercial, com o ingresso de novas divisas, por meio do aumento no fluxo de turistas estrangeiros e da atração de investimentos para a construção de equipamentos turísticos (BRASIL, 2003).

O Presidente da República acredita que a concretização desse compromisso coloca o Turismo como uma das grandes prioridades do governo, integrada à macro estratégia do país e cumprindo papel fundamental no desenvolvimento econômico e na redução das desigualdades sociais.

O MTur, conforme o Decreto n.º 5.230, de 3/9/2004, tem como área de competência os seguintes assuntos:

I - política nacional de desenvolvimento do Turismo; II - promoção e divulgação do Turismo nacional, no país e no exterior; III - estímulo às iniciativas públicas e privadas de incentivo às atividades turísticas; IV - planejamento, coordenação, supervisão e avaliação dos planos e programas de incentivo ao Turismo; V - gestão do Fundo Geral de Turismo; e VI - desenvolvimento do Sistema Brasileiro de Certificação e Classificação das atividades, empreendimentos e equipamentos dos prestadores de serviços turísticos (BRASIL, 2004, p.2).

A estrutura do Ministério é composta por órgãos de assistência direta e imediata ao Ministro como: gabinete, Secretaria-Executiva, Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração e Consultoria Jurídica, além dos seguintes órgãos finalísticos: Secretaria de Políticas de Turismo; Secretaria de Programas de Desenvolvimento do Turismo; CNTur e a entidade vinculada autarquia Embratur.

Atualmente, as competências dos órgãos vigentes encontram-se assim definidas: à Secretaria de Políticas de Turismo compete, principalmente “a formulação, elaboração avaliação e monitoramento da Política Nacional do Turismo, de acordo com as diretrizes propostas pelo Conselho Nacional do Turismo”, bem como articular as relações institucionais e internacionais necessárias para a

condução desta Política (BRASIL, 2003, p.11).

À Secretaria de Programas de Desenvolvimento do Turismo: compete realizar ações de estímulo às iniciativas públicas e privadas de incentivos, de fomento, de promoção de investimentos em articulação com os Programas Regionais de Desenvolvimento, bem como apoiar e promover a produção e comercialização de produtos associados ao Turismo e a qualificação dos serviços (BRASIL, 2003, p.11).

O Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur) tem como área de competência a promoção, divulgação e o apoio à comercialização dos produtos, serviços e destinos turísticos do país no exterior. Já o CNTur é o órgão colegiado de assessoramento, diretamente vinculado ao Ministro do Turismo. Tem como atribuições “propor diretrizes e oferecer subsídios técnicos para a formulação e acompanhamento da Política Nacional do Turismo”. É formado por representantes de outros Ministérios e Instituições Públicas que se relacionam com o Turismo e das entidades de caráter nacional, representativas dos segmentos turísticos (BRASIL, 2003).

Além do CNTur, há o Fórum Nacional de Secretários, órgão informal, consultivo, constituído pelos secretários e dirigentes estaduais de Turismo, que auxilia no apontamento de problemas e soluções, concentrando as demandas oriundas dos estados e municípios. Dessa forma, o núcleo estratégico estabelece canais de interlocução com os estados da Federação, que por sua vez se conectam às necessidades advindas dos municípios e regiões turísticas (BRASIL, 2003).

Outro instrumento do processo de descentralização, segundo o MTur, são os fóruns estaduais, com a finalidade de integrar a cadeia produtiva nos estados e Distrito Federal, facilitando a implantação do PNT. O fórum estadual é composto por um secretário ou dirigente estadual; um representante designado pelo MTur; pelas entidades públicas e privadas participantes do Conselho Nacional, por intermédio de suas representações regionais; pela representação dos Municípios; pelas instituições de ensino superior de Turismo e demais entidades de relevância estadual vinculadas ao Turismo. Tem como atribuição o cumprimento de um papel fundamental para a operacionalização das políticas formuladas pelo núcleo estratégico, constituindo-se em um canal de ligação entre o Governo federal e os destinos turísticos (BRASIL, 2003).

Ainda como parte da política de descentralização, os municípios são incentivados a criar os conselhos municipais de Turismo e a se organizar em consórcios para formar roteiros integrados, ofertando um conjunto de produtos turísticos, completando-se assim o sistema de gestão do Turismo brasileiro.

A seguir, apresenta-se o diagrama das relações entre os diversos atores que compõe o sistema de gestão da atividade turística no Brasil:

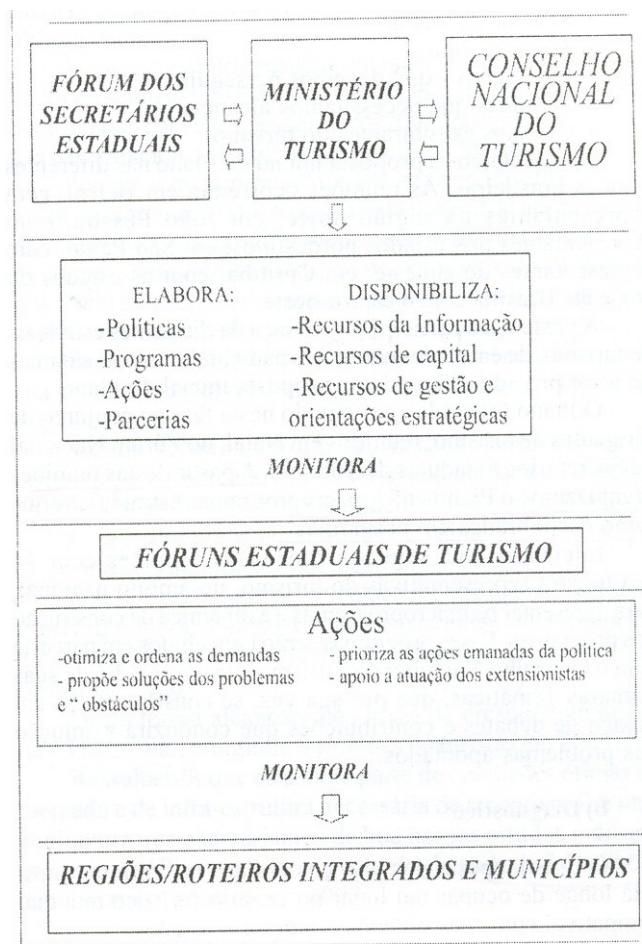


Figura 3: **Sistema de gestão**  
Fonte: BRASIL, 2003, p.14

### 1.3 PLANEJAMENTO E PESQUISA DO TURISMO NO BRASIL

Visando à importância da pesquisa para o planejamento turístico sustentável, meta maior a ser alcançada com os objetivos desta dissertação, considerou-se necessário mapear o foco e a evolução do planejamento e da pesquisa em Turismo no Brasil. Assim, enfocaram as premissas do Sistema Nacional de Turismo, do PNT e do PNMT e os processos de planejamento de Beni e de Bissoli, como meio de associar essa teoria àquelas práticas, no âmbito dos diferentes níveis de governo.

#### 1.3.1 O Sistema Nacional de Turismo (SNT)

O Sistema Nacional de Turismo foi regulamentado pelos Decretos n.º 60.224 e Decreto-Lei n.º 55/66 (ANGELI, 1991). De acordo com Ramos (1990), o CNTur,

em sua Resolução nº 71, de 10/04/1969, ao estabelecer as diretrizes básicas para a elaboração do Plantur, reafirmou a idéia de um Sistema Nacional de Turismo.

Na II Reunião do Sistema Nacional de Turismo (II RSNT), em 1977, foi apresentado o Documento nº 3/00, denominado Planejamento Turístico, por meio do qual submetia-se à apreciação do Sistema Nacional de Turismo o modelo de planejamento turístico. O objetivo do modelo era uma ação integrada de entidades nacionais, regionais, estaduais e municipais, que viabilizasse a máxima expansão do setor. Pelo Sistema Integrado de Planejamento Turístico (conforme figura 4), a Embratur pretendia “fornecer aos responsáveis pelo planejamento em níveis nacional, regional, estadual e municipal, elementos para que o setor Turismo venha a ter uma participação mais ativa dentro do processo de desenvolvimento econômico (grifo nosso) do país” (BRASIL, 1977, p.16).

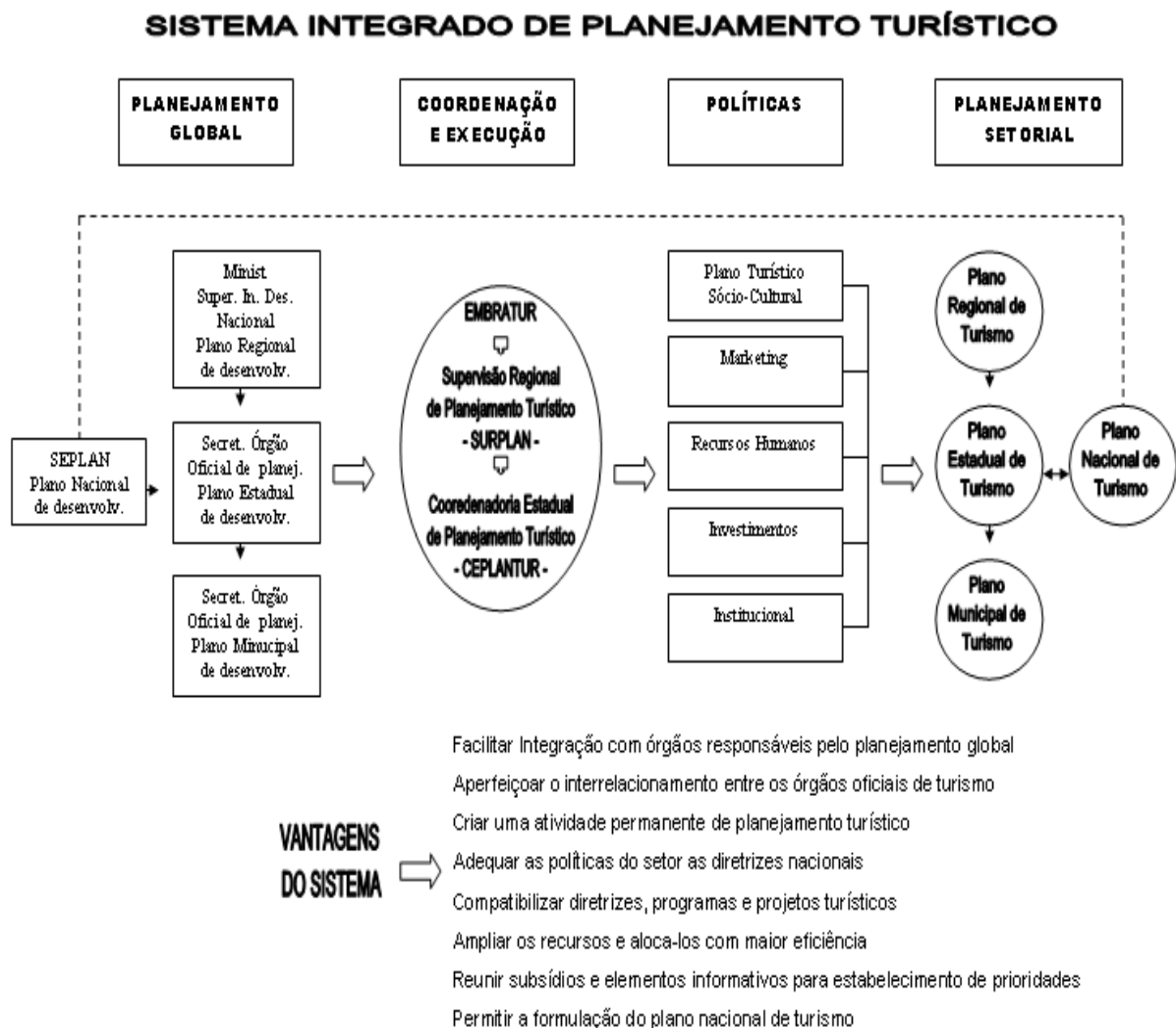


Figura 4: **Sistema Integrado de Planejamento Turístico**  
 Fonte: BRASIL, 1977, p.26-A

A implantação do sistema tinha como objetivos principais:

- a) a integração e o permanente inter-relacionamento dos órgãos encarregados do desenvolvimento do setor, nas diversas esferas de atuação;
- b) a compatibilização das programações turísticas regionais, estaduais e municipais às diretrizes nacionais;
- c) a racionalização da alocação de recursos, bem como a ampliação das dotações destinadas ao setor;
- d) a reunião de subsídios e elementos informativos (grifo nosso) para a formulação de programas turísticos prioritários;
- e) o acompanhamento permanente, por parte da Embratur, de planos ou programas turísticos em nível regional ou estadual, com vistas a harmonizá-los e somá-los aos esforços em prol de objetivos comuns (BRASIL, 1977, p.03).

O documento continua com a apresentação dos itens: patrimônio turístico, Programa de Estudos Econômicos do Setor Turismo, Sistema Nacional de Informações Turísticas e Sistema Nacional de Estatística Turística.

O subtítulo “Aproveitamento dos Arredores do Núcleo Urbano do Patrimônio Turístico” tem como objetivo principal “indicar diretrizes de ação para estimular o crescimento dinâmico dos arredores de centros urbanos, passíveis de serem explorados turisticamente” (BRASIL, 1977, p.27). Esse documento mostra a preocupação com os inventários turísticos, cuja realização, até esse momento, tinha exclusiva preocupação com o levantamento da oferta turística da cidade, não se interessando pelo aproveitamento de seus arredores. Com a finalidade de promover a utilização de locais de visita turística suplementar, o trabalho propunha um levantamento completo dos atrativos localizados, no máximo, à 1h30 de distância, por rodovia, do núcleo principal.

Nesse caso, para inventário dos bens turísticos, era utilizada a metodologia recomendada pela Organização dos Estados Americanos (OEA), com adaptações à realidade brasileira. Essa metodologia importada pelo Brasil era oriunda da Organização Mundial do Turismo (OMT) para a Organização dos Estados Americanos (OEA), adaptada pelo Centro Ibero-Americano de Capacitação Turística e adotada pela Embratur.

O Programa de Estudos Econômicos do Setor Turismo visava “colher subsídios para os trabalhos constantes da programação apresentada, indicações sobre as necessidades locais, em termos de estudos análogos, e de projetos e pesquisas já existentes nos Estados” (BRASIL, 1977, p.45). Nesse Programa, encontra-se o estudo que visava à elaboração de uma metodologia para apuração da Conta Turismo no balanço de pagamentos.

O Sistema Nacional de Informações Turísticas (SNIT) (figura 5) objetivava “o levantamento de informações básicas para a tomada de decisão, planejamento, coordenação, acompanhamento, avaliação e correção de desvios” (BRASIL, 1977, p. 54). Esse Sistema já se preocupava com a informação sobre o Turismo e a sua necessidade de constante enriquecimento e atualização, além de apresentar padrões de eficiência, exatidão, fidelidade, flexibilidade e expansão.

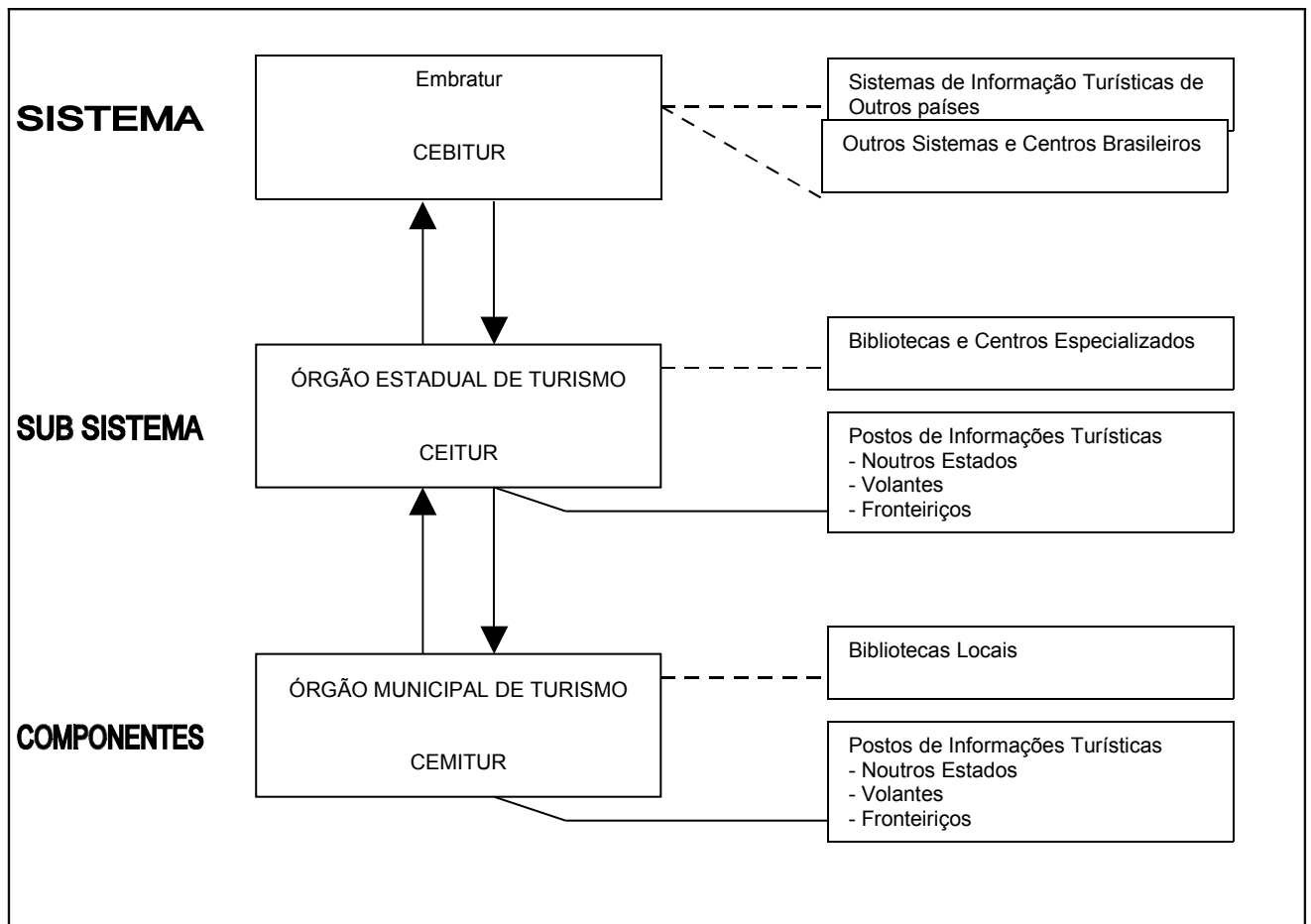


Figura 5: **Sistema Nacional de Informação Turística**  
Fonte: BRASIL, 1977, p.62-A

Segundo a Embratur (BRASIL, 1977, p.55), a estrutura do SNIT contava com o Centro Brasileiro de Informação Turística (CEBITUR), que exercia atividades normativas de coordenação e assessoramento, mantendo relacionamento permanente com as fontes nacionais e internacionais de informação, intercâmbio material documentário-informativo, e atuando direta ou indiretamente:

- a) na seleção de objetivos e critérios básicos para o estabelecimento e a dinâmica do sistema;
- b) na criação ou reorganização de Subsistemas;
- c) na implantação de serviços dos Componentes;
- d) na coordenação da rede de informação turística;
- e) na fixação e implementação de normas de intercâmbio;
- f) no treinamento de pessoal para serviços de administração,

informação documentária e formação de clientela; g) na organização do atendimento rápido e eficiente a turistas nacionais e estrangeiros; h) em outras atividades correlatas que se fizerem necessárias e oportunas.

Dentro dessa finalidade, o CEBITUR estava aparelhado para:

Adestrar pessoal e orientar a organização de serviços de Biblioteca e Documentação, Inventariação do Patrimônio Turístico, Editoração de trabalhos técnico-informativos e Informação e orientação a turistas nacionais e estrangeiros, ou seja, Postos de Informações Turísticas (BRASIL, 1977, p. 60).

Os tipos de informação compreendidas pelo SNIT, de acordo com a Embratur (BRASIL, 1977, p.58), eram: o cadastro de informações turísticas, a informação operacional e a informação sobre o produto. O cadastro de informações turísticas incluía informações sobre o potencial turístico, o inventário dos equipamentos turísticos, infra-estrutura para o Turismo e demanda turística. A informação operacional ou de processo continha informações sobre insumos e recursos consumidos, bem como serviços produzidos no Turismo. É representada pelas estatísticas dos serviços e tem orientação econômica.

O Sistema Nacional de Estatística Turística (SNET) foi concebido de forma a suprir as entidades do Sistema Nacional de Turismo de todas as informações estatísticas necessárias à caracterização do setor. Baseava-se, essencialmente, na uniformidade conceitual, de modo que os dados coletados pudessem oferecer um nível de confiabilidade que não comprometesse os programas elaborados a partir das informações obtidas.

Resumidamente, seis princípios compõem o conjunto metodológico que ampara o SNE (BRASIL, 1977):

- definição do elenco de informações em função da existência dos dados e/ou da viabilidade de sua obtenção, bem como de forma compatível aos propósitos do amplo conhecimento do Setor Turismo e de adequado suprimento dos processos dinâmicos de tomada de decisões;
- a adequação do sistema de aparato institucional existente, em qualidade e volume, de modo a permitir sua perfeita assimilação pelos sistemas administrativos que em diversos níveis e formas deverão ser envolvidos;
- a institucionalização do sistema, o que traduz a intenção de implantá-lo definitivamente, incorporando-o ao rol das práticas administrativas usuais, adotadas pelos órgãos responsáveis pela gestão do Turismo no Brasil;
- a integração vertical ou intergovernamental, ou seja, a compatibilização dos métodos de atuação das entidades participantes, quer nas diversas esferas

de governo, quer na iniciativa privada;

- a integração horizontal ou intersetorial, tanto em relação aos subsistemas entre si e seus aspectos multidisciplinares, como no tocante à apropriação dos dados coletados, para propiciar o maior número possível de cruzamentos de informações;
- o treinamento intensivo do pessoal mobilizado, em seus diferentes níveis e entidades a que estejam vinculados, com o objetivo não só de suprir as necessidades específicas neste campo, mas também de sensibilizar o escalão decisório para a importância e necessidade do Sistema, preparando equipes para dar continuidade ao processo iniciado.

A Embratur subdividiu o SNE em seis subsistemas: de controle de entrada, permanência e saída de pessoas do país; nacional de registro de hóspedes; sobre a demanda interna; de informações econômico-financeiras; de estatística urbana e regional; nacional de equipamentos turísticos.

### **1.3.2 Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT)**

Segundo o documento Diretrizes do PNMT (EMBRATUR, 1998), o Programa tinha como objetivo geral fomentar o desenvolvimento turístico dos municípios, com base na sustentabilidade econômica, social, ambiental, cultural e política. Os objetivos específicos eram:

- 1) conscientizar e sensibilizar a sociedade para a importância do Turismo como instrumento de crescimento econômico, de geração de empregos, de melhoria da qualidade de vida da população e preservação de seu patrimônio natural e cultural; 2) descentralizar as ações de planejamento, coordenação, execução, acompanhamento e avaliação, motivando os segmentos organizados do município a participar da formulação e da gestão do Plano de Desenvolvimento Sustentável do Turismo; 3) disponibilizar aos Municípios brasileiros com potencial turístico as condições técnicas, organizacionais e gerenciais para o desenvolvimento das atividades turísticas; 4) estimular o fortalecimento das relações dos diferentes níveis do poder público com a iniciativa privada, visando o estabelecimento de parcerias para discutir os problemas e buscar soluções junto a comunidade, em benefício da atividade turística; 5) elevar os níveis de qualidade, eficiência e eficácia da prestação dos serviços voltados para as atividades turísticas (BRASIL, 2002, p. 5).

O PNMT foi desenvolvido com base em cinco princípios orientadores, apresentados de forma resumida a seguir (BRASIL, 2002):

- descentralização: fortalecer o poder público municipal para que, em conjunto com as instituições privadas e os representantes da comunidade, assumam a



- co-responsabilidade na definição e gestão das políticas, dos programas e das ações locais voltadas para o desenvolvimento do Turismo sustentável;
- sustentabilidade: realizar, em conjunto com a comunidade, o planejamento das ações, a seleção de prioridades e o acompanhamento de atividades que contemplem a compatibilidade dos aspectos econômicos, sociais, ambientais, culturais e políticos do Município, no desenvolvimento do Turismo;
  - parcerias: identificar, nas várias esferas do poder público, na iniciativa privada e nas organizações não-governamentais, os meios econômicos, técnicos e financeiros capazes de contribuir para o fomento e o desenvolvimento das atividades do Turismo sustentável no município;
  - mobilização: estimular a comunidade a atuar e a decidir na busca de alternativas e objetivos comuns, delineando diretrizes que possam orientar a elaboração de projetos de Turismo sustentável, que expressem a visão de futuro da comunidade;
  - capacitação: promover a qualificação das pessoas envolvidas com o setor turístico no município, estimulando métodos de gestão participativa e treinamento em serviços, de modo a elevar os níveis de qualidade e eficiência, tanto no planejamento e na execução das ações voltadas para o desenvolvimento do setor, como também na prestação de serviços.

Para alcançar os objetivos propostos, o PNMT organizou-se em torno de cinco ações estratégicas:

- a) definir e difundir, por todos os meios que estiverem ao seu alcance, os princípios básicos norteadores do processo de municipalização do Turismo;
- b) elaborar e aplicar metodologia, apropriada à realidade brasileira, para o desenvolvimento do Turismo sustentável;
- c) estabelecer uma rede de agentes multiplicadores e instituições parceiras para operacionalização do Programa;
- d) envolver as comunidades locais através da realização de oficinas e encontros, com aplicação de técnicas de enfoque participativo;
- e) apoiar municípios nas iniciativas que tenham por finalidade o fortalecimento institucional e na elaboração de planejamento estratégico para o desenvolvimento do Turismo sustentável (BRASIL, 2002, p. 6).

A participação no PNMT era voluntária, ou seja, eram as prefeituras municipais que buscavam a Embratur e não o contrário (BRASIL, 2002). Para isso, a Embratur criou um processo de identificação de municípios prioritários para o desenvolvimento do Turismo, através do formulário Roteiro de Informações Turísticas (RINTUR). A pesquisa possibilitava a coleta de informações dos municípios, para a respectiva análise e avaliação. No curto prazo, o objetivo era priorizar municípios para fins de alocação estratégica de recursos públicos no

financiamento de empreendimentos turísticos; a médio e longo prazos, nortear as atividades de planejamento, voltadas ao desenvolvimento turístico municipal.

Após o mapeamento dos municípios prioritários, o município interessado deveria participar das oficinas ofertadas e exigidas pelo PNMT. Numa etapa mais avançada, com o Conselho Municipal de Turismo e com o Fundo Municipal de Turismo, o município estaria apto a iniciar o processo de elaboração do Plano Municipal de Desenvolvimento Sustentável do Turismo.

Segundo Endres (2002), depois de cumpridas todas as exigências, o município receberia da Embratur o Selo de Município Prioritário do PNMT.

O PNMT, desenvolvido e coordenado pela Embratur, adotava a metodologia da OMT, com o propósito de implementar um novo modelo de gestão da atividade turística, simplificado e uniformizado para os estados e municípios. Teve uma etapa-piloto, que objetivava testar o modelo de desenvolvimento em diversas regiões brasileiras antes de uma ação nacional. Pretendia-se, com isso, estabelecer um padrão metodológico que pudesse ser aplicado em municípios com diferentes vocações turísticas (BRASIL, 2002).

De acordo com Silva Júnior (2004), adotou-se uma metodologia com forte enfoque participativo. Essa metodologia consistia na realização de oficinas de capacitação, compostas por grupos de trabalho em que todos os participantes, com base em perguntas ou em documentos orientadores, iam propondo a construção do conhecimento, a partir da realidade individual. No decorrer do processo, essa construção sofreria ajustes, correções, sugestões e novas interpretações.

Programa teve como orientação teórico-conceitual a metodologia da OMT (figura 1), que se utilizava do modelo norte-americano de processo de planejamento, que apresentava como principais etapas, as seguintes (BISSOLI, 1999, p.43):

- 1) desenvolver o Turismo com o comando da comunidade; 2) criar, ou estimular, organizações de Turismo locais, como conselhos municipais de Turismo e departamentos ou secretarias de Turismo, no intuito de implementar o planejamento; 3) realizar o inventário turístico; 4) diagnosticar e prognosticar os recursos apurados no inventário turístico; 5) estabelecer as metas e os objetivos do plano de Turismo; 6) investigar alternativas, métodos e meios de estabelecer as metas e os objetivos do plano de Turismo; 7) selecionar um caminho para o desenvolvimento de estratégias do plano de Turismo.; 8) preparar a implementação das estratégias; 9) executar o plano; 10) avaliar o plano.

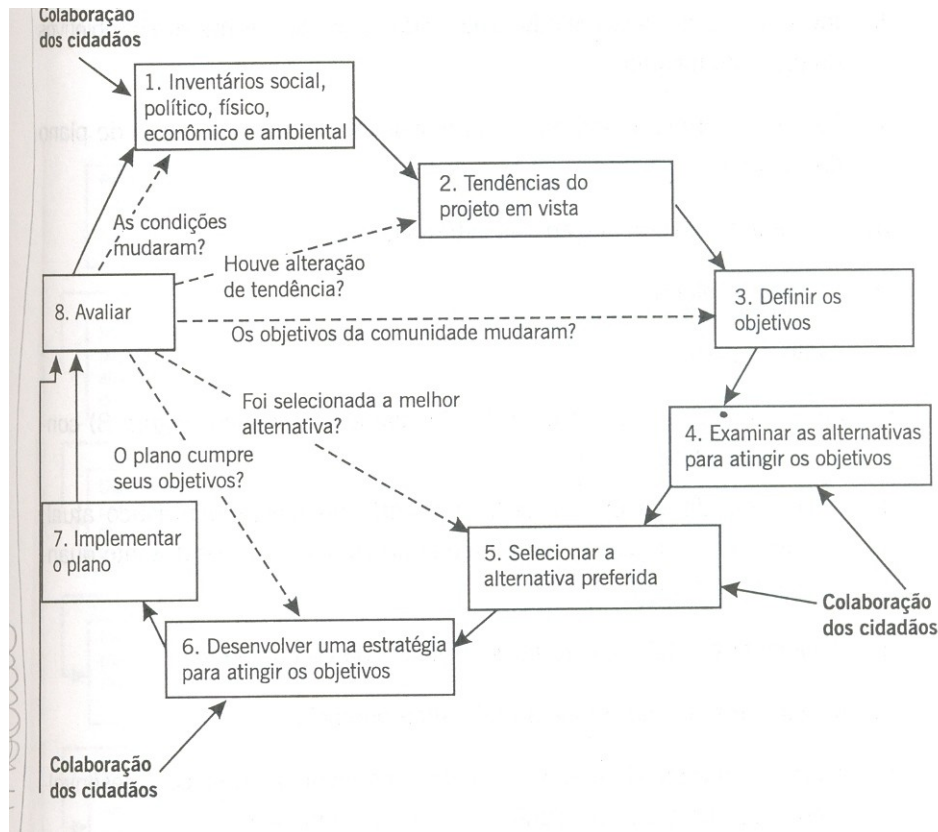


Figura 6: **Modelo norte-americano de processo de planejamento turístico**  
 Fonte: BISSOLI, 1999, p.43

O enfoque participativo reproduzido pelo PNMT utilizava elementos da técnica Metaplan e do método ZOPP, ambos de origem alemã, criados nos anos 1970 e 1980. A primeira, desenvolvida para a aplicação empresarial em trabalhos de equipe, emprega técnicas de visualização com ênfase na figura do moderador. Já o método ZOPP (Planejamento de Projetos Orientado por Objetivos), desenvolvido pela Agência GTZ (Sociedade Alemã de Cooperação Técnica), incorpora as técnicas Metaplan, empregando passos seqüenciais de abordagem. Apenas os moderadores formados pela GTZ estariam aptos, credenciados e autorizados a disseminar esta metodologia (EMBRATUR, 2002).

### 1.3.3 O Plano Nacional do Turismo do MTur

Na sua mensagem, o então Ministro do Turismo, Walfrido dos Mares Guia (BRASIL, 2003, p.7) relatou que o Plano Nacional 2003-2007 foi concebido de forma coletiva, com uma ampla consulta às mais diversas regiões brasileiras e a todos os setores representativos do Turismo e constituía-se em um processo dinâmico de

construção permanente. Traduzia uma concepção de desenvolvimento que, além do crescimento, buscou a desconcentração de renda por meio da regionalização, interiorização e segmentação da atividade turística.

Em suas palavras, defendeu que era necessário inovar na condução das políticas públicas, romper as inércias e os empecilhos que têm limitado o potencial da atividade, como agente de transformações e como fonte verdadeira de riqueza econômica e desenvolvimento social. Isso com base em um pensamento estratégico, a partir do reconhecimento do Turismo como atividade econômica relevante que requer planejamento, análise, pesquisa e informações consistentes.

Destacou, ainda, a atenção ao incremento do Turismo interno, permitindo a todos o acesso ao lazer e às férias, respondendo a uma aspiração legítima dos cidadãos. Assim, tem-se no Turismo um fator de construção da cidadania e de integração social. O PNT vigente determina que o Turismo (BRASIL, 2003, p.8-10):

- deve se transformar em fonte geradora de novos empregos e ocupações, proporcionando uma melhor distribuição de renda e melhorando a qualidade de vida das comunidades;
- ao contribuir para multiplicar os postos de trabalho no território nacional, pode interferir positivamente no âmbito da violência urbana, fortalecendo a segurança da população;
- deve se transformar em agente da valorização e conservação do patrimônio ambiental (cultural e natural), fortalecendo o princípio da sustentabilidade;
- deve se tornar um instrumento de organização e valorização da sociedade, articulando seus interesses econômicos, técnicos, científicos e sociais, com o lazer, a realização de eventos, feiras e outras atividades afins;
- pode, por meio de programas de qualificação profissional, elevar a qualidade da oferta turística nacional, fator essencial para inserir o país no mercado internacional de forma competitiva;
- atua como mecanismo instigador de processos criativos, resultando na geração de novos produtos turísticos apoiados na regionalidade, genuinidade e identidade cultural do povo brasileiro, fortalecendo a auto-estima nacional e a de nossas comunidades;
- a partir das novas políticas sociais, pode se configurar como uma das mais eficazes expressões do uso do tempo liberado do trabalhador, contribuindo para a sua saúde física e mental;

- ao ser fortalecido internamente pelo exercício contínuo e sistêmico de consumo pela sociedade brasileira, deve criar as condições desejáveis para a estruturação de uma oferta turística qualificada capaz de atender melhor o mercado internacional;
- para alcançar as metas desejáveis no balanço de pagamentos, exige normatização e legislação adequadas com vistas à facilitação e ao aumento da entrada de turistas estrangeiros;
- por sua dinâmica, necessita de uma constante troca de informações entre os destinos turísticos, a oferta, e os mercados consumidores, o que requer investimentos constantes em marketing.

Como princípios orientadores para o desenvolvimento do Turismo, o PNT busca contribuir para o desenvolvimento do país, gerando um amplo processo de mudanças que envolvem o cidadão, o Estado e o setor produtivo. Também prevê um novo modelo de Turismo que contemple e harmonize a força e o crescimento do mercado com a distribuição da riqueza. Isso pressupõe a integração de soluções nos campos socioeconômico, político e ambiental (BRASIL, 2003).

Os programas, projetos e ações do PNT terão como pressupostos básicos a ética e a sustentabilidade e como princípios orientadores os seguintes vetores de governo: redução das desigualdades regionais e sociais; geração e distribuição de renda; geração de emprego e ocupação e equilíbrio do balanço de pagamentos (BRASIL, 2003).

Nesse contexto, o PNT tem a seguinte visão do Turismo no Brasil:

O Turismo no Brasil contemplará as diversidades regionais, configurando-se pela geração de produtos marcados pela brasilidade, proporcionando a expansão do mercado interno e a inserção efetiva do país no cenário turístico mundial. A geração do emprego, ocupação e renda, a redução das desigualdades sociais e regionais, e o equilíbrio do balanço de pagamentos sinalizam o horizonte a ser alcançado pelas ações estratégicas indicadas (BRASIL, 2003, p.21).

O PNT está estruturado a partir de seus objetivos, dos quais derivam os macroprogramas, programas e ações. Seus objetivos gerais são assim descritos (BRASIL, 2003): desenvolver o produto turístico brasileiro com qualidade, contemplando nossa diversidade regionais, culturais e naturais; estimular e facilitar o consumo do produto turístico brasileiro nos mercados nacional e internacional. Os objetivos específicos são: dar qualidade ao produto turístico; diversificar a oferta turística; estruturar os destinos turísticos: ampliar e qualificar o mercado de trabalho, aumentar a inserção competitiva do produto turístico no mercado internacional,

ampliar o consumo do produto turístico no mercado nacional, aumentar a taxa de permanência e gasto médio do turista.

O Plano elegeu cinco metas para o Turismo, quais sejam (BRASIL, 2003):

1. Criar condições de gerar 1.200.000 novos empregos e ocupações no Turismo;
2. Aumentar para 9 milhões o número de turistas estrangeiros no Brasil.
3. Gerar 8 bilhões de dólares em divisas.
4. Aumentar para 65 milhões a chegada de passageiros nos vôos domésticos.
5. Ampliar a oferta turística brasileira, desenvolvendo no mínimo três produtos de qualidade em cada estado da Federação e Distrito Federal.

Destaca-se, nesta investigação, as metas 4 e 5. Para atingir a meta 4, fazem-se necessárias novas ações. Os principais eixos de intervenção são: a oferta de novos produtos, contemplando nossa diversidade cultural e regional; o fortalecimento dos segmentos, em especial os segmentos de negócios e eventos; a melhoria nos aeroportos de menor porte, facilitando os vôos regionais; a normatização da atividade e capacitação profissional, aumentando a oferta de produtos de qualidade (BRASIL, 2003).

Na meta 5, pretende-se desenvolver o Turismo com base no princípio da sustentabilidade, trabalhando de forma participativa, descentralizada e sistêmica, estimulando a integração e a conseqüente organização e ampliação da oferta. O efetivo envolvimento dos governos estaduais, dos parceiros estratégicos, do setor privado, dos municípios e da comunidade é fundamental neste processo. O resultado será de, no mínimo, 81 produtos ofertados proporcionando condições para o aumento do fluxo doméstico e internacional de turistas e melhorando as condições socioeconômicas dos municípios e regiões (BRASIL, 2003).

O PNT apresenta macroprogramas, que são desdobramentos temáticos escolhidos por seu potencial de contribuição, para atingir os compromissos estabelecidos nos objetivos e metas para o Turismo, no período 2003 – 2007, bem como, resultado das contribuições de todas as entidades do setor ouvidas e manifestas. Os macroprogramas são construídos por um conjunto de programas que visam, por seu intermédio, a resolver os problemas e obstáculos que impedem o crescimento do Turismo no Brasil, identificados por um processo de consulta ao setor (BRASIL, 2003).

Segundo o macroprograma 1, Gestão e Relações Institucionais, cabe ao MTur estabelecer a interface com distintos ministérios e órgãos governamentais dos

quais o Turismo depende direta e indiretamente. Por outro lado, considerou-se necessário fortalecer os canais representativos da iniciativa privada, para solidificar a interlocução com o poder público, além da participação efetiva do Brasil junto aos organismos internacionais do Turismo.

Pelo macroprograma 2, Fomento, acredita-se que, para o crescimento do setor, é necessário rever a ampliar a disponibilidade de linhas de crédito e financiamentos adequados à realidade de cada segmento. Outra necessidade seria a ampliação da infra-estrutura turística e o incentivo para construção de equipamentos.

O macroprograma 3, Infra-Estrutura, indica que as cidades necessitam de um cenário, no qual a infra-estrutura básica esteja disponível, garantindo não só a viabilidade dos investimentos, como sua sustentabilidade ao longo do tempo.

O macroprograma 4, Estruturação e Diversificação da Oferta Turística, visa a estruturar e a aumentar essa oferta, colocando no mercado novos produtos de qualidade, compatíveis com a diversidade cultural e contemplando as diferentes regiões brasileiras. Tendo como fundamental a participação dos governos estaduais e de parceiros estratégicos do setor privado, busca realizar um consistente planejamento e executar as ações necessárias para estruturar e qualificar os roteiros turísticos integrados, a ser elaborados pelos municípios, em consórcio.

O macroprograma 5, Qualidade do Produto Turístico, responsabiliza-se pelo cumprimento da regulamentação do setor, normatizando e fiscalizando segmentos da atividade turística e orientando a formação profissional. Esse macroprograma busca desempenhar um papel de indutor da qualificação dos serviços prestados e de estimulador dos mecanismos de fiscalização, para evitar abusos, tanto nas relações internas do setor, quanto na venda ao consumidor.

O macroprograma 6, Promoção e Apoio à Comercialização, tem como essência a qualidade e a diversidade da produção cultural brasileira, além da diversidade étnica, social e natural. No mercado interno, o Turismo deve possibilitar o aumento das viagens por diversas motivações. Os mecanismos de apoio à comercialização dos produtos turísticos fortalecem os mercados em funcionamento e, a médio e longo prazos, pretende incorporar novos mercados.

O macroprograma 7, Informações Turísticas, é aqui apresentado com maior destaque, já que a atividade turística depende intensamente de informações que facilitem seu desenvolvimento. Para tanto, é necessário um programa contínuo, que

não só pesquise a oferta, mas também a demanda; um sistema que avalie o impacto da atividade na economia, criando condições para fortalecimento do setor junto à sociedade. Os dirigentes públicos e privados necessitam de informações essenciais para a tomada de decisões gerenciais e para a captação e implementação de novos empreendimentos turísticos. A produção e a disseminação das informações vão proporcionar o aparecimento de uma cultura referencial no setor, baseada em números e pesquisas contínuas e confiáveis, facilitando a profissionalização na área e otimizando a aplicação dos recursos públicos e privados. Esse macroprograma tem como objetivos: conhecer a oferta turística do mercado nacional; avaliar o impacto da atividade turística na economia; dar suporte as ações de promoção, marketing e apoio à comercialização do produto Brasil; dar suporte à tomada de decisão de dirigentes públicos e privados do Turismo; conhecer a demanda do mercado internacional; dar suporte à decisão de potenciais investidores no setor de Turismo (BRASIL, 2003).

#### **1.3.4 O Estado no processo de planejamento do Turismo**

Para Beni (1998), o Estado tem, no controle do Turismo, uma das suas atribuições. Portanto, dirige a ele sua atenção setorial, traduzida na política traçada para atender os requisitos de seu crescimento, através de um planejamento particularizado que, pelas próprias características, acaba se mesclando ao processo de planejamento global do país. Sua ação é exercida, em primeiro lugar, pela política e, numa etapa seguinte, pelos concomitantes programas que integram o planejamento.

As políticas governamentais estão muito voltadas para beneficiar a população e, por isso, reforçam a necessidade de desempenho de um papel bem mais estratégico, coordenador e orientador no desenvolvimento do Turismo.

No sentido lato, o planejamento, do ponto de vista governamental, consiste em um processo que estabelece objetivos, define linhas de ação e planos detalhados para atingi-los, determinando os recursos necessários à sua consecução. Essa definição, pela sua amplitude, resume as principais noções e conceitos sobre planejamento na área da administração pública. Além de organizar um esforço sistemático no sentido de comparar a realidade presente com as expectativas do futuro, é estimulador do processo decisório. Força, por outro lado,



uma permanente auto-análise, bem como exame atual e futuro da posição do setor, de seus métodos de atuação, linha de conduta operacional, estrutura funcional, equilíbrio financeiro, controle, eficiência e direção. Uma vez definido como processo, o planejamento leva o administrador público a perquirir, a indagar sempre a velocidade e o acerto das decisões tomadas; a aferir, com possível segurança, os riscos e os imponderáveis da atividade turística (BENI, 1998).

Segundo Beni (1998, p.108), planejar é:

raciocinar em termos definidos sobre o setor, como ele deverá chegar a posição que os administradores públicos almejam, combater os riscos e tirar partido das vantagens previsíveis. Assim, em termos amplos, podem-se distinguir os seguintes pontos básicos no conceito de planejamento: estabelecer objetivos, definir cursos de ação e determinar as necessidades de recursos.

E mais: o planejamento é um processo contínuo, permanente e dinâmico; é ele que mantém o SISTUR ativo continuamente, porque conta com uma perene realimentação, já que a atividade revela uma enorme interdependência e interação dos elementos que a compõem.

O setor, quando expressado e representado em sua complexa totalidade, demanda um tipo de planejamento, ao qual se agrega a palavra “integrado”, indicando com isso que todos os seus componentes devem estar devidamente sincronizados e seqüencialmente ajustados. Assim, as metas e as diretrizes da área de atuação de cada um serão atingidas, ao mesmo tempo que o sistema global pode ser implementado e, imediatamente, passar a oferecer oportunidades de pronto acompanhamento, avaliação e revisão (BENI, 1998).

A fase mais determinante do desenvolvimento do planejamento estratégico é a elaboração da política de Turismo, definida como um conjunto de decisões que, integradas harmonicamente no contexto da política nacional de desenvolvimento, orientam a conduta do setor e regulam as ações a ser executadas, as quais se traduzem em planos e programas de desenvolvimento setorial. Assim, a Política de Turismo é o amplo guia que orientará o desenvolvimento do setor, ao passo que a estratégia constitui o meio para empregar os recursos disponíveis para alcance dos objetivos (BENI, 1998).

Para o autor, o ponto crucial do planejamento estratégico é a necessidade de um propósito unificador, consentido pelo governo, para assegurar que os diversos elementos do Turismo fluam na mesma direção. Esse é o segundo fator que apresenta problemas especiais de planejamento. Por vezes, pode-se questionar

se, de fato, é legítimo empregar o termo “atividade” de Turismo. Incontestável é que ele envolve setores multifacetados de muitas atividades, como: alojamentos, suprimentos, transportes, agências de viagens, entretenimentos, centros de exposições, compras e execuções.

A partir daí, verifica-se a necessidade de uma estrutura organizacional para coordenar as atividades e os planos futuros dos diferentes segmentos da atividade. Segundo Beni (1998, p.111), o Banco Mundial avaliou claramente essa questão, quando declarou: “o setor do Turismo só poderá desenvolver-se adequadamente quando lhe for dada uma estrutura institucional apropriada, governamental ou semi-governamental”. Esse é o requisito básico para o planejamento estratégico bem-sucedido em tão diversa atividade.

Esse processo tem dois estágios essenciais: o primeiro é a identificação e o acordo do propósito de políticas; o segundo é a definição de objetivos mais específicos e, a partir deles, a formação dos programas de ação que deverão ser adotados para atingir os propósitos estratégicos da política (BENI, 1998).

Uma abordagem de *input / output* é, com freqüência, muito útil nesse segundo estágio do processo de planejamento e envolve questões como: que *inputs* são necessários para assegurar que os objetivos estratégicos sejam alcançados? Que *outputs* são necessários para obter os *inputs* básicos? Os elementos dessa abordagem encontram-se ilustrados no quadro 1.

<b>Inputs essenciais</b>	<b>Outputs necessários</b>	<b>Políticas resultantes</b>
Capital	Lucros adequados	Políticas financeiras
Pessoas	Boas condições de emprego	Políticas de emprego
Mercados	Produtos que dão valor ao capital	Políticas de <i>marketing</i>
Aceitação do público	Satisfação dos interesses públicos	Políticas sociais e ambientais

Quadro 1: **Inputs e outputs das políticas de Turismo**

Fonte: Beni (1998, p.113)

No processo de planejamento, destaca-se a atenção que deve ser dada à implantação do SNIT, com abrangência em todo o território nacional, descentralizado em nível estadual e municipal, numa corrente de fluxo e refluxo de informação. O sistema objetiva principalmente o seguinte, conforme Beni (1998):

- construir uma base para o fornecimento de dados indispensáveis às atividades de pesquisa dos órgãos participantes;
- oferecer a informação adequada para a atividade de gestão, administração e

- planejamento do setor, em combinação integrada com os outros tipos de informação (econômica, social, política, comercial, legislativa e outras);
- informar a comunidade e suas lideranças sobre a Política Nacional de Turismo, para habilitá-las plenamente a participar da orientação do desenvolvimento dessa atividade no país e chamar sua atenção para os problemas prioritários;
  - conscientizar a população quanto à preservação do patrimônio turístico nacional, à boa acolhida aos visitantes, despertando, neles, o desejo de melhor conhecer o Brasil.

O SNIT, dependendo de dados externos, atuaria por meio de uma integração planejada com os sistemas regionais - órgão de informação da OEA, Confederação dos Organismos de Turismo da América Latina (COTAL) e outros - e junto ao Sistema Internacional de Dados Estatísticos do Turismo, coordenado pelo Centro de Documentação e Informação da OMT. A cooperação e o apoio técnico de órgãos internacionais e regionais, em nível institucional e de classe, são de grande valia para o aperfeiçoamento das técnicas usadas para a formação do acervo de informação e documentação turística. Através do fluxo de informações, assegura-se o controle do SNIT e das comunicações intra e intersetoriais (BENI, 1998).

A necessidade de informações faz com que se colem dados, os quais, submetidos inicialmente a um processo de seleção e revisão, são analisados e avaliados em termos qualitativos e quantitativos. Aqueles de real importância e significado são processados e comparados com as necessidades do Sistema de Informação Turística, gerando informação que passa a constituir conhecimento.

Quando às estatísticas do setor, o autor lembra que deve-se dar toda ênfase e apoio à efetiva implantação de um sistema nacional de estatística do turismo, que a Embratur vinha tentando consolidar. Esse sistema deve permitir: disponibilidade de informações fundamentais à pesquisa, planejamento e gestão administrativa do setor; realização de análises tecno-operacionais da realidade turística em seu contexto econômico, ecológico, social e cultura; fortalecimento da cooperação técnica entre o Ministério e órgãos oficiais de Turismo dos estados, e entre esses e os dos municípios, em função do sistema de planejamento (BENI, 1998).

Na verdade, um programa de estatística para qualquer atividade, em nível nacional ou mundial, deve basear-se essencialmente na uniformidade conceitual, de tal modo que os dados coletados possam oferecer um grau de confiabilidade que

não comprometa os programas elaborados a partir deles, isto é, de parâmetros estatísticos estabelecidos.

A institucionalização desse sistema e sua implantação definitiva, incorporando-o ao rol das práticas administrativas usuais a serem adotadas pelos órgãos responsáveis pela gestão do Turismo no Brasil, mais uma vez, só será possível quando houver a efetiva integração vertical e horizontal dessas práticas. Isso compatibilizará os métodos de atuação das entidades participantes, quer nas diversas esferas de governo, quer na iniciativa privada, promovendo tanto a necessária ação intersetorial dos subsistemas entre si e de seus aspectos multidisciplinares, como a apropriação de dados coletivos. Assim, proporciona o maior número possível de cruzamentos de informações. No elenco desses subsistemas, destacam-se: o de controle de entrada, permanência e saída de pessoas do país; o nacional de registro de hóspedes; o de demanda interna; o nacional de equipamentos turísticos; o de informações econômico-financeiros e o subsistema de estatística urbana e regional (BENI, 1998).

O programa de estudos econômicos do setor de Turismo deve ser desenvolvido com base nas informações obtidas pelo SNIT, visando a colher subsídios em projetos, planos e programas vigentes e previstos nos estados (BENI, 1998).

Em face de seus importantes efeitos econômicos, sociais, ambientais, políticos e culturais, o Turismo, organizado e planejado, é um poderoso instrumento de aceleração ou complementação do processo de desenvolvimento. No entanto, ao estabelecer a hierarquia de prioridades no planejamento da economia, os órgãos governamentais responsáveis não têm avaliado a medida entre o que se deseja e o potencialmente possível, entre as principais alternativas da política de desenvolvimento nacional ou regional (BENI, 1998).

### **1.3.5 Planejamento municipal com suporte em sistemas de informação**

Bissoli (1999a) defende que a informação é ferramenta fundamental para a sustentação da tomada de decisões, facilitando a aceitação de ações na área de Turismo. Com o avanço tecnológico, abrem-se perspectivas de obtenção de dados confiáveis e ordenação da informação, o que facilita o processo de desenvolvimento organizado e sustentável do Turismo. Nesse contexto, os sistemas de informação

podem agilizar e facilitar, de maneira eficaz, o processo de planejamento turístico.

Na concepção de Bissoli (1999a, p.34), planejamento turístico

é o processo que analisa a atividade turística de um determinado espaço geográfico, diagnosticando seu desenvolvimento e fixando um modelo de atuação mediante o estabelecimento de metas objetivos, estratégias e diretrizes com os quais se pretende impulsionar, coordenar e integrar o Turismo ao conjunto macroeconômicos em que está inserido.

As atividades ligadas ao planejamento turístico compreendem a utilização de técnicas e métodos científicos, com os seguintes objetivos (BISSOLI, 1999a, p.35):

- criação, elaboração, análise e interpretação de planos e projetos turísticos;
- realização de estudos tendentes a explicar os fenômenos turísticos, bem como as respectivas origens, mudanças e evoluções;
- análise dos efeitos dos pólos emissores e receptores sobre os indivíduos, grupos ou categorias sociais;
- interpretação dos dados sobre os costumes, práticas e hábitos de fluxos turísticos;
- elaboração de projetos ou estudos de planejamento, organização, funcionamento e exploração de empreendimento turísticos em empresas privadas ou públicas.

Há vários benefícios específicos e importantes na elaboração do planejamento turístico, entre eles: “otimização e equilíbrio dos benefícios econômicos, ambientais e sociais do Turismo, com distribuição equitativa desses benefícios para a sociedade, minimizando possíveis problemas no setor” (BISSOLI, 1999a, p.34). Assim, considera-se que o planejamento é uma estratégia e um instrumento valioso para orientar o sistema turístico. Por isso, deve-se pensar em instrumentos que facilitem o processo e garantam racionalidade, velocidade e confiabilidade nas decisões e implementações.

O planejamento, com suporte em sistemas de informação, entende o Turismo como um sistema aberto, e a informação como um elemento de estratégia e planejamento. Sendo assim, o sistema de informação pode acelerar o processo de elaboração do planejamento turístico de um município.

Porém, é necessária a distinção entre dado e informação: dados “identificam partes da informação; sozinhos, não têm significado. São grupos de símbolos não-aleatórios que representam quantidades, ações, objetos, etc.”; informação “é o conhecimento derivado de dados; identifica todos os dados que se apresentam estruturados entre si” (BISSOLI, 1999a, p.70).

A figura a seguir ilustra o processamento de dados e de informação, segundo essa autora:

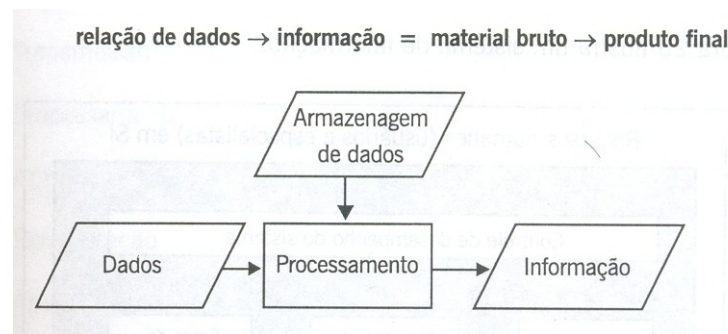


Figura 7: **Transformação de dados em informação**  
 Fonte: Loyolla *apud* BISSOLI, 1999a, p.70.

Bissolil (1999 a, p. 110) conclui que o importante é:

que a informação e a tecnologia da informação podem contribuir para o desenvolvimento da atividade turística, quer por meio do aumento da prestação de serviços, quer pela melhoria da qualidade, pelo desenvolvimento de novos produtos e serviços, pela redução de custos, pela exploração de novos nichos de mercado e pela maior competitividade.

Essa autora relata a experiência de planejamento turístico municipal dos alunos do curso de Turismo da PUC/Campinas, nos municípios de Caldas (MG), Morungaba e Altinópolis (SP). A experiência teve como finalidade possibilitar ao aluno o conhecimento básico das atividades gerais do setor, entendendo-o como um sistema articulado e inter-relacionado que procura agregar teoria e prática. A metodologia de inventário criada por Bissoli é uma das etapas para a elaboração do Plano de Desenvolvimento Turístico e compreende estas etapas (BISSOLI, 1999b): Inventário da Oferta Turística; inventário da demanda turística; diagnóstico – reflexão e compreensão da situação turística do município; elaboração das metas; elaboração dos objetivos; elaboração das estratégias e elaboração das diretrizes.

Esse trabalho de Bissoli baseou-se no modelo de Planejamento Turístico Municipal, com suporte em sistemas de informação, e propõe as seguintes etapas: preparação do material para a coleta de dados de oferta e demanda turística; criação de um banco de dados em computador; treinamento dos alunos; coleta, cadastramento e organização dos dados da oferta; quantificação e qualificação da demanda turística; elaboração de relatórios sobre o município envolvido, feito por professor ou consultor; conscientização sobre o assunto por professores e agentes multiplicadores da localidade; elaboração de uma pesquisa de opinião para a população; treinamento dos alunos da rede escolar local, para aplicação da pesquisa; tabulação e análise dos dados coletados; elaboração de diagnóstico; definição de metas, objetivos, estratégia e diretrizes para o plano; redação final.

O documento que representa esse planejamento chama-se Plano de Desenvolvimento Turístico. Segundo Bissoli (1999b), o Plano pode ser apresentado em 3 volumes: no primeiro, o Plano; no segundo, a oferta turística e no terceiro, a demanda turística e a participação da comunidade.

A ordenação e catalogação das informações da oferta turística do município podem ser realizadas com o programa *Microsoft Access*, a exemplo do banco de dados da figura montado por Bissoli (1999b) (figura 8).



Figura 8: **Interface do banco de dados**  
Fonte: BISSOLI, 1999b.

O sistema de informação permite que o processo de planejamento seja realizado com maior rapidez e confiabilidade. O banco de dados permite coletar, armazenar, processar, atualizar e interpretar informações.

Bissoli (1999a) concluiu que é importante vislumbrar o planejamento em uma visão sistêmica, com cuidados na escolha de métodos, técnicas, tecnologias, equipamentos e materiais e valorização dos recursos humanos, com um trabalho em equipe no processo de aprendizagem e de melhoria contínua.

## 1.4 METODOLOGIA DO INVENTÁRIO DA OFERTA TURÍSTICA

O inventário é a base da pesquisa em turismo. Para tanto, antes do estudo do objeto desta dissertação, faz-se necessário rever conceitos de inventário, além de resgatar as principais metodologias de Inventário Turístico. Nesse sentido, apresentam-se aspectos conceituais e metodologias de planos e programas. As metodologias descritas são:

- metodologia de inventariação de 1977, decorrente da II Reunião do Sistema Nacional de Turismo, na qual foi exposto o Documento Preliminar da Política Nacional de Turismo;
- metodologia de inventariação de 1996, do PNMT, elaborada após a criação da primeira Política Nacional de Turismo;
- metodologia de inventariação de 2005, com a criação MTur e do Plano Nacional de Turismo 2003-2007;
- metodologia de inventariação do SISTUR;
- metodologia de inventariação do Planejamento Turístico Municipal com Suporte em Sistemas de Informação.

Excetua-se, desse conjunto, a metodologia do MTur, descrita no último capítulo, pois integra o objeto da presente pesquisa.

### 1.4.1 Conceituação

De acordo com os conceitos da OMT (*apud* BRASIL, 2005, p.95), o Inventário Turístico é fundamental para que se conheça o espaço turístico de um país, para que se possa planejar a sua ordenação e o seu desenvolvimento.

O Inventário Turístico é “uma metodologia, uma ferramenta, um instrumento e um contributo destinado a subsidiar a formulação de uma Política Pública de Turismo, é um meio não um fim em si próprio” (BRASIL, 2005, p.95).

A Embratur (2001, p.15) conceituou o Inventário Turístico como:

o processo pelo qual se registra o conjunto dos atrativos, dos equipamentos e serviços turísticos, e da infra-estrutura de apoio turístico, visando o correto ordenamento e seu uso do território, de forma a otimizar a aplicação dos seus recursos naturais e culturais.

A OMT (*apud* BRASIL, 2005, p.95) definiu a oferta turística como:

El análisis económico del Turismo exige la identificación de los recursos utilizados por los visitantes en sus viajes, del consumo de bienes y servicios adquiridos y, por tanto, la identificación de las unidades económicas que les



proveen y servicios. Tanto la perspectiva de la demanda como de la oferta resultan de singular importancia.

Segundo Bissoli (1999b), oferta turística é o produto, um bem ou serviço diferenciado turisticamente, que um município tem a oferecer aos turistas, de existência natural, como aspectos geográficos, ou culturais, quando o homem cria ou intervém diretamente nesses aspectos. Para a autora, a oferta turística, em função de sua estrutura, complexidade e heterogeneidade, resulta na composição de um agregado de atividades econômicas, sociais e culturais e de serviços diversos.

Geralmente, a oferta turística compreende os atrativos e recursos naturais, históricos e culturais; meios de hospedagem; alimentação; entretenimento; serviços de apoios ao turista e transportes, entre outros.

#### **1.4.2 Modelo do SNT**

Segundo exigência da Embratur (BRASIL, 1977), para a realização desse modelo, fez-se necessário seguir o esquema proposto no Inventário de Recursos Turísticos da OEA. Esse esquema foi analisado na reunião do Programa Integrado de desenvolvimento do Turismo no Nordeste, que estabeleceu os principais critérios para a realização do Inventário Turístico da Região Nordeste. Além disso, a Embratur recomendava as seguintes atividades:

Registro gráfico e fotográfico, estado de conservação (descrição e avaliação), proteção legal existente e mapeamento de toda área turística, com inclusão dos arredores e identificação do tipo de atrativo existente em cada local, por categorias (BRASIL, 1977, p.30).

O inventário dos bens turísticos deve reunir os elementos necessários e suficientes a uma precisa identificação do patrimônio turístico e avaliação de seu estado de conservação e uso, considerando, principalmente, sua preservação e aproveitamento.

Para o primeiro levantamento dos arredores, são levadas em consideração as cidades capazes de receber fluxos turísticos imediatos. No documento a Embratur (BRASIL, 1977, p.29) estabelece os seguintes critérios para a seleção das cidades:

a) cidades litorâneas, considerando a presença do fator “praias”; b) cidades históricas; c) estâncias climáticas (de serra); d) estâncias hidrominerais e/ou termais; e) cidades com força de atração diferencial (geográfica, histórica, e/ou cultural), capazes de atrair fluxo turístico; f) cidades localizadas à margem de rodovias pavimentadas (aquelas que explorarem incipientemente a atividade turística e as que sirvam de ponto de apoio aos deslocamentos das correntes); g) cidades com produção artesanal e/ou atrações folclóricas; h) cidades de fronteira.

As áreas com potencial turístico, mas sem infra-estrutura de hospedagem, eram incluídas em outra etapa, por não terem condição imediata de aproveitamento

Para registro das informações dos atrativos turísticos, era feita uma compilação de todos os dados sobre os atrativos turísticos da área, ordenados segundo um sistema de classificação, que divide os referidos recursos em cinco categorias que, por sua vez, foram divididas em tipo e subtipos. Para registro material das informações, a Embratur recomendou a adoção de fichas para cada elemento levantado, contemplando os elementos necessários a sua identificação, principalmente, como: nome, categoria, tipo e subtipo; hierarquia; localização; meios de acesso; número aproximado de visitantes e épocas do ano de maior afluência; características que o elegem como interesse turístico, entre outros. Para o inventário regional, a Embratur indicou a confecção triplicada de cada ficha, para arquivamento em três classificações diferentes: por categoria de atrativo turístico, por divisão política (estado) e por área turística (cidade) (BRASIL, 1977).

#### **1.4.3 Modelo do PNMT**

Os municípios interessados em participar do PNMT deviam preencher o formulário do RINTUR, o qual precedeu a Metodologia de Inventariação da Oferta Turística nesse Programa. O RINTUR era um formulário que, como instrumento de pesquisa, possibilitava a coleta de informações sobre os municípios, para análise e avaliação. Por meio dele, eram identificados os municípios turísticos ou com potencialidade turística, definidos pela Embratur como: municípios turísticos (MT), aqueles consolidados, determinantes de um Turismo efetivo, capazes de gerar estadas e deslocamentos de fluxo permanente; municípios com potencial turístico (MPT), os possuidores de recursos naturais e culturais expressivos, que encontram no Turismo diretrizes para o desenvolvimento socioeconômico do município (BRASIL, 1997).

O RINTUR permitia conhecer inúmeros aspectos do município e de sua atividade turística. O formulário, com mais de 70 páginas, levantava os dados sobre atrativos naturais e culturais do município, capacidade hoteleira, recursos humanos, equipamentos e serviços ligados ao Turismo, festas e eventos locais que podiam ser aproveitados turisticamente, entre outras informações. Os municípios deveriam preencher o formulário anualmente, atualizando os dados junto à Embratur. Os resultados, uma listagem de municípios turísticos ou com potencial turístico, eram publicados no Diário Oficial da União, por meio de uma deliberação normativa.

Conforme a Embratur, o RINTUR não era feito somente para identificar os municípios turísticos ou com potencial para o Turismo; ele também visava criar parâmetros que permitissem estabelecer uma ordem de prioridade, entre os municípios, para melhor direcionar os investimentos, além de criar indicadores que norteassem as ações de planejamento do PNMT (BRASIL, 2002).

Como resultado da evolução do RINTUR, a metodologia do Inventário da Oferta Turística apresenta, de forma simplificada, o registro das informações sobre os atrativos, os equipamentos e serviços turísticos e a infra-estrutura de apoio dos municípios prioritários para o desenvolvimento do Turismo e engajados no PNMT. São propostos, no documento Metodologia de Inventário da Oferta Turística da Embratur, os seguintes objetivos: intensificar a pesquisa em Turismo e estimular a unificação metodológica em nível nacional, a fim de se obterem dados qualitativos e quantitativos comparáveis entre si; permitir realizar análises e projeções confiáveis (EMBRATUR, 2001).

Essa metodologia foi elaborada a partir da revisão e atualização das metodologias da OMT, da OEA e da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), com adaptações à realidade brasileira. Segundo a Embratur (2001), o Inventário da Oferta Turística é um instrumento básico para o planejamento estratégico, promovendo o conhecimento detalhado sobre a oferta de que o Turismo dispõe para exercer suas atividades geradoras de prosperidade. Seus objetivos são:

dotar a Embratur e os Órgãos Oficiais de Turismo dos Estados e Municípios de um instrumento que permita sistematizar, avaliar e hierarquizar as informações de interesse turístico; b) fornecer aos órgãos dos três níveis administrativos, ao setor empresarial e às comunidades informações que fundamentem o planejamento estratégico para o desenvolvimento do Turismo; c) desenvolver um sistema de informações, facilitando a disseminação, consulta e a atualização dos dados sobre a Oferta Turística no Brasil; d) este banco de dados sistematizado fornecerá subsídios para a elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento Turístico Municipal, contribuindo assim para o ordenamento e o uso do seu território de forma sustentável (EMBRATUR, 2001, p.13).

Por meio do RINTUR, pretendia-se orientar os órgãos estaduais de Turismo e as administrações municipais sobre os procedimentos, quanto à metodologia de aplicabilidade da ação de inventariar a oferta turística brasileira. Além disso, a Embratur estabeleceu uma estratégia de aplicabilidade para o Projeto Inventário da Oferta Turística, que compreendia a capacitação de coordenadores regionais, estaduais e municipais, bem como de pesquisadores locais.

A estratégia estabelecida contemplava a transmissão de conhecimentos da gestão pública desse projeto e o entendimento do método e da técnica do levantamento da oferta turística, capacitando os talentos humanos. A implementação do projeto foi dividida em 3 etapas: a primeira, qualificando e capacitando coordenadores regionais, estaduais e municipais e pesquisadores locais, por meio de eventos pedagógicos; a segunda, elaborando os projetos de inventário da oferta turística estadual e municipal; a terceira, realizando o Inventário da Oferta Turística em cinco passos: pesquisa de gabinete; pesquisa de campo; avaliação e hierarquização dos atrativos turísticos levantados, identificados e classificados; informatização de dados e disseminação das informações. Um projeto-piloto precedia a aplicação do Inventário da Oferta Turística, para testar todo o processo de aplicabilidade: estratégia, método e técnica (EMBRATUR, 2001).

Ainda segundo a Embratur, na Metodologia de Inventário Turístico, a oferta é representada pelos atrativos turísticos, equipamentos, serviços turísticos e infraestrutura de apoio. Os atrativos turísticos - elementos naturais ou artificiais que motivam o deslocamento de grupos humanos para conhecê-los, seja lugar, objeto ou acontecimento - foram estruturados em cinco categorias: atrativos turísticos naturais, histórico-culturais, manifestações culturais, realizações técnicas e acontecimentos programados. Os equipamentos e serviços turísticos - representados pelo conjunto de edificações, instalações e serviços indispensáveis ao desenvolvimento da atividade turística - foram estruturados em seis categorias: meios de hospedagem, serviços de alimentação, agenciamento de Turismo, instalações para eventos, entretenimentos e outros serviços. A infra-estrutura de apoio turístico - conjunto de obras e instalações da estrutura física de base do município, que cria boas condições de moradia para os residentes locais e para o desenvolvimento da atividade turística - foi também estruturada em seis categorias: informações básicas do município, meios de acesso ao município, sistema de comunicação, sistema de segurança, sistema médico-hospitalar e sistema educacional.

#### **1.4.4 Modelo do SISTUR**

Beni (1998) considerou que a oferta é composta e constituída de inúmeros elementos tangíveis e intangíveis, não de um só produto, bem determinado. Para ele, a identificação da oferta é uma parte dos operadores do SISTUR. Esses são

denominados como dispositivos que expressam as variáveis, os indicadores, os índices e outros dados relacionados com os componentes desse Sistema.

O autor define a oferta básica como “o conjunto de equipamentos, bens e serviços de alojamento, de alimentação, de recreação e lazer, de caráter artístico, cultural, social ou de outros tipos capaz de atrair e assentar numa determinada região, durante um período determinado de tempo, um público visitante” (BENI, 1998, p.153).

O subsistema da oferta e do diferencial turístico inclui o mapeamento e a hierarquização dessa oferta, da seguinte forma: primeiro, com os formulários de pesquisa de campo, mapeiam-se os atrativos turísticos naturais e histórico-culturais, equipamentos hoteleiros e extra-hoteleiros, equipamentos complementares de alimentação, equipamentos complementares de recreação, entretenimento e outros serviços turísticos; posteriormente, avaliam-se os atrativos turísticos, atribuindo pontos (1,2...) aos fatores, através de critério estabelecidos para ordenar os atrativos de acordo com a sua importância turística, assim hierarquizando-os (BENI, 1998).

#### **1.4.5 Modelo do Sistema de Informação**

Bissoli (1999a) entende por oferta turística o produto, o bem ou serviço diferenciado turisticamente - de existência natural, como aspectos geográficos, ou cultural, quando o homem cria ou intervém diretamente nesses - , que o município tem a oferecer aos turistas. Em função de sua estrutura, complexidade e heterogeneidade, a oferta turística resulta da composição de um agregado de atividades econômicas, sociais e culturais e de serviços diversos. Esses produtos já podem ser explorados ou têm o potencial para sê-lo.

No inventário turístico de Bissoli (1999b), a oferta é representada da seguinte forma: atrativos naturais efetivos que o município apresenta; recursos naturais distribuídos no espaço geográfico e que constituem aquilo que se convencionou chamar de paisagem, identificados ou qualificados como de valor para uso turístico; atrativos culturais efetivos próprios do lugar; recursos culturais que resultam do desenvolvimento das atividades humanas e compreendem o conjunto de manifestações culturais, materiais ou espirituais, identificados ou qualificados como de valor turístico ou praticados no espaço geográficos do município; equipamentos e serviços que permitam ou facilitem a permanência do viajante no município; infraestrutura de apoio turístico, ou seja, condições fundamentais que o município

oferece a seus moradores e que são estendidos para uso dos turistas; qualidade de serviços públicos e privados.

O inventário é elaborado a partir da coleta de informações por meio do “formulário da oferta turística”. Bissoli explica que os itens do formulário podem ser alterados de acordo com a realidade e a necessidade do município a ser trabalhado.

Portanto, desde sua organização inicial, o Turismo brasileiro esteve subordinado ao Ministério da Indústria e Comércio, e suas políticas e planos foram desenvolvidos a partir dessa visão reducionista. O conceito de indústria do Turismo está presente em todos os documentos até o início do século XXI, e a idéia mercantilista e o desenvolvimento setorizado, voltado para o econômico, permearam, por muito tempo, as ações do governo. Aos poucos, porém, as políticas de Turismo passaram a se preocupar também com o desenvolvimento cultural, com a preservação e com o lado social do fenômeno. Somente em 1999, o Turismo foi separado do Ministério da Indústria e realocado junto ao Ministério do Esporte. E recentemente, em 2003, ganhou um *status* de ministério, como já dito.

Com a criação de uma pasta própria, o Turismo recebeu a estrutura adequada e o reconhecimento de uma atividade importante para o desenvolvimento do país. Pela primeira vez, passou a ser prioridade de governo, com um papel fundamental no desenvolvimento econômico. Se por um lado, o discurso do Turismo engloba os aspectos sociais e ambientais da sustentabilidade e sua estrutura não reflete mais um setor do dentro da indústria, por outro, o problema da lógica reducionista, limitada ao sistema econômico, permanece.

A concepção sistêmica, conforme Beni, está presente nos documentos oficiais de Turismo desde 1977, porém não se avançou muito em ações concretas para que esse viesse a funcionar dentro da lógica complexa de um sistema aberto. A estrutura de inventariação, por exemplo, permanece a mesma, até mesmo a idéia de banco de dados só evoluiu das fichas de papelão para o armazenamento informatizado; sua essência permanece idêntica.

## 2 PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS

A base metodológica desta dissertação tem como quadro de referência a dialética histórico-estrutural (DHE). E sua escolha deveu-se ao entendimento do Turismo como fenômeno social, inserido em condições objetivas e subjetivas, com uma dimensão histórica e estrutura determinada, bem como às características dinâmicas e complexas da metodologia. Ainda considerou-se que seu uso, relacionado com processos históricos, melhor se enquadra no panorama nacional, podendo, assim, evitar que a teoria não seja coerente com a prática.

A opção por uma metodologia qualitativa dialética significa o esforço para o estudo das articulações do real, já que partiu-se do pressuposto de que a realidade em si mesma é dialética. Essa seria, então, o meio para alcançá-la e não um método alheio à realidade. Neste capítulo, serão apresentadas as bases metodológicas da presente investigação.

O Turismo, como fenômeno histórico, pode ser descrito nas experiências de sua construção, tornando-o, portanto, passível de ser melhor entendido. As experiências citadas envolvem, fundamentalmente, a relação sujeito-objeto.

No decorrer deste capítulo, são descritas as categorias da DHE para embasamento metodológico da pesquisa, auxiliando na compreensão do estudo. São construídas e utilizadas como categorias de análise, as seguintes: ciência - utilizando, para tal, autores como Demo (2004), Morin (2004), Moraes (1997) e Köche (1997); conhecimento - enfocando Demo (2004), Morin (2002/2004) e Moesch (2004); método - abordando Gil (1987), Moesch (2004), Demo (2005) e Köche (1997); planejamento - baseado em Molina (2005), Pessoa (1988) e Beni (1998 e 2006); sustentabilidade - também por meio de Beni (2006), Swarbrooke (2000), Krippendorf (2002) e Rocha (2005); turismo - a partir de Moesch (2000/2002/2004), Fuster (1971) e Acerenza (2002). Busca-se aprofundar a reflexão teórica sobre as categorias propostas e sobre a construção de conhecimento do Turismo.

Considerando os objetivos da investigação, aplica-se uma pesquisa de corte qualitativo, por melhor adaptar-se a seu pressuposto teórico. A pesquisa qualitativa

trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. [...] a abordagem qualitativa aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não

perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas (MINAYO, 1994, p. 22).

Some-se a isso o caráter descritivo-explicativo necessário à descrição das metodologias de inventário turístico e a identificação dos fatores que determinam ou contribuem para seu melhor entendimento:

As pesquisas deste tipo têm o objetivo primordial a descrição do fenômeno ou estabelecimento de relações entre variáveis. [...] algumas vão além da simples identificação da existência de relação entre variáveis, pretendendo determinar a natureza dessa relação. [...] uma pesquisa explicativa pode ser a continuação de outra descritiva (Gil 1987, p.45).

## 2.1 MÉTODO: DIALÉTICA HISTÓRICO-ESTRUTURAL

O termo dialética origina-se no grego *diaektikê*, que significa a arte da conversação ou do debate, nos termos propostos para tal por Platão e Aristóteles, ou seja, à base de perguntas e respostas. Sócrates (469-399 a.C.) avançou, buscando nas interrogações as contradições e as dificuldades do pensamento sobre a realidade. Mas foi com Hegel, séculos depois, que se concebeu “todo o mundo da natureza, da história e do espírito como um processo, isto é, em constante movimento, mudança, transformação e desenvolvimento, intentando, além disso, pôr relevo a conexão interna deste movimento de desenvolvimento” (MARX e ENGELS *apud* TRIVIÑOS, 1987, p.53).

A dialética, como entendida e praticada na contemporaneidade, buscaria “a interdependência e a mais íntima e indissolúvel conexão entre todos os aspectos de cada fenômeno (a história desvendando sempre novos aspectos), uma interconexão da qual resulta um processo de movimento único e universal, com leis imanentes [...]” (TRIVIÑOS, 1987, p.53).

A reflexão crítica e dialética só se desenvolve em oposição a corpos teóricos estabelecidos, a experiências já conhecidas. A crítica Dialética é aqui concebida como demolição de todos os conceitos estabelecidos, adquiridos, cristalizados, mumificados, e dos quadros de referência teóricos. É um apelo à derrubada perpétua dos sistemas em benefício do aprofundamento sempre renovado dos problemas. Mas a própria existência dessas problemáticas, fundamentos genéticos da teorização, só é manifestada por soluções teóricas particulares desses problemas (DEMO, 1980, p.16).

A metodologia deve permitir apreender a ciência como um processo vivo, não seqüencial, e não como um produto fragmentado; um processo no qual todos os elementos e aspectos encontram-se em constante interação, movimento, mudando-se um no outro e manifestando, às vezes uma, às vezes outra de suas propriedades. Esse processo de conhecimento decompõe a realidade para descobrir sua



constituição mais íntima.

A DHE é a mais consentânea com a realidade histórica, pois equilibra as perspectivas, satisfazendo o jogo das condições objetivas e subjetivas. São categorias básicas da DHE: os pressupostos do conflito social, a totalidade dialética, as condições objetivas e subjetivas, a unidade de contrários e a teoria e prática (DEMO, 1995).

De acordo com Triviños (1987), as leis e categorias existem objetivamente, isto é, não são expressões subjetivas nem apriorísticas da consciência humana. Elas se formam no processo de desenvolvimento histórico do conhecimento e da prática social, características do devir da humanidade.

Para a DHE, as categorias se formam no desenvolvimento histórico do conhecimento e na prática social. O sistema de categorias surge como resultado da unidade do histórico e do lógico e do movimento do abstrato ao concreto, do exterior ao interior, do fenômeno à essência. Elas não constituem um número definido. Aparecem em razão das atividades, que desenvolve o homem, atuando sobre a natureza, e a sociedade, em seu afã de conhecer e transformá-la (TRIVIÑOS, 1987, p. 58).

A categoria “pressupostos do conflito social” supõe que “toda a formação social é suficientemente contraditória, para ser historicamente, superável”, mesmo não havendo consenso sobre isto (DEMO 1995, p.89). O autor coloca a formação social como uma realidade que se forma, processualmente, na história. Esse aspecto formativo histórico, sempre dinâmico, na unidade dos contrários, ou seja, gesta, dentro de si, as condições de aparecimento de uma nova fase. Não há fase final definitiva, que não venha a ter razão histórica de superação.

A categoria “totalidade dialética” supõe que a alma dessa está na antítese, pois toda a realidade social gera, por dinâmica interna própria, seu contrário, ou as condições objetivas e subjetivas para a sua superação. Apresenta-se a partir de uma trilogia: tese, antítese e síntese; que, na verdade, é uma duologia, porque a síntese é apenas a próxima tese.

[...] toda tese, por força da historicidade intrínseca, desenvolve dentro de si a dinâmica contrária, que a leva a gestar as contradições necessárias e suficientes para a superação. Superando-se determinada fase, entramos numa formação seguinte, dita síntese, em vários sentidos: porque é superação por elevação, de outro, porque traz em si o resultado da superação de conteúdos específicos da estrutura do conflito social, o que permite dizer que nenhuma síntese apenas repete a tese: ademais, porque sugere idéias de totalidade histórica, particularmente no sentido da unidade dos contrários, a síntese não destrói, antes neles se repete, revive, reinventa. A antítese não é fase. Sendo negativa, é o que falta na fase, é o movimento da sua superação. A radicalidade da antítese condiciona a radicalidade da mudança: a quantidade e a qualidade do novo, na síntese está na proporção da radicalidade da antítese (DEMO, 1995, p.92).

O modelo triádico põe em relevo três momentos fundamentais: o primeiro é o da imediatez, indeterminada pela sensação, o que se pode apreciar à simples vista; o universal vazio e a totalidade abstrata poderiam ser chamadas, também, como o momento da tese, pois começa por afirmar o que vê, o que sente, o que percebe (MOESCH, 2004).

O segundo momento do processo de conhecimento é a negação do anterior: assim se passa à análise das múltiplas determinações essenciais, que se escondem atrás das aparências das coisas e fenômenos. Esse seria o momento da antítese do precedente, por meio da análise e desagregação das causas ou relações internas. A contradição começa a partir de uma diferença não-essencial e passa, em seguida, ao estágio da diferença essencial. Nas condições adequadas, as diferenças essenciais tornam-se contrários. A partir desse estágio e em seu desenvolvimento, as contradições chegam ao estágio dos extremos, em que os contrários entram em conflito, passam um no outro, tornam-se idênticos e, exatamente por isso, condicionam a resolução das contradições. Uma vez as contradições resolvidas, a formação material chega a um novo estado qualitativo, incluindo novas contradições.

O terceiro momento do processo dialético é chegar à síntese, portanto, à totalidade concreta, supondo a superação dos momentos anteriores, que é quando se chega à resolução dos opostos. É a negação da negação, porque se está negando o segundo momento, que já negou o primeiro. Portanto, ascende-se a uma espécie de síntese, podendo chegar a resultados satisfatórios: a totalidade concreta, reproduzida no e pelo pensamento.

A dialética estuda os fenômenos de maneira isolada, em cada um de seus aspectos, mas sempre dentro de um movimento de totalização em que se conectam as múltiplas relações. É uma maneira de retratar a totalidade do real, que não se capta bem repartindo em pedaços, a exemplo da análise positivista. De acordo com Demo (1995), a realidade concreta é sempre uma totalidade dinâmica de múltiplos condicionamentos, na qual a polarização dentro do todo é construtiva. É possível isolar um componente para vê-lo em si, desde que não se perca a perspectiva de que o todo é maior que a soma das partes, como já citado.

A categoria “condições objetivas e subjetivas” supõe que a realidade natural é determinada, dentro de um esquema rígido de causa e efeito, sempre independente da vontade humana. A realidade social não é determinada, mas condicionada, o que permite atribuir maneiras típicas, tendenciais, regulares de seu acontecer.

A DHE objetiva reconhecer, no mesmo patamar de relevância, condições objetivas e subjetivas. As condições objetivas são “aquelas dadas, externamente, ao homem, ou dadas, sem sua opção própria” e as condições subjetivas são aquelas “dependentes da opção humana, da capacidade de construir a história em parte, no contexto das condições objetivas”. Na estrutura dialética, “as condições objetivas se aproximam das estruturas formais da natureza e do homem, invariantes, dentro das quais se sucedem conteúdos variáveis, mais ou menos radicais, em estruturas dinâmicas, algo de essência da história algo estrutural e não contingência” (DEMO, 1995, p. 94, 95).

Na perspectiva positivista, é muito comum que se menospreze a dimensão subjetiva, supervalorizando a dimensão objetiva e invariante. Ao contrário, numa perspectiva radicalmente dialética, não é possível separar a objetividade da subjetividade; o componente subjetivo é essencial na vivência da prática histórica. Para Demo (1995), a distinção entre condições objetivas e subjetivas alcança aproximar-se da dimensão quantitativa e qualitativa.

A categoria “unidade de contrários” é vista como a marca mais profunda da dialética, pois resume todas as outras. Na história, as faces sempre dialogam: “o diálogo autêntico é uma fala contrária. Em partes idênticas, não há comunicação, há monólogo, pois duas coisas idênticas são uma só. Para haver diálogo, é mister a polarização de interesses contrários” (DEMO, 1995, p.97).

É importante distinguir “contrário” de “contraditório”: termos contrários são dialéticos, pois constituem os componentes essenciais das totalidades históricas; termos contraditórios não são dialéticos, porque apenas se excluem, não permitindo a polarização política, não formando um todo dinâmico, de repulsa e necessidade.

A categoria essencial da DHE é a contradição, que se apresenta na realidade objetiva; estabelece que a contradição é uma interação entre aspectos opostos, distingue os tipos de contradições - interiores/exteriores, essenciais/não-essenciais, fundamentais/não-fundamentais, principais/acessórias. Ela determina o papel e a importância na formação material e ressalta que é a origem do movimento e do desenvolvimento (DEMO, 1980, p.94).

Nesse contexto, a dialética se aplica àquelas realidades no sentido da unidade dos contrários, na qual cada fase gera sua contradição, afirmando que o conflito vem de dentro: a mudança é endógena. “ As totalidades históricas se mantêm processo e por isso se transformam, porque contêm dinâmica interna essencial, baseada na polarização. As realidades sociais não são apenas complexas; são sobretudo complexidades polarizadas (DEMO, 1995, p.97).

Na categoria “teoria e prática”, defende-se que o problema de fundo para o conhecimento e a transformação da realidade se centra na vinculação entre a prática e a teoria. Na dialética, é essencial reconhecer a prática histórica, ao lado da teoria. “A prática é condição de historicidade. Teoria é a maneira de ver, não de ser” (DEMO, 1995, p.100).

Na dialética, a prática é apenas um critério da verdade. Demo (1995) explica que a teoria social necessita de prática, mas essa não se faz necessariamente verdadeira. Isso porque, pela mesma teoria, pode-se chegar a várias práticas, até mesmo contraditórias. Com base nesse autor, elencam-se como características fundamentais da prática as seguintes: é sempre uma opção da teoria; é um traço concreto, ao contrário da teoria, que é generalizante; é o seu limitante, pois toda a prática apequena a teoria.

Toda prática é inevitavelmente histórica, disse Demo (1995). As práticas sempre têm o horizonte ideológico, principalmente, as diretamente confrontadas com estruturas de poder. Nessa perspectiva, as práticas

obrigam a revisão teórica, pois, na prática, toda a teoria é outra, assume ideologia e prática a decência de se submeter ao julgamento histórico aberto, torna a teoria muito mais produtiva, porque obriga a adequar-se a uma realidade possível, inquieta, conflituosa, que pouco tem a ver com a visão arrumada formalmente em excesso (DEMO, 1980, p.29).

## 2.2 ESTRATÉGIA METODOLÓGICA

Esta investigação analisa o modo como se faz a produção do conhecimento turístico no Brasil, por meio da metodologia da pesquisa do Inventário Turístico. Para avançar na reflexão teórica, foi escolhido, como objeto da análise, a Metodologia de Inventário da Oferta Turística do MTur.

Para tanto, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, visando à construção de um referencial teórico que permitisse o aprofundamento da referida análise. Também fez-se uma pesquisa documental, com a finalidade de identificar, nos documentos consultados, a forma como a metodologia do Inventário da Oferta Turística é enfocada, além de verificar as determinações institucionais envolvidas.

Com base no problema levantado e no intuito de alcançar os objetivos propostos para a respectiva resposta, o desenvolvimento desta pesquisa compreendeu a técnica da triangulação, sendo utilizados como procedimentos metodológicos os seguintes: entrevistas semi-estruturadas, observação e análise de

conteúdo.

A técnica de triangulação, segundo Triviños (1987, p.138), “tem como objetivo básico a máxima amplitude na descrição, explicação e compreensão do foco em estudo”.

Neste trabalho, os três pólos desta investigação foram organizados do seguinte modo:

- no primeiro, apresentam-se os elementos produzidos pelo meio, no caso, a metodologia de pesquisa do Inventário Turístico. Esse aspecto inclui o inventário provisório do ideário da investigadora, delineando a problematização, objetivos e direção da pesquisa, bem como o recorte da totalidade mais ampla, explicitada a partir das condições verificadas e de uma prática anterior. Essas informações são representadas pelos documentos e instrumentos legais e oficiais, nesse caso, leis, decretos, decretos-lei, medidas provisórias, políticas, planos e atas de reuniões, entre outros;
- no segundo pólo, busca-se resgatar os processos e produtos elaborados, a partir das percepções dos sujeitos, delineadas por meio do resgate crítico da produção teórica ou do conhecimento já produzido, incluindo as entrevistas com pessoas-fontes. A entrevista semi-estruturada<sup>2</sup>, aplicada às pessoas-fontes, teve por finalidade coletar dados e organizá-los, de forma a encontrar respostas ao problema e objetivos propostos. Foram consideradas pessoas-fontes aquelas que estavam historicamente ligadas aos processos de pesquisa em Turismo no Brasil, principalmente, ao Inventário Turístico do projeto-piloto do MTur. Os entrevistados, em alguns casos, foram submetidos a perguntas que estavam fora do roteiro de entrevista, no intuito de obter o máximo de informação. Para realização das entrevistas, foram utilizados gravador e anotações; excepcionalmente, o envio do roteiro de entrevista foi feito por e-mail. A transcrição parcial das entrevistas encontra-se em anexo;
- no terceiro pólo, na análise, utilizam-se os processos, os produtos e o modo como esses estão sendo produzidos pela academia. Para isso, escolheu-se o projeto-piloto do Inventário da Oferta Turística implementado no Rio Grande do Sul, em particular o trabalho desenvolvido pela PUC/RS, além de outras universidades da região metropolitana de Porto Alegre, como: Rede Metodista

---

<sup>2</sup> Os modelos de roteiro das entrevistas semi-estruturadas dos professores e dos alunos encontram-se no anexo do trabalho.

de Educação do Sul (IPA)<sup>3</sup>; Faculdades Rio-Grandenses (FARGS) e Centro Universitário Federação de Estabelecimento de Ensino Superior em Novo Hamburgo (FEEVALE)<sup>4</sup>. Tais instituições são representativas no campo de formação profissional e na construção teórica do Turismo. Além disso, a pesquisadora teve a oportunidade de acompanhar os respectivos processos de inventariação desenvolvidos por elas.

Realizou-se um total de 15 entrevistas, assim distribuídas entre pessoas envolvidas diretamente com inventários de oferta turística: 4 da PUC/RS; 4 do IPA; 3 da FARGS; 3 da FEEVALE e uma com um dos gestores do projeto-piloto. Nessa soma, foram entrevistados 8 professores e 7 alunos que trabalharam diretamente com o projeto-piloto. As entrevistas foram realizadas nos meses de outubro e novembro de 2006, período no qual as universidades já estavam finalizando seus inventários. Por meio dessas entrevistas, verificou-se a percepção dos sujeitos produtores e reprodutores do conhecimento, visando a mapear os aspectos metodológicos do projeto-piloto de Inventário da Oferta Turística.

Outra característica de destaque é o fato de o projeto ser uma ação inovadora do MTur. A observação deu-se, portanto, no sentido de obter conhecimento sobre o projeto e sobre o processo de inventariação, bem como a relação dos pesquisadores e da academia com o objeto de pesquisa. O registro das informações foi feito por meio de anotações de campo.

A reconstrução das categorias de análise, a partir da DHE, apontando a emergência de categorias identificadas *a posteriori*, foi feita com base nas experiências empíricas e na análise da metodologia do projeto-piloto do Inventário da Oferta Turística, implementado no Rio Grande do Sul.

A aproximação da pesquisadora com o objeto de pesquisa deu-se desde outubro de 2005, em reuniões promovidas pela Coordenação do projeto, bem como por seu acompanhamento aos alunos da PUC/RS, responsáveis pela inventariação<sup>5</sup>.

No contexto desta pesquisa, utilizou-se o método de análise de conteúdo com enfoque dialético, de forma a transformá-lo num instrumento de maior profundidade e complexidade. Esse método abandona focos em dados quantitativos estáticos; ao

---

<sup>3</sup> Antigo Instituto Porto Alegre (IPA).

<sup>4</sup> Antiga Federação de Estabelecimento de Ensino Superior em Novo Hamburgo (FEEVALE).

<sup>5</sup> Na PUC/RS, os alunos participantes do projeto foram os do: Observatório do Turismo e Departamento de Turismo, coordenados pelos professores Marutschka Moesch, Antônio Carlos Castrogiovanni e Luis Gustavo Silva.

contrário, analisa o conteúdo latente, que é dinâmico, estrutural e histórico.

Para Bardin (*apud* TRIVIÑOS, 1987), a análise documental é um meio de estudar as comunicações entre os homens, com ênfase no conteúdo das mensagens, em suas formas de linguagem escrita ou oral. O método sugere a apreciação das referidas mensagens, tendo a classificação dos conceitos, a codificação e a categorização como procedimentos indispensáveis a sua utilização.

Na interpretação e análise das informações coletadas, foram desenvolvidos, com base em Duverger (1996), os seguintes pontos: a) leitura global para apreensão do todo; b) identificação de indicadores dos temas; c) classificação do tema para melhor compreensão e interpretação; d) identificação das unidades intencionais: contradições (teoria/prática, totalidade/fragmentação) e mediações (ideologias/psicossociais); e) identificação de relações explícitas e implícitas por meio de: análise e discussão das informações; discussão dos conceitos relevantes que orientam a interpretação e a análise do material; discussão teórica; estabelecimento de conexões, mediações e contradições dos fatos; identificação de determinações fundamentais e secundárias do problema; estabelecimento de relações entre as partes e o todo; síntese da investigação.

## 2.3 DESCRIÇÃO DAS CATEGORIAS DE ANÁLISE

A investigação compreende movimentos reflexivos, sistemáticos e críticos, objetivando estudar a produção de conhecimento turístico, por meio da metodologia de pesquisa da Inventariação Turística e de sua efetiva utilização para o planejamento sustentável do Turismo. Para isso, inclui-se a análise das categorias: ciência, conhecimento científico, método, planejamento, sustentabilidade e Turismo, por meio dos sujeitos produtores e reprodutores do Turismo.

### 2.3.1 Categoria Ciência

Na busca do entendimento do objeto pesquisado, a categoria “ciência” é analisada a partir das teorias de Köche (1997), de Demo (2004) e de Moraes (1997).

Ciência significa conhecimento. Porém, há conhecimentos que não pertencem à ciência, como o conhecimento vulgar, o religioso e o filosófico. Tradicionalmente, ligou-se a palavra saber ao significado de saber verdadeiro, correto, inquestionável,

oposto ao não-saber, ao conhecimento falso, incerto e questionável. Portanto, ciência apenas podia ser atribuível a um determinado tipo de conhecimento: ao que possuía o saber correto, diferente de outros pretensos conhecimentos que não o possuíam, que não podiam ser ciência.

Existem acordos clássicos, sobretudo na linha do processo lógico, sistemático analítico, argumentado e rigoroso, que consideram ciência a forma de conhecimento que tem por objetivo formular, mediante linguagem rigorosa e, na maioria das vezes, com o auxílio da linguagem matemática, leis que regem os fenômenos. Por outro lado, mais contemporaneamente, esse modelo de verdade universal foi abandonado. As “normas” de cientificidade representam o que constitui o conhecimento científico em determinado momento histórico. Toda a atividade científica, como qualquer outra atividade humana, só pode ser plenamente entendida como processo histórico.

A história da ciência mostra que seus princípios básicos foram modificados ou substituídos em função de novas conjecturas, de novos paradigmas ou pontos de vista. Köche (1997) a dividiu em três períodos históricos: ciência grega (do século VIII a.C. até o final do século XVI), a ciência moderna (do século XVII até o início do século XX) e a ciência contemporânea (a partir do início do século XXI).

A ciência grega, era conhecida como a filosofia da natureza, tinha como única preocupação a busca do saber, a compreensão da natureza das coisas e do homem. Havia um processo de demonstração e de justificação dos princípios universais. O conhecimento científico era o demonstrado como certo e necessário por meio dos argumentos lógicos. O valor de uma explicação estava em seu poder argumentativo que justificava sua aceitação e plausibilidade. A ciência grega era uma ciência do discurso, e não havia tratamento do problema que desencadeia a investigação e, sim, a demonstração da verdade racional no plano sintático.

Embora delimite-se a ciência moderna com início no século XVII, deve-se considerar que, a partir do século XII, por influência do uso da matemática, da observação e da experimentação na tecnologia latente da Idade Média, a exigência de métodos precisos de investigação e a explicação no campo das ciências naturais conduziram à tentativa de uso de métodos matemáticos experimentais.

O pensamento cartesiano, dominante na ciência moderna, afirmava que era preciso decompor uma questão em outras mais fáceis, até se chegar a um grau de simplicidade suficiente, que tornasse a resposta evidente. Desse método,



juntamente com as idéias de Galileu, surgiu a matematização do pensamento humano, segundo o qual a natureza é governada por leis, cujas fórmulas são matemáticas. O universo passou a ser um sistema mecânico que funcionava de acordo com as leis da física e da matemática.

Observa-se, na ciência moderna, duas distinções fundamentais: a primeira refere-se à separação entre o conhecimento científico e o conhecimento proveniente do senso comum; a segunda refere-se à separação entre a natureza e a pessoa humana. Seus princípios são: separação, redução, disjunção, mecanização, racionalização e determinismo.

De acordo com Moraes (1997), o que passou a predominar foi uma ciência materialista, determinista, destruidora, cheia de certezas, que ignora o diálogo e as interações que existem entre os indivíduos, entre ciência e sociedade. O homem alienou-se da natureza, do trabalho, de si mesmo e dos outros. E quando o sujeito e a sociedade são considerados de forma determinista, o sujeito desaparece. A ciência expulsou o sujeito das ciências humanas, na medida em que propagou entre elas o princípio determinista e redutor.

Outro resultado da ciência moderna é que a “hiperespecialização impede tanto a percepção do global (que ela fragmenta em parcelas), quanto do essencial (que ela dissolve) (MORIN, 2004, p.41)”. Em outras palavras, a especialização extrai o objeto do seu contexto e de seu conjunto, rejeita o relacionamento com o seu meio, com o seu sujeito.

A ciência moderna separou as áreas do conhecimento, não estabelecendo uma reflexão sobre o destino humano. Não se está desmerecendo os avanços científicos-tecnológicos concebidos a partir da visão cartesiana, mas sim, sinalizando o perigo que um pensamento redutor, disjuntor, racionalizador pode representar para o estudo do ser humano e da sociedade.

Um dos primeiros autores a romper com os paradigmas da ciência moderna foi Duhem (*apud* KÖCHE, 1997). Para ele, os critérios utilizados como método no fazer científico são condicionados historicamente. Como convenções articuladas no contexto sociocultural, permitem a renovação e o processo das teorias, revelando o caráter dinâmico da ciência e a historicidade dos princípios epistemológicos desse fazer. Nessa época, quebrou-se o mito da objetividade pura, isenta de influências das idéias pessoais dos pesquisadores. A partir disso, a ciência, entendida como mais do que uma simples descrição da realidade, é uma proposta de interpretação.

Popper (*apud* KOCHE, 1997, p.77) afirmou que “a ciência não é um sistema de enunciados certos ou bem estabelecidos, (...) ela jamais pode proclamar haver atingido a verdade ou um substituto da verdade, como a probabilidade”. Para ele, há uma atitude crítica permanente na ciência, que consiste na atitude do cientista em adotar procedimentos que tentem localizar os possíveis erros de suas teorias.

Contemporaneamente, desmitificou-se a concepção de que o método científico é um procedimento regulado por normas rígidas que prescrevem os passos a serem seguidos pelo investigador, na produção do conhecimento científico. Admite-se também que a ciência e seus procedimentos são encarados como um processo histórico e como um sistema aberto, sujeitos a mudanças drásticas atreladas à cultura de cada época e à área de conhecimento na qual se situa o problema investigado.

A concepção contemporânea de ciência está muito distante das visões gregas e modernas, nas quais o conhecimento era aceito como científico, quando justificado como verdadeiro. O objetivo da ciência ainda é o de tornar inteligível o mundo; é atingir um conhecimento sistemático e seguro de toda a realidade. No entanto, a concepção de “ciência na atualidade é a de ser uma investigação constante, em contínua construção e reconstrução, tanto das suas teorias quanto dos seus processos de investigação” (KÖCHE, 1997, p.78).

A ciência, em sua compreensão atual, deixa de lado a pretensão de taxar seus resultados como verdadeiros; consciente de sua falibilidade, busca saber sempre mais.

Seguindo os critérios defendidos por Demo (2004), adotou-se, nesta investigação, o questionamento sistemático, como marca diferencial da ciência. Assim, valorizou-se, principalmente, o processo de elaboração argumentada, teórico e prático, mais do que produtos, pontos de partida e pontos de chegada. A ciência tem um compromisso ineludível de ser crítica e criativa; ao questionamento sistemático, deve-se acrescentar, então, a marca crítica e criativa, e somente pode ser científico, o que for discutível.

“A ciência é uma pretensão de conhecimento, dentro de um processo infundável de busca e pesquisa, não existe produto propriamente final” (DEMO, 2004). Sendo assim, reafirma-se que o diferencial típico de ciência é o questionamento sistemático. Uma das decorrências dessa definição é, desde logo, sua condição de meio ou de método. Esse reconhecimento tem dupla face: de um

lado, diz que a ciência não é um fim em si, pois é de ordem instrumental; de outro, diz que a dimensão metodológica perfaz sua qualidade própria principal. Neste trabalho, concorda-se com Demo (2004, p.20), no sentido de que “científico é sobretudo o conhecimento metódico, dotado dos rigores do método”.

Seguindo essa lógica, o conhecimento poderia circunscrever-se à manifestação principal da pesquisa, como instrumento de intervenção, acessível a todas as pessoas, segundo sua formação. A ciência insinua um tipo mais sólido de conhecimento, sobretudo de exigências de qualidade formal e institucional. Enquanto o conhecimento pode ser encontrado em qualquer forma de saber, inclusive no senso comum, a ciência interpõe cortes metodológicos específicos. Na condição de princípio científico, pesquisa apresenta-se como uma instrumentação teórico-metodológica para construir conhecimento.

### **2.3.2 Categoria Conhecimento científico**

Completando a categoria “ciência”, analisa-se a categoria “conhecimento científico”, através das reflexões teóricas de Demo (2005), Morin (2002/2004) e Moesch (2004). Para tanto, foi adotada a expressão conhecimento científico, por entender que esse é um, entre outros também possíveis, como sabedoria, bom-senso e mesmo senso comum, além de admitir histórias diferenciadas. Conforme Demo (2005), conhecimento científico pode ser sinônimo de ciência, desde que não se afirme ser aquele necessariamente superior e totalmente diverso diante de outros tipos e história.

Buscando o entendimento pela dialética, o conhecimento científico tem como base o questionamento, alimentado pela dúvida metódica; questionamento como método, não apenas como desconfiança esporádica, localizada, intermitente. Os resultados do conhecimento científico, obtidos pelo questionamento, permanecem questionáveis por simples coerência de origem. Para Demo (2005), o conhecimento científico, nessa visão, não produz certeza, mas fragilidades controláveis.

Esse procedimento metodológico articula dois horizontes interconectados: o da formalização lógica e o da prática. Dito de outra forma, o conhecimento científico precisa satisfazer critérios de qualidade formal e política. Costumeiramente, só são aplicados os critérios formais, pois são os classicamente mais reconhecidos e aparentemente menos problemáticos. Entretanto, assim procedendo, não se desfaz

dos critérios políticos; eles apenas são ocultados (DEMO, 2005).

Para que o discurso possa ser reconhecido como científico, precisa ser lógico, sistemático, coerente, sobretudo bem argumentado, ou seja, precisa atender critérios formais da demarcação científica, quais sejam, conforme esse autor:

- Coerência: critério mais lógico e formal, significando a ausência de contradição no texto, fluência entre premissas e conclusões, texto bem tecido;
- Sistemática: parceria da coerência, significa o esforço de dar conta do tema amplamente, sem exigir que se esgote, pois nenhum tema é esgotável;
- Consistência: refere-se à capacidade do texto de resistir à contra-argumentação ou, pelo menos, merecer o respeito de opiniões contrárias. Saber argumentar coincide com saber fundamentar, alegar razões e apresentar justificativas é ir além da descrição do tema, para aninhar-se em sua explicação;
- Originalidade: diz respeito à expectativa de que todo discurso científico corresponde a alguma inovação, pelo menos no sentido reconstrutivo. Não se aceita um discurso apenas reprodutivo;
- Objetivação: refere-se ao esforço, sempre incompleto, de tratar a realidade assim como ela é. Não se refere à “objetividade”, porque impossível, mas ao compromisso metodológico de dar conta da realidade da maneira mais próxima possível, o que tem instigado o conhecimento a ser experimental, dentro da lógica do experimento;
- Discutibilidade: significa a propriedade da coerência no questionamento, evitando a contradição, ou seja, desfazendo o discurso ao fazê-lo, como seria o caso de pretender montar conhecimento crítico imune a crítica.

Demo (2005) destacou sua preocupação com a formalização desses critérios, porque é preciso sempre ter em mente o que se ganha e o que se perde com tais procedimentos. Ademais, os critérios formais facilmente se desligam dos conteúdos e do contexto de lugar e tempo.

Não se pode perder de vista que o consenso não escapa do questionamento dialético. Nesses termos metodológicos é que se busca jamais negar os critérios formais, mas combiná-los com os políticos, dentro da precariedade de consensos, sempre alimentados pela dialética, para além dos rigores metodológicos científicos. Essa forma de entendimento, desde que suficientemente dialética, visualiza a interferência de critérios políticos, como naturalmente inerentes ao processo de

produção científica.

A politicidade do conhecimento científico ganhou, ultimamente, outro aliado extremamente forte, que é o fenômeno da inteligência e da aprendizagem, sendo descrito, cada vez mais, em bases biológicas. Todo ser vivo de certa forma o é porque aprende, não se reproduz apenas mecanicamente, sempre com a mesma entidade. Ele vai agregando história própria ao aprendizado, fazendo com que a adaptação deixe de ser só passiva; inclui nela um espaço próprio, até certo ponto, conquistado (DEMO, 2005).

Trata-se de estudar o fenômeno na perspectiva do sistema em que ele se insere e se constitui, numa complexa trama de elementos e interações. Deve-se entender essa trama como um sistema aberto, complexo, contrapondo-se à antiga concepção de sistemas fechados.

Todavia, o objeto científico não existe sem a presença do sujeito, e a presença desse é mais que suficiente para marcar o fenômeno da politicidade. Extirpar a relação de poder seria extirpar o próprio sujeito. Para controlar a imisção do poder com a ciência, é mister, primeiro, reconhecer sua presença, sobretudo fluida, dispersa, geralmente imperceptível, em todas as suas dobras; segundo, é necessário tratar o objeto de modo que a realidade, assim como ela é, esteja acima da realidade idealizada. Para isso, a utilização do método é fundamental (DEMO, 2005).

Moesch (2004) afirmou que se pode constatar, imediatamente, os dois níveis do processo do conhecimento: o da personalidade do observador e o da realidade objetiva, ou seja, o objeto que está fora do pesquisador e que é outro. Constata-se que o conhecimento histórico não se limita à leitura de documentos, mas pressupõe a cultura geral do historiador e todo o processo de investigação que culminará numa síntese. Então, o conhecimento não será independente da cultura do observador e de seus fantasmas.

A experiência comum empurra alguns cientistas a pensar que, em última instância, a realidade seria tão simples que caberia numa “teoria de tudo” ou numa fórmula matemática capaz de captar, resumir e expressar toda a dinâmica da natureza. A idéia racionalista de realidade logicamente analisável até o fim, confiando na coincidência não problemática entre a estrutura do pensamento e a realidade pensada, parece estar na contramão do que se prefere entender por “real” (DEMO, 2005). No entanto, continua válido apostar nela como caminho de

análise da realidade, embora em sentido muito mais dialético.

Nessa linha de pensamento, Demo (2005, p.53) explicou: “hoje, não dizemos mais que, aplicando os métodos, temos em mão a realidade objetiva, porque sua complexidade explode todos os métodos: onde não há rigor metodológico, falta realidade; onde há em excesso, sobra realidade”.

Acontece que, a par dessa experiência, outra não menos fulgurante comparece sempre à cena: a complexidade. Para Morin (2002, p.89), “é preciso substituir um pensamento que isola e separa por um pensamento que distingue e une. É preciso substituir um pensamento disjuntivo e redutor por um pensamento do complexo”. Portanto, o fenômeno do Turismo ocorre em diferentes campos de estudo, mas com uma estrutura comum a todos.

É necessário substituir o pensamento simplificador, disjuntivo e redutor, por um pensamento complexo, no sentido originário do termo *complexus*, conforme defende Morin:

*Complexus* significa o que é tecido junto; de fato, há complexidade quando elementos diferentes são inseparáveis constitutivos do todo (..), e há um tecido interdependente, interativo e inter-retroativo entre o objeto de conhecimento e seu contexto, as partes e o todo, o todo e as partes, as partes entre si. (MORIN, 2004, p.38)

Para Demo (2005), o fato de que toda a explicação deixa coisas inexplicadas não prova o limite superável da ciência; mostra, apenas, sua dinâmica complexa e natural. Nesta investigação, entende-se que o conhecimento pertinente é aquele capaz de situar qualquer informação em seu contexto e, se possível, no conjunto em que está inscrita, contextualizando e englobando. Desse modo, criar uma ciência do Turismo significa tentar entender a complexa multiplicidade do que é humano.

Neste trabalho, defende-se a concepção de conhecimento científico como sinônimo de um método que compreende a complexidade dos fenômenos. Assim, pensa-se o sujeito como a essência dos fenômenos sociais que envolvem inúmeras faces de vivências humanas, desencadeando diversas atividades no campo objetivo e subjetivo. A exigida reforma do pensamento vai gerar o pensamento do contexto e do complexo; um pensamento que liga e enfrenta incertezas.

### **2.3.3 Categoria Método**

Na busca do entendimento do objeto desta pesquisa, a categoria “método” é

analisada com base em Gil (1987), Moesch (2004) e Demo (2005).

O conhecimento é aceito como científico, quando segue o método científico. Isso pressupõe a existência de um método, um procedimento adotado de passos e rotinas específicas, que indique como a ciência deve ser feita para ser ciência; em outras palavras, deve-se determinar o método que possibilitou chegar a esse conhecimento. Pode-se definir método, de acordo com Gil (1987), como o caminho para se chegar a determinado fim. E método científico como o conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos, adotados para se atingir o conhecimento.

O que se aceita chamar de método científico é a forma crítica de se produzir o conhecimento científico. Os métodos procuram garantir a objetividade necessária ao pesquisador, no tratamento dos fatos sociais. Eles oferecem normas bastante gerais destinadas a estabelecer a ruptura dos objetos científicos com os do senso comum. Para Gil (1987), por meio do método, o pesquisador pode decidir sobre o alcance de sua investigação, as regras de explicação dos fatos e a validade das generalizações. Pode-se dizer que os métodos gerais têm como objetivo fundamental oferecer soluções para os problemas epistemológicos da investigação científica.

Importa lembrar, ainda, que nas Ciências Humanas, é impossível separar rigorosamente objeto e método. Um método, em si, nada significa; ele é sempre um método de estudo de tal objeto. Não há método universal: cada objeto é suscetível de ser abordado por determinados métodos e não por outros. Contudo, um mesmo método pode ser aplicado a um grande número de objetos (MOESCH, 2004).

Diante da diversidade de métodos, determinados pelo tipo de objeto a investigar e pela classe de proposições a descobrir, neste trabalho adotou-se a classificação de Gil (1987), considerada a mais próxima dos objetivos desta dissertação. Segundo essa classificação, são três os métodos gerais mais adotados nas Ciências Sociais, conforme discriminado a seguir:

- Método hipotético-dedutivo: apresentado à ciência como uma tentativa de superação das limitações dos métodos indutivos e dedutivos. De acordo com Kaplan (*apud* GIL, 1987, p.30):

cientista, através de uma combinação de observação cuidadosa, hábeis antecipações e intuição científica, alcança um conjunto de postulados que governam os fenômenos pelos quais está interessado; daí deduz ele as conseqüências observáveis; a seguir, verifica essas conseqüências por meio de experimentação e, dessa maneira, refuta os postulados, substituindo-os, quando necessário, por outros e assim prossegue.

Esse método pode ser visto na perspectiva da dedução (método

dedutivo) e da indução (método indutivo). O primeiro parte do geral e vai para o particular; parte de princípios considerados verdadeiros e indiscutíveis para chegar a conclusões de maneira puramente formalem virtude unicamente de sua lógica. O segundo procede inversamente: parte do particular e coloca a generalização como um produto posterior ao trabalho de coleta de dados particulares. De acordo com o raciocínio indutivo, a generalização não deve ser buscada aprioristicamente, mas constatada a partir da observação de um número de casos concretos suficientemente confirmadores da suposta realidade.

Com o advento do positivismo, a importância do método hipotético-dedutivo foi reforçada, e ele passou a ser proposto, também, como método de investigação nas ciências humanas.

- Método dialético: compreendido de maneira diversa. Gil (1987) levantou como princípios comuns a toda a abordagem dialética o da unidade e luta dos contrários, o princípio da transformação das mudanças quantitativas em qualitativas e o princípio da negação da negação. Esse método já foi descrito na exposição das bases metodológicas;
- Método fenomenológico: consiste em mostrar o que é dado, em esclarecer esse dado. Não explica mediante leis, nem deduz a partir de princípios; considera, imediatamente, o que está presente na consciência, o objeto. Visa ao dado, sem querer decidir se esse dado é uma realidade ou uma aparência. “Interessa-lhe imediatamente não o conceito subjetivo, nem a atividade do sujeito, mas aquilo que é sabido, posto em dúvida, amado, odiado etc.” (BOCHENSKI *apud* GIL, 1987, p.33).

Neste estudo, concorda-se com Moesch (2002), quanto ao entendimento de que a metodologia deve possibilitar a apreensão da ciência como um processo vivo, não seqüencial, e não como um produto fragmentado. Esse processo de conhecimento decompõe a realidade, para descobrir sua constituição mais íntima. Estuda os fenômenos de maneira isolada em cada um de seus aspectos, mas sempre dentro de um movimento de totalização em que se conectam múltiplas relações. Do nível sensível, por negação, passa ao analítico e, no final, alcança o momento da síntese, chegando ao concreto do pensamento. Esse seria a meta culminante, mesmo que provisória, do processo de produção de conhecimento.

Referendou-se, inclusive, nas categorias analisadas anteriormente, a



importância do método para a construção do conhecimento baseado no questionamento sistemático. A ciência exige compromisso metodológico, e no contexto da investigação proposta, a pesquisa apresenta-se como a instrumentação teórico-metodológica para construir o conhecimento. Busca-se a concepção de conhecimento científico como sinônimo de um método que compreenda a complexidade dos fenômenos.

A tendência metodologizante atual, na avaliação de Moesch, não consegue fazer uma análise dos conteúdos do objeto turístico, nem tampouco explicar o fenômeno. Para ela “o estudo das práticas sociais deveria primar sobre as questões puramente metodológicas, pois o objeto se constrói e é construído no processo de investigação” (MOESCH, 2004, p. 348).

Sentir a subjetividade e fazer aparecer a emoção das pessoas ao responderem as questões também é dado, embora muito diferente do comum, porque, em vez de apenas representar sinalizações lineares de realidade de forma reduzida, busca atingir e reconstruir a arqueologia dos fenômenos (DEMO, 2005).

O método deve fazer jus aos aspectos complexos da realidade, curvando-se diante dela, não ao contrário. Um fenômeno social como o Turismo exige mais do que a mensuração de dados; busca um conteúdo mais subjetivo e dinâmico, porque a não-linearidade convive com o imprevisível que garante a dinâmica dialética e de incertezas. Pode-se, assim, formalizar o conhecimento com maior flexibilidade e perceber a trama complexa do fenômeno em estudo.

#### **2.3.4 Categoria Planejamento**

Embora o planejamento não tenha perdido sua importância, o modelo centralizado revela-se insuficiente face à realidade do Turismo moderno (século XIX e XX). O predomínio do enfoque econômico-industrial cedeu lugar a uma expressão e a um modelo denominado e caracterizado como modelo de “indústria turística”, como o do Departamento Australiano de Turismo e Recreação (1975) e o do Departamento de Turismo de Nova Gales do Sul (1977). Baseado nisso, as metodologias de formulação e avaliação de projetos elaborados em organizações não atendem especificadamente à evolução do Turismo. Para Molina (2005), a “indústria turística” definiu um marco significativo na história do Turismo contemporâneo. Mas observam-se diversos eventos voltados para superá-lo,

conforme tendências culturais, sociais e tecnológicas. Assim, o Turismo na atualidade exige planejamento, mas em outras condições.

O planejamento do Turismo teve um enfoque econômico, dirigido especialmente para regularizar os investimentos. Atualmente, é fundamental ampliar o âmbito de seu planejamento, transcender o meramente econômico – no melhor dos casos -, para estabelecer um compromisso mais sério com os aspectos culturais do turismo. O planejamento direcionado ao desenvolvimento é um instrumento eficaz para racionalizar a criatividade, bem como para organizar relações dinâmicas e equilibradas entre o ambiente natural, a tecnologia, os grupos humanos e os indivíduos. É aqui que o planejamento adquire relevância e transcendência humana, enquanto se transforma num instrumento que conduz o homem-turista e o homem-receptor até sua auto-realização (MOLINA, 2005).

Sendo o sistema turístico dinâmico e probabilístico, sua terá de ser igualmente dinâmica e probabilística. Esse princípio opõe-se ao planejamento tradicional, que é mecânico, reducionista e determinista. Por isso, não responde às exigências de um sistema mutante (MOLINA, 2005).

O planejamento, para Beni (2006, p.94), deve se apoiar na participação social, bem como na equidade, intersetorial e sustentabilidade. Tal ação interativa representa um esforço ponderável na construção de um modelo de desenvolvimento integral, integrado e sustentável, possibilitando superar paulatinamente a reprodução da pobreza e da exclusão social, provocada pelo aumento das desigualdades, da internacionalização da economia, da incontrolada competitividade e do esgotamento das verbas públicas. Nesse processo integrado ou novo planejamento, a ênfase recai sobre a observação de possíveis conseqüências das políticas alternativas ambientais, sociais e econômicas.

O entendimento da planificação como um ato político facilita, ao setor público e ao privado, a tomada de consciência do papel que esses setores exercem no processo de desenvolvimento. Para Pessoa (1988, p.31) “a participação, além de buscar a melhoria das condições materiais de vida das pessoas, facilita a elevação da consciência de classe”. O entendimento da planificação, como uma atividade mais ampla do que apenas uma técnica, ou seja, como um ato político, repercute fortemente no processo de elaboração dos planos. Pessoa desenvolveu o conceito de ciência da planificação partindo das seguintes premissas:

o processo de planificação das formações sociais não pode ser considerado

apenas sob o ângulo técnico, mas, sobretudo, como procedimento que implica em opções políticas, ou seja, em opções relacionadas com os interesses das classes sociais que compõem a comunidade. Portanto, no desenvolvimento desse processo, as categorias de planificação devem observar os princípios que definem os interesses a serem atendidos, além da técnica para a consecução do fim que se deseja alcançar (PESSOA, 1988, p. 31).

A existência dessas condições prévias, historicamente definidas, representa um elemento básico no conceito da planificação, principalmente por suas implicações, quanto à dependência das condições sócio-históricas de sua formação. Mostra que a planificação não se confunde com as técnicas que utiliza.

É sob essa ótica, de acordo com Beni (2006), que o planejamento oferece um novo modelo para as políticas governamentais, com estratégias concretas de intervenção corretivas, baseadas nos postulados interdependentes de eficiência econômica, equidade social e prudência ecológica. Compõe o espaço turístico com seus elementos dentro de uma totalidade, expressando a dependência mútua entre as partes e o todo, num período determinado historicamente, dentro do contexto e da participação social.

### **2.3.5 Categoria Sustentabilidade**

Apesar de o debate sobre o conceito de Turismo sustentável ser um fenômeno dos anos 90, esse se originou no conceito mais amplo de desenvolvimento sustentável, surgido anteriormente. Esse começou a ser disseminado a partir dos anos 60, quando o Turismo de massa se tornou um fenômeno.

Por sustentável, no entendimento de Swarbrooke (2000, p. 3), entende-se:

[...] o desenvolvimento que satisfaz nossas necessidades hoje, sem comprometer a capacidade das pessoas satisfazerem as suas no futuro. Trata-se, portanto, de uma perspectiva a um prazo mais longo que o usual ao tomarmos decisões, e envolve uma necessidade de intervenção e planejamento.

Em outras palavras, Krippendorf (2002, p. 12) reafirmou essa idéia, ao defender que, o lugar no qual se possa viver, mas não se possa garantir o próprio sustento, está morto. Para ele, é essencial assegurar, a longo prazo, que a população ativa esteja pronta e disposta a utilizar os recursos disponíveis “e que a qualidade do ambiente natural, social e cultural seja garantida [...]”.

Segundo Rocha (2005), o Relatório de Brudtland trouxe novo contexto de desenvolvimento: o sustentável, representado pela relação observada entre três

esferas da realidade: a econômica, a social e a ambiental. O crescimento quantitativo, focado só na esfera econômica, não tem lugar nos ideais de sustentabilidade. Para Krippendorf (2002), o único caminho evolutivo a seguir é o do crescimento qualitativo. Isso significa preocupação com o aumento da qualidade de vida, com a garantia de que a pressão sobre a natureza permaneça tolerável e a receita econômica segura, com tensão social e influência cultural externa menores.

Como já dito, a definição de sustentabilidade enfatiza elementos ambientais, sociais e econômicos: no sistema turístico, isso leva a uma definição de Turismo sustentável, que significa o Turismo economicamente viável, mas que não destrói os recursos dos quais a atividade turística dependerá no futuro, “principalmente o meio ambiente físico e o tecido social da comunidade local” (SWARBROOKE, 2000, p.19).

O conceito de sustentabilidade envolve a compreensão de uma série de dimensões e cenários, cujo alcance do conjunto possibilita o desenvolvimento racional da atividade, de maneira a torná-la efetivamente sustentável. Entre elas, Beni (2006) apresenta as seguintes: dimensões-objetivo e dimensões-instrumento. As primeiras são as sustentabilidades ambiental (ecológica), social, econômica, cultural e a político-institucional; as segundas são as sustentabilidades espacial, mercadológica, financeira, política, administrativa, organizacional e jurídica.

As discussões sobre sustentabilidade ainda tendem a focar o meio ambiente físico. Porém, essa também envolve as esferas sociais e econômicas.

A sustentabilidade é um conceito complexo, com várias dimensões que se interrelacionam e que devem ser profundamente desenvolvidas. Beni sinalizou essas dimensões, com a gama de indicadores que o Turismo sustentável envolve:

compreensão dos impactos turísticos; distribuição justa de custos e benefícios; geração de empregos locais, diretos e indiretos; estimulação de negócios lucrativos; injeção de capital e dinheiro na economia local; diversidade da economia local; transferência de benefício de uma região mais rica para outra mais pobre, contribuindo para um maior equilíbrio intra-regional; maior equilíbrio intersetorial e interpessoal; elevar as condições de vida das comunidades envolvidas; favorecer o crescimento de outras atividades; interagir com todos os segmentos da sociedade; incorporar planos de planejamento e zoneamento; desenvolvimento estratégico e logístico de transporte intermodal; facilitação de recreação e entretenimento; encorajar o uso produtivo de terras consideradas marginais; auxiliar a cobertura de gastos com preservação ambiental; intensificar a auto-estima da comunidade local, incentivando seu engajamento no processo de desenvolvimento; e monitorar, assessorar e administrar os impactos do turismo, desenvolvendo métodos confiáveis de gestão estratégica (BENI, 2006, p.96, 97).

Para esse autor, os indicadores de sustentabilidade estão relacionados com a existência de programas nos locais, os quais garantem, a longo prazo, a qualidade

de vida da sociedade, ou seja, para as gerações futuras. Os programas são sobre:

educação, alimentação, saúde, turismo e lazer; preservação do ambiente; conscientização da necessidade de conservar o ambiente e fazer cada um, a parte que lhe cabe; preservação dos recursos naturais como água, oxigênio, e assim por diante; e sistema social, garantindo emprego, segurança social e respeito a outras culturas, erradicação da miséria, do preconceito e do massacre de populações oprimidas (BENI, 2006, p.154).

Nesta investigação, o conceito de planejamento será diretamente associado ao conceito de sustentabilidade. No planejamento estratégico e integrado do Turismo sustentável, o inventário dos recursos ambientais naturais, culturais e artificiais não é dissociado: dos processos de identificação e descrição da ordenação geopolítica e administrativa da região objeto de estudo; da descrição e identificação do estágio em que se encontra o turismo na região; da observação das tendências do tráfego turístico regional, nacional, intra-regional e internacional; do mapeamento do perfil socioeconômico da região objeto de estudo (BENI, 2006).

Nesse sentido, o Turismo tem de ser pensado em sua amplitude, sendo considerado em todos os seus aspectos, incluindo as diversas dimensões e indicadores de sustentabilidade. Esses interagem - para que o sucesso turístico de um destino seja uma realidade - e devem ser refletidos e considerados no momento da elaboração da pesquisa e do planejamento da localidade.

Contudo, há necessidade de entendimento do processo de pesquisa de forma complexa, pois o processo de planejamento sustentável é caracterizado pela incerteza e pelo aspecto aleatório e não como uma sucessão de equilíbrios de um sistema fechado. O planejamento sustentável do Turismo deve entender as lógicas locais dentro de sua complexidade, na dimensão qualitativa e na quantitativa, e buscar obter, nas formas participativas, não só benefícios financeiros, mas também ganhos significativos na qualidade de vida. Só assim o Turismo passará, no senso comum, de um objeto de consumo para uma prática de desenvolvimento social.

### **2.3.6 Categoria Turismo**

O Turismo, desde seu surgimento, é estudado sob a perspectiva cartesiana. Essa visão reduz os respectivos estudos a conceitos e categorias limitadas, pois não abrangem o sujeito do fenômeno. Estudos regidos pelos ideais da ciência moderna prejudicam o entendimento do Turismo como um fenômeno social.

A partir de 1920, definições introduziram conceitos de movimento, de deslocamento e de tráfego de pessoas ao conceito de Turismo. Segundo Moesch

(2002), foi em 1929 que a chamada “escola berlinense” inseriu o elemento deslocamento à definição de Turismo. Em 1929, para Benschmidt, Glucksmann e outros (*apud* FUSTER, 1971, p.24) afirmaram que “o Turismo passa a ser entendido um vencimento do espaço por pessoas que vão para um local no qual não tem residência fixa”. Hunziker e Krapf (*apud* FUSTER, 1971, p.27), em 1942, disseram assim:

Turismo é o conjunto de relações e fenômenos originados pelo deslocamento e permanência de pessoas fora do seu local habitual de residência, desde que tais deslocamentos e permanências não sejam utilizadas para o exercício de uma atividade lucrativa principal, permanente ou temporária.

A partir de então, surgiram definições semelhantes, somando elementos como consumo e motivações aos conceitos vigentes, mas a maioria enfatizava as questões econômicas. Após a Segunda Guerra Mundial, houve um crescimento de estudos sobre o Turismo. Apesar de ampliarem o entendimento do fenômeno, não fugiram às concepções reducionistas dos paradigmas clássicos da economia.

O reducionismo, encontrado nos estudos teóricos do Turismo, baseado no discurso funcionalista, está na afirmativa de Fuster (1971, p. 17):

Discussões sobre se o Turismo é ciência ou não, estão todavia na ordem do dia entre os investigadores. Mas entenda-se bem, sobre se é ciência própria e separada das demais, com características específicas, dado que os estudos do fenômeno turístico se realizam, como é lógico, com o auxílio de outras ciências: Economia, Estatística, Ciências Sociais, etc.

Segundo Moesch (2004), a análise funcionalista proposta tem por objeto a descoberta e explicação das conexões funcionais, assim entendidas, em contextos empíricos, previamente delimitados. É irrelevante se os dados de fato são obtidos mediante reconstrução histórica ou via observação direta.

Os economistas fizeram sua entrada na investigação do fenômeno turístico, cronologicamente, pela primeira metade do século XX, e o fizeram com um fervor tal que pode se dizer que a economia turística é a que mais bibliografia oferece. Krapf e Hunziker (*apud* MOESCH, 2004) escreveram sobre a teoria do consumo, como resultado da oferta e demanda; as características dessas forças convergentes e sua situação no tempo (estacionalidade) e no espaço (localização geográfica); sua medida e problemas que trazem a distribuição das riquezas turísticas; suas tendências e flutuações; o preço; a renda turística e os salários; a difusão da riqueza turística, com as balanças do Turismo; a redistribuição do salário; o desenvolvimento econômico das regiões e dos países; a rentabilidade das empresas turísticas.

Assim, foi dada uma ênfase particular ao Turismo como uma atividade restrita à economia. Fuster (1971, p.27) reproduziu o conceito do economista austríaco

Hermann Von Schattenhofen, que defendeu a seguinte definição: “Turismo é o conceito que compreende todos os processos, especialmente os econômicos que se manifestam na chegada, na permanência e na saída do turista de um determinado município, país ou estado”. Já na concepção do próprio Fuster,

Turismo é, por um lado, conjunto de turistas, que são cada vez mais numerosos; por outro, são os fenômenos e relações que esta massa produz em consequência de suas viagens. Turismo é todo o tipo de equipe receptora de hotéis, agências de viagens, transportes, espetáculos, guias-interpretas [...] (FUSTER, 1971, p.32).

Esse autor, em suas reflexões, afirmou que o Turismo envolve, além dos aspectos econômicos, os psicológicos, os sociológicos e os políticos. O fenômeno turístico não pode ser reduzido ao estudo do *homo turisticus*, do *homo politicus* ou do *homo economicus*; seu estudo deve estabelecer relações entre as diversas abordagens.

Apesar disso, continua forte a faceta econômica do fenômeno turístico, senão única, central. O autor faz uma crítica à abordagem parcial do Turismo, mas também não avança numa abordagem total do fenômeno.

Segundo Acerenza (2002), as diferentes disciplinas relacionadas com o Turismo, para as quais esse constitui um importante campo de estudo, logicamente notam a necessidade de defini-lo, a fim de poder discuti-lo de uma forma sistematizada. Essas definições, porém, são parciais, pois se referem a aspectos específicos da atividade, nem a enfocam, portanto, na sua magnitude total.

Na concepção reducionista, o sujeito foi ignorado no estudo do Turismo, pois esse era limitado à análise quantificada e compartimentada do fenômeno, reduzido a uma atividade mercantil. Aqui, compartilha-se a idéia de Sessa (1983, p. 87), de que, na realidade, “o turismo é um fenômeno de caráter humano e não somente econômico, pois são os homens que se deslocam e não as mercadorias”.

As categorias utilizadas para a análise do fenômeno turístico, por serem atemporais, suficientes, acabadas, retardam o desnivelamento epistemológico necessário na construção de uma teoria turística dialética. O conhecimento parcelado, compartimentado, mecanicista, disjuntivo e reducionista rompe o complexo mundo do turismo em fragmentos soltos, fraciona os problemas, separa o que está ligado, unidimensionaliza o multidimensional (MOESCH, 2000, p. 65).

O Turismo é um fenômeno particularmente complexo na sociedade pós-moderna, razão pela qual tais concepções são por demais simplistas na tentativa de compreendê-lo. Sendo apresentado de forma mais complexa e individualizada, é necessário o abandono dos modelos causais simplificadores em prol de modelos que aprofundem o conhecimento do Turismo como um fenômeno amplo e pós-

moderno, reconhecendo sua complexidade. Por isso, o Turismo é

uma combinação complexa de inter-relacionamentos entre produção e serviços, em cuja composição integram-se uma prática social com base cultural e herança histórica, a um meio-ambiente diverso, cartografia natural, relações sociais de hospitalidade, troca de informações interculturais. O somatório desta dinâmica sociocultural gera um fenômeno, recheado de objetividade/subjetividade, consumido por milhões de pessoas, enquanto síntese: o produto turístico (MOESCH, 2002, p.9).

Contudo, sabe-se que as teorias hoje têm como características a fragmentação do conhecimento e a rigidez de categorias. Portanto, deve-se avançar para um entendimento mais dinâmico, capaz de reconstruir as categorias complexas que compõem o fenômeno turístico. A reconstrução de novos conceitos incitam a busca de categorias historicizadas, portanto, que exigem uma abrangência de análise social, movida por condições objetivas e subjetivas.

O Turismo e sua complexidade impõem, ao pensamento, uma reforma não programática, mas paradigmática, referente à aptidão para organizar o conhecimento. Aqui, busca-se, no paradigma da complexidade, o embasamento o entendimento do Turismo como um fenômeno complexo da pós-modernidade.

O fenômeno turístico carrega, na unidade de seus contrários, o germe de uma nova fase de si mesmo, ou seja, de seu desenvolvimento histórico. Isso, a partir do advento da sociedade pós-industrial, que estabelece um movimento de expansão e de massificação que contradiz sua própria essência, a da diferencialidade, negando-se. Sendo assim, para Moesch (2002, p.54), Turismo é

um fenômeno histórico – porque humano e por acontecer dentro de um mundo que se movimenta e se desenvolve , ocasionando experiências reais suscetíveis de serem entendidas e, portanto, sistematizadas, de maneira dialética. Essas experiências do turismo podem ser lidas e compreendidas como uma unidade rica e contraditória, plena de elementos constitutivos que se acham num movimento próprio e constante, estando em relação com outros processos de realidade que possuem características similares.

Entender o significado do Turismo como um processo de auto-realização humana e não de mero consumo - tanto por parte do turista como por parte do receptor, cuja troca de experiências conduz a uma perspectiva mais humana do mundo social - é um dos novos enfoques apresentados por esse fenômeno. Quando se muda da perspectiva econômica para uma perspectiva individual, assumindo-se uma perspectiva diacrônica, muda-se completamente o entendimento das categorias turísticas, permitindo uma fluidez nos limites conceituais.



### **3. DESAFIOS METODOLÓGICOS DO TURISMO: O CASO DO PROJETO-PILOTO DO MINISTÉRIO DO TURISMO**

#### **3.1 APRESENTAÇÃO DO OBJETO**

De acordo com o Plano Nacional de Turismo 2003-2007 (BRASIL, 2003), foi formulado o Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil, o qual define, em suas diretrizes políticas, as estratégias de gestão coordenada, planejamento integrado e participativo e promoção e apoio à comercialização. Destaque-se, no que se refere à primeira estratégia mencionada, que o sistema de informações é um dos elementos indispensáveis à descentralização das políticas públicas e sociais. É uma ferramenta fundamental para apoiar o modelo de gestão descentralizada do referido programa.

O sistema de informação, ao qual se refere o módulo 6 das diretrizes operacionais do Programa de Regionalização, trata do Inventário Turístico e, conseqüentemente, do projeto-piloto do Inventário da Oferta Turística; esse último é o objeto de análise desta pesquisa. Diante disso, descreve-se de forma sucinta esse programa, suas diretrizes políticas e operacionais, bem como seus módulos, com o intuito de contextualizar o citado objeto de estudo.

##### **3.1.1 Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil**

O Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil foi apresentado após um ano do lançamento do Plano Nacional de Turismo e está pautado nas orientações contidas nesse. É uma evolução do Programa de Roteiros Integrados que, anteriormente à elaboração do plano, foi contemplado no macroprograma 4 (Estruturação e Diversificação da Oferta Turística), que foi reestruturado a partir do debate nacional com segmentos representativos da sociedade<sup>6</sup>, impulsionando o desenvolvimento sustentável das regiões. Percebe-se, pela figura 9, que o modelo de gestão do Plano Nacional do Turismo, apoiado na regionalização do Turismo e incorporando a noção de território e de arranjos produtivos, transformou-se em eixo estruturante dos macroprogramas do plano.

---

<sup>6</sup> Foram feitas várias reuniões durante o primeiro ano do governo com os representantes do Conselho Nacional de Turismo, do Fórum Nacional dos Secretários e Dirigentes Estaduais, dos fóruns estaduais de Turismo, dos conselhos municipais de Turismo, dos parceiros e das comunidades.

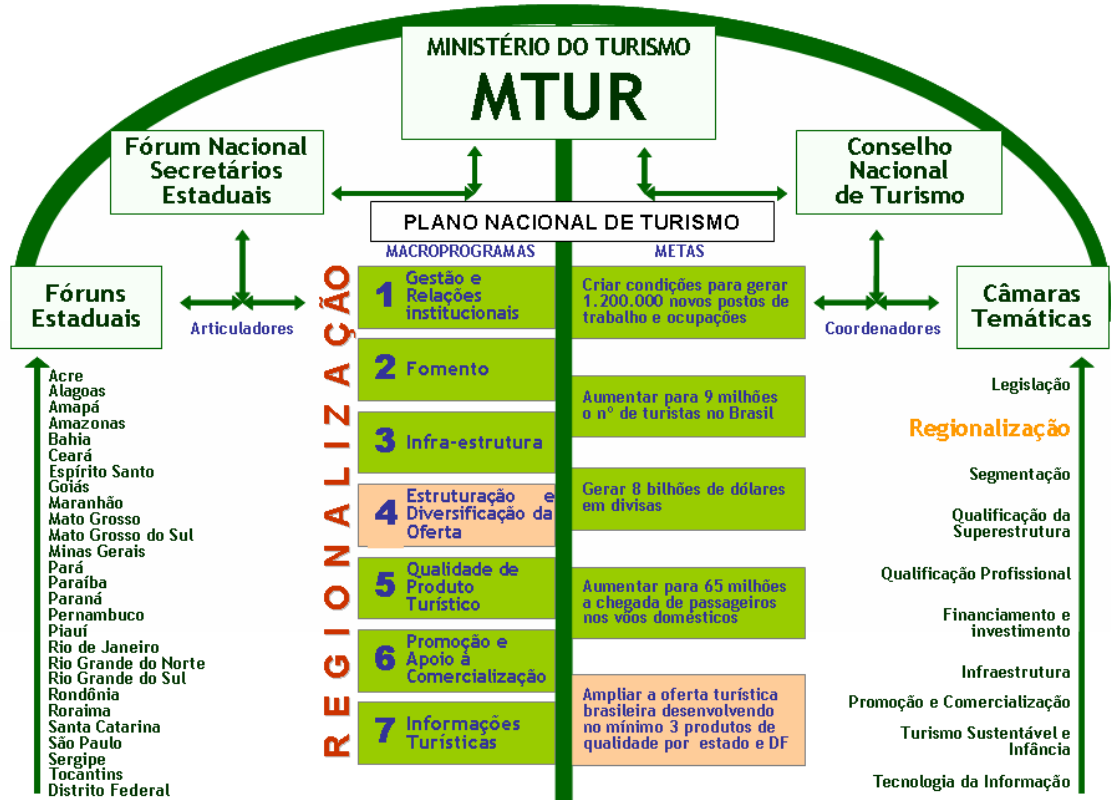


Figura 9: Modelo de gestão do Plano Nacional de Turismo do Ministério apoiado na Regionalização do Turismo  
 Fonte: BRASIL, 2006.

Para o MTur (BRASIL, 2004, p.11), regionalização do Turismo é “um modelo de gestão de política pública descentralizada, coordenada e integrada, baseada nos princípios da flexibilidade, articulação, mobilização, cooperação intersetorial e interinstitucional e na sinergia de decisões”.

O Programa de Regionalização do Turismo (BRASIL, 2004, p.11) adotou a noção de território como espaço e lugar de interação do homem com o ambiente, dando origem a diversas formas de ele se organizar e se relacionar com a natureza, com a cultura e com os recursos de que dispõe. Essa noção supõe formas de coordenação entre organizações sociais, agentes econômicos e representantes políticos, superando a visão estritamente setorial do desenvolvimento. Incorpora, também, o ordenamento estratégico dos arranjos produtivos locais e regionais, dado que os vínculos de parceria, integração e cooperação dos setores geram produtos e serviços capazes de inserir as unidades produtivas de base familiar, formais e informais, micro e pequenas empresas, que se refletem no estado de bem-estar das populações.

Como exemplo dessa parceria, pode-se citar o trabalho realizado pelo programa, em conjunto com a iniciativa privada, o poder público e organismos não governamentais de todas as unidades federadas brasileiras, que compõem a Rede Nacional de Regionalização do Turismo. No trabalho, foram mapeadas 149 regiões, resultando em 396 roteiros turísticos. Desses, 87 foram priorizados, para a implementação de medidas visando a um padrão internacional de qualidade.

O Programa de Regionalização do Turismo tem os seguintes objetivos: dar qualidade ao produto turístico; diversificar a oferta turística; estruturar os destinos turísticos; ampliar e qualificar o mercado de trabalho; aumentar a inserção competitiva do produto turístico no mercado internacional; ampliar o consumo do produto turístico no mercado nacional; aumentar a taxa de permanência e gasto médio do turista. Com base nisso, são estruturadas três estratégias (BRASIL, 2004):

- Gestão coordenada: a formação de parcerias, visando ao compartilhamento de propostas, responsabilidades e ações envolve os governos federal, estadual e municipal, bem como a criação de instâncias que promovam a integração desses à comunidade, nas etapas de planejamento, implementação e avaliação. Para efetivar tal proposta, o programa está estruturado como uma unidade de coordenação nacional, apoiada em instrumentos metodológicos e em um sistema de informação, indispensáveis para a ação descentralizada;
- Planejamento integrado e participativo: a ação pública, seja estatal ou privada, demanda espaços de participação política que articulam as potencialidades do conjunto dos setores sociais e econômicos envolvidos no processo de organização e gestão do território, além de possibilitar nova cultura de relacionamento. Viabilizar a elaboração de planos estratégicos de desenvolvimento do turismo regional, de forma participativa, significa democratizar os espaços e os mecanismos de representação política da sociedade civil, permitindo as mudanças estruturais almejadas;
- Promoção e apoio à comercialização: buscando mudanças capazes de alterar as relações de mercado e alcançar resultados, o programa tem como pressupostos fundamentais: vontade, inteligência, participação e o reconhecimento de que a diversidade e as particularidades do país refletem-se em diversidade e particularidades da oferta turística e dos modos de se comercializar os produtos. Os pressupostos definem as etapas operacionais:

formação de redes, educação para o mercado, formatação de roteiros e estratégias de promoção e apoio à comercialização (BRASIL, 2004).

Além dessas estratégias, o programa apresenta as diretrizes operacionais, por meio das quais são apresentados conceitos, princípios e orientações para a condução do processo de regionalização nas regiões turísticas do país. Também são apresentados os princípios básicos da flexibilidade, articulação, mobilização, cooperação intersetorial e interinstitucional e sinergia de decisões - priorizados nas Diretrizes Políticas do Programa - e outros, para que a atividade turística cumpra seu papel participativo e de inclusão social, transformando-se em mecanismo de desenvolvimento sustentável regional e mesmo nacional. Entre esses outros, destacam-se: participação, sustentabilidade, integração e descentralização.

A participação é um elemento-chave, tanto na concepção e no planejamento, como na implementação do programa. Qualquer programa ou projeto participativo deve propiciar meios e condições para que os envolvidos possam atuar em todas as etapas do processo, discutindo, apresentando idéias, tomando parte na construção do consenso e na tomada de decisões (BRASIL, 2004).

Na sustentabilidade, considera-se que qualquer planejamento focado no desenvolvimento deve levar em conta suas três dimensões: ambiental, sociocultural e econômica: a sustentabilidade ambiental é apresentada como uma forma de utilização dos recursos naturais de maneira equilibrada, visando a sua conservação para as gerações atuais e futuras; o ordenamento do uso do solo e da ocupação do espaço urbano e regional; o manejo adequado dos resíduos, efluentes, substâncias tóxicas e radioativas. A sustentabilidade sociocultural destaca-se como um processo que visa à melhoria da qualidade de vida e a redução dos níveis de exclusão social, por meio de uma distribuição mais justa da renda e dos bens; deve objetivar também a manutenção da diversidade e a promoção cultural, a valorização da população, seus saberes, conhecimentos, práticas e valores étnicos, e a preservação e inserção na economia das populações tradicionais. A sustentabilidade econômica objetiva possibilitar a alocação e o gerenciamento eficiente dos recursos e do fluxo constante de investimentos públicos e privados, de forma a propiciar o desenvolvimento econômico das regiões e suas populações<sup>7</sup>.

---

<sup>7</sup> O programa prevê a implementação de políticas públicas de apoio à formação de arranjos produtivos locais, pautados nos princípios da economia solidária. Os órgãos públicos, seus parceiros e as comunidades locais devem trabalhar de forma integrada, contribuindo para o desenvolvimento social e econômico, para a inclusão social e para a melhoria da qualidade de vida das populações.

A descentralização é representada: por ações de estímulo à ampliação das possibilidades de organização da sociedade; pela criação e fortalecimento de espaços de participação; pela desconcentração das responsabilidades na gestão do desenvolvimento do turismo; pela conquista e exercício da autonomia, assim como do poder decisório entre as instâncias municipais, regionais, estaduais e federais. O modelo de gestão do programa é concebido com foco na ampliação da participação dos atores, descentralização dos processos de planejamento, implementação, avaliação do desenvolvimento da atividade turística e estímulo ao protagonismo local (BRASIL, 2004).

Apresentados os princípios fundamentais das Diretrizes Operacionais do Programa de Regionalização, são descritos, a seguir, os nove módulos do programa, que norteiam as ações operacionais e servem de elo entre elas, com base no documento intitulado Programa de Regionalização – Roteiros do Brasil -Diretrizes Operacionais (BRASIL, 2004)<sup>8</sup>:

1. Sensibilização: deve ser permanente e permear todos os módulos, buscando despertar o interesse e o comprometimento dos atores locais no processo de regionalização, nivelando e disseminando os conceitos adotados pelo programa. Objetiva motivar os atores da região turística, possibilitando a cada um assumir responsabilidades e sentir-se integrante do processo;
2. Mobilização: é uma ação que permeia o programa em todas as instâncias e módulos, de modo a manter os atores e comprometidos na busca de um objetivo comum – o desenvolvimento da região turística. Objetiva articular e integrar os atores regionais, de forma a permitir que a condução e a responsabilidade sobre o desenvolvimento turístico;
3. Institucionalização de Instância de Governança Regional: representação do poder público, do privado e da sociedade civil organizada dos municípios componentes das regiões turísticas. É responsável pelo planejamento e execução do processo de desenvolvimento do Turismo no âmbito regional, bem como pela tomada de decisões políticas, econômicas e sociais;

---

(BRASIL, 2004 p. 15)

<sup>8</sup> Nesse documento, os módulos são apresentados com seus objetivos, estratégias, formato, instrumentos, participantes e as competências dos envolvidos, cujo detalhamento nesta dissertação não é necessário, pois é o Módulo 6 - Sistema de Informações Turísticas, que compreende o objeto dessa pesquisa – O Inventário -, e , portanto é detalhado.

4. **Elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo Regional:** estabelece a visão de futuro desejada para o Turismo na região e prevê ações e projetos de curto, médio e longo prazos, identificando parceiros e fontes financiadoras. Seu detalhamento ocorre durante a implementação do plano, em projetos específicos, abordando aspectos táticos e operacionais. É elaborado diretamente pela Instância de Governança Regional ou por meio de contratação de especialistas e representa o principal instrumento de orientação, diálogo e negociação entre o órgão executor e demais envolvidos;
5. **Implementação do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo Regional:** prevê a elaboração de diversos projetos específicos, cuja quantidade, tipo e grau de detalhamento varia de acordo com a região e com seu estágio de desenvolvimento turístico. Essa ação deve ser coordenada pela Instância de Governança Regional, por meio de uma equipe gestora capacitada, que tem entre suas competências negociar e articular-se com os diversos atores para a implementação do plano, através da execução de projetos específicos;
6. **Sistema de Informações Turísticas do Programa:** o uso da tecnologia da informação e da comunicação é fundamental para se obterem os subsídios necessários para a definição de políticas. Trata-se de uma das estratégias mais eficazes para melhorar a relação custo-benefício da difusão de informações turísticas. Os sistemas de informação desse módulo estão organizados no Inventário da Oferta Turística, Comunicação e Rede de Regionalização do Turismo;
7. **Roteirização Turística:** forma de organizar e integrar a oferta turística do país, gerando produtos rentáveis e comercialmente viáveis. É voltada para a construção de parcerias e promove a integração, o comprometimento, o adensamento de negócios, o resgate e a preservação dos valores socioculturais e ambientais da região. A criação e a consolidação de novos roteiros possibilita o aumento das taxas de visitação, de permanência e de gasto médio do turista nos destinos brasileiros, criando condições para alcançar os objetivos propostos para a regionalização do turismo, como a inclusão social e a redução das desigualdades regionais e sociais;
8. **Promoção e Apoio à Comercialização:** caracteriza-se pelo estabelecimento das relações dos agentes de mercado, facilitadas pela atuação e interação

institucional e setorial. Objetiva proporcionar ambientação adequada às mudanças exigidas pela competitividade de mercado, utilizando-se desse contexto para favorecer o processo de inclusão social. A formação de redes e a educação para o mercado são as principais propostas a serem adotadas de modo integrado pelo poder público em todas as suas instâncias, pela iniciativa privada e pela sociedade civil organizada, cada um no âmbito de suas competências e limitações;

9. Sistema de Monitoria e Avaliação do Programa: é um dos instrumentos de gestão da regionalização do Turismo e funciona como uma ferramenta eficaz para subsidiar a tomada de decisões, tanto das organizações públicas como do setor privado e da comunidade. Dessa forma, a monitoria e a avaliação dos processos e resultados são interdependentes e não podem ser efetivadas separadamente. Todos os planos, programas e projetos devem estar contemplados em um Sistema de Monitoria e Avaliação.

Os módulos do programa são distintos e não necessariamente seqüenciais. Existem também documentos específicos de cada módulo– desenvolvidos ao longo do processo pelo Ministério – que subsidiam o desenvolvimento da atividade turística, de forma regionalizada, coordenada, integrada e participativa. Assim, cada região turística pode implementar o programa segundo seu estágio de desenvolvimento, inserindo-se nele por meio de um ou mais módulos. Detalha-se, a seguir, o módulo 6, Sistema de Informações Turísticas do programa, por se tratar do módulo do Inventário da Oferta Turística.

### **3.1.2 Sistema de Informações Turísticas do Programa (Módulo 6)**

O Sistema de Informações Turísticas do Programa de Regionalização tem como objetivo “resgatar e reunir dados confiáveis e atualizados sobre as regiões turísticas e seus municípios, permitindo a efetiva circulação da informação, e deve ser alimentado pelas instâncias federal, estadual, regional e municipal” (BRASIL, 2004, p. 39).

As diretrizes operacionais do programa prevêm a gestão das informações geradas durante o processo de regionalização, da inventariação da oferta turística e demais dados das regiões, consolidadas em um único banco de dados e

disseminadas a partir dele. Nesse banco está o Sistema de Informações Turísticas (figura 10), o qual prevê a gestão de informações criadas e coletadas no âmbito do programa, além de dados gerados a partir da inventariação da oferta turística.

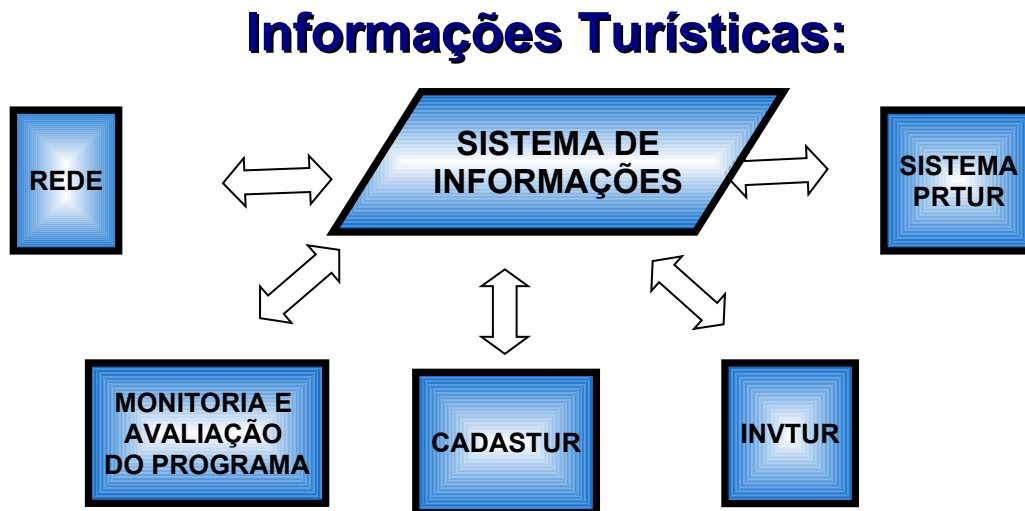


Figura 10: **Sistema de Informações Turísticas do Programa**  
Fonte: BRASIL, 2006. p. 20.

Ressalte-se, na descrição desse módulo, conforme documento das diretrizes operacionais do programa<sup>9</sup>, que a Inventariação da Oferta Turística é:

um processo pelo qual se registra ordenadamente o conjunto dos atrativos turísticos, dos equipamentos e serviços e da infra-estrutura de apoio turístico existentes no mercado e em pleno funcionamento. Esse processo tem por objetivo resgatar, coletar, ordenar e sistematizar dados e informações sobre as potencialidades dos atrativos turísticos e das ofertas local e regional (BRASIL, 2004, p.39).

O processo de inventariação do MTur compõe-se de um conjunto de informações relacionado com a cadeia produtiva do Turismo e integrado ao Banco de Dados do Sistema de Informações Turísticas. Tais dados são armazenados e atualizados para que as diferentes instâncias governamentais e o setor privado possam utilizá-los no planejamento das políticas de atuação e nas ações de qualificação e investimentos necessários ao desenvolvimento do turismo na região, estabelecendo prioridades quanto aos investimentos privados em áreas potenciais e economicamente viáveis.

O levantamento de dados a partir do Inventário da Oferta Turística é essencial

<sup>9</sup> O módulo 6, Sistemas de Informação, só foi elaborado depois do projeto-piloto. Então, neste trabalho, enfocou-se o breve escrito encontrado no documento Diretrizes Operacionais do Programa de Regionalização.



para a promoção do desenvolvimento turístico, tanto da região como do Estado e do país, pois todo o planejamento subsequente ao processo de Regionalização terá como base o Inventário da Oferta Turística (BRASIL, 2004, p.40).

O inventário deve abranger os vários elementos da oferta turística, ou seja: os atrativos da região (naturais, culturais, atividades econômicas, realizações técnicas e científicas e artísticas, eventos programados); os serviços e equipamentos turísticos (de hospedagem, de alimentação, de agenciamento, de transporte, para eventos, de lazer e entretenimento etc.); a infra-estrutura de apoio ao turismo e as instâncias de governança na região (órgãos estaduais, regionais e municipais de Turismo, conselhos e comitês, representações etc.) (BRASIL, 2004).

O Sistema de Informações Turísticas prevê a possibilidade de obtenção das informações tanto por meio de base georreferenciada, como por meio de referência geográfica das regiões turísticas, com informações de natureza socioeconômica, técnico-científica, ambiental, de infra-estrutura, de serviços turísticos, empresarial, entre outras. Deve ser de fácil acesso aos interessados e mostrar versatilidade, quanto à contínua alimentação, atualização e disponibilização de informações.

A visualização espacial dos dados geográficos coletados – como hidrografia, cobertura vegetal, malha viária, fauna e flora – somada à análise das informações georreferenciadas e às demais informações turísticas provenientes da inventariação, permitirão a integração, o cruzamento e a sobreposição de informações econômicas, socioculturais e ambientais. Essa interação de dados é indispensável para o planejamento dos roteiros turísticos e outros projetos específicos da região (BRASIL, 2004, p.40).

O Sistema deve ainda possibilitar a retroalimentação contínua das Informações do Programa, propiciando dados mensuráveis para o abastecimento do Sistema de Monitoria e Avaliação. Dessa forma, o MTur acredita contribuir para a melhoria da qualidade de informações e dos serviços prestados na área do Turismo. Por meio das informações disponibilizadas, “os empreendedores e os gestores públicos terão uma base segura para tomar suas decisões quanto aos investimentos, à construção de políticas públicas e aos rumos a serem adotados. Também os turistas poderão guiar-se na escolha dos destinos e produtos turísticos (BRASIL, 2004, p.40).

### **3.1.3 Projeto-Piloto Inventariação da Oferta Turística**

#### **3.1.3.1 Descrição do Projeto-Piloto**

Como visto no item 3.1.2, o Módulo Sistemas de Informações Turísticas, propõe a reunião de todas as informações turísticas em um único banco de dados e a difusão delas por meio de uma estratégia de comunicação como instrumentos

básicos para o planejamento e a gestão da atividade turística.

A primeira etapa para tal pretensão é inventariar a oferta turística, tendo o município como unidade de referência, por duas razões: a primeira deve-se ao fato de que é no município que o país e a nação começam a existir. É nele e sob a sua jurisdição, que se encontram o patrimônio natural e o cultural, com destaque para a maior riqueza, isto é, as pessoas, seus saberes e fazeres. A segunda razão é que o MTur está empenhado em trabalhar o Turismo de forma regionalizada, considerando o conjunto de peculiaridades de cada território, pelo simples fato de que o Turismo, de modo geral, não é viável em apenas um município. No entanto, esse pode se constituir parte de um produto ou destino turístico ao trabalhar de maneira integrada com outros municípios, diversificando a oferta e possibilitando a formação de roteiros, tendo como base a identidade e a coesão social, cultural e territorial de cada um. Portanto, a Secretaria de Políticas de Turismo do MTur (BRASIL, 2005), considera que o Turismo deve proporcionar melhores condições de vida para os cidadãos brasileiros, como sua maior missão. E como primeira ação para tal fim foi estabelecida a realização do Inventário, para fundamentar seu planejamento e gestão, balizados pela participação e integração interinstitucional, intersetorial e, principalmente, da comunidade.

Valendo-se de um referencial metodológico construído e produzido por estudiosos do Turismo em âmbito nacional, o MTur formulou um plano de ação criando um projeto-piloto de Inventariação Turística, e o cenário escolhido para a validação metodológica foi o estado do Rio Grande do Sul, como modelo a para sua implementação em todo país. Para tanto, estabeleceu uma parceria com os cursos superiores de turismo das instituições de ensino, tendo em vista as seguintes ações (BRASIL, 2005):

- levantar, identificar e registrar atrativos turísticos, serviços, equipamentos e a infra-estrutura de apoio ao Turismo, como instrumento base de informações para planejamento e gestão de atividades turísticas que gerem oportunidades para a regionalização do fenômeno turístico em sistemas locais de produção;
- apoiar, de forma descentralizada, a gestão e distribuição dessas informações, bem como sua atualização periodicamente, fornecendo aos estados e municípios os instrumentos para coleta das informações e acesso ao SNIT, para o armazenamento das mesmas de forma unificada em todo o país.

As seguintes atividades também deveriam ser contempladas no projeto

(BRASIL, 2005):

- formatar e implementar uma metodologia única capaz de ser compreendida por todos os setores, dos agentes envolvidos no processo;
- criar uma rede de recursos humanos capaz de gerir, no estado do Rio Grande do Sul, o processo de inventariar uma oferta turística modelo para o Brasil;
- definir uma forma de controle e coordenação;
- atender os municípios que compõe as principais regiões turísticas priorizadas pelo Fórum Estadual de Turismo;
- comprometer prefeitos e secretários de Turismo nos municípios selecionados, através de um termo de compromisso, para garantir a viabilização dos recursos técnicos e financeiros necessários ao processo de inventariação, pelo município;
- estabelecer metas identificando os municípios que compõem as regiões turísticas e que atendem aos critérios de participação;
- mapear os municípios prioritários;
- listar as atividades necessárias à execução do projeto;
- elaborar o cronograma de execução de projeto;
- prever recursos financeiros e humanos necessários para a realização do treinamento;
- apoiar os coordenadores das IEs em seus projetos;
- compartilhar conhecimentos gerados pela execução do projeto entre MTur, órgãos oficiais de Turismo do estado, prefeituras municipais e órgãos afins;
- identificar instituições que disponham de dados e informações, com a finalidade de promover interface com o Sistema Nacional de Informações Turísticas;
- criar um sistema de informações via Internet, que possa apoiar a execução do projeto e sirva aos usuários como fonte de informações oficiais.

A metodologia do Projeto de Inventariação é explicitada em cada uma das fases que o compõem, conforme mostra a figura 11.

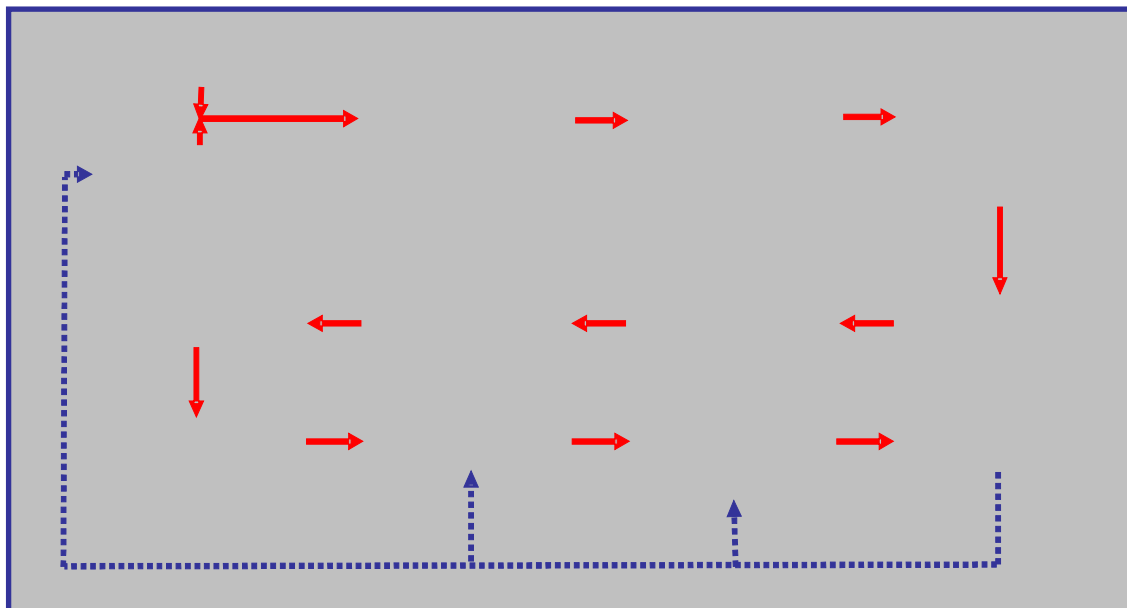


Figura 11: Fluxograma das etapas do Projeto de Inventariação

Fonte: BRASIL, 2005, p.9

A responsabilidade do projeto-piloto está sob dez instituições de ensino superior que possuíam, na época, bacharelados em Turismo, reconhecidos pelo Ministério da Educação, com pelo menos uma turma formada. Cabe à PUC/RS a coordenação do processo entre as IEs e o MTur, mediante a assinatura de um protocolo de intenções propondo a viabilização do estudo em nível regional e financiamento parcial da implantação. A figura 12 evidencia a seleção das IEs e dos municípios a serem inventariados:

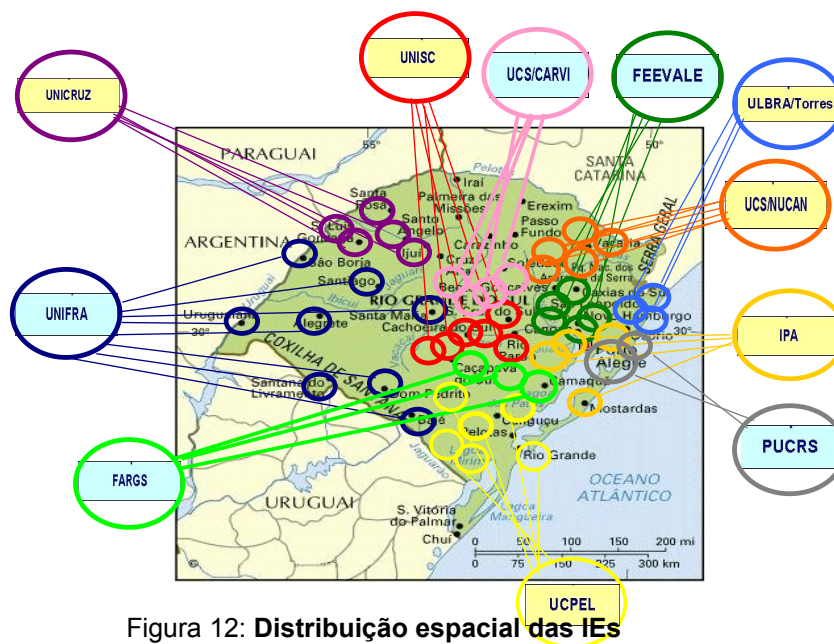


Figura 12: Distribuição espacial das IEs

Fonte: BRASIL, 2005, p.14

### 3.1.3.2 Projeto-Piloto e a experiência do Rio Grande do Sul

O Programa de Inventariação da Oferta Turística - Projeto Piloto/RS iniciou-se com o convite em março de 2005 e com a assinatura do termo de adesão em abril do mesmo ano. O convênio foi firmado entre o MTur e a PUC/RS, entidade centralizadora do programa e representante das IES participantes do projeto. A PUC/RS se responsabilizou em fazer um termo de adesão com as demais IES, sendo que 50% do valor a ser pago pela inventariação seria entregue no momento da assinatura do termo, e os outros 50% na entrega do inventário.

Além disso, o projeto-piloto deveria inventariar 127 municípios, a fim de obter uma metodologia para ser utilizada em âmbito nacional e desenvolver um protótipo do sistema operacional informatizado (banco de dados) para inserção das informações coletadas pelo instrumento de pesquisa.

O projeto permitia remanejar, mas não adicionar municípios; num convênio, que envolveu as seguintes universidades: UNIFRA, UNISC, FEEVALE, UCS, IPA, FARGS, UNICRUZ, PUCRS, UCPEL e ULBRA, no valor de R\$ 102.900,00, em média R\$ 1.094,68 para cada município inventariado. Ficou estabelecido que o trabalho seria realizado em duas etapas: 1) laboratório – pesquisa em fontes já existentes; 2) pesquisa de campo, para posteriormente inserir as informações coletadas num sistema que geraria um banco de dados.

O MTur solicitou que a inventariação priorizasse os municípios que já participaram do Salão Nacional do Turismo e os municípios que o Fórum Regional de Turismo apontou como potenciais. Devido às dificuldades de identificar os municípios de participaram desse evento, relatados principalmente pela falta de cooperação da SETUR/RS, coube a IES de cada região estabelecer que municípios serão priorizados para inventariação, levando em conta os critérios: operacional, jurídico, financeiro, institucional e político.

Para construção e discussão de melhorias do projeto-piloto, foram realizadas reuniões periódicas, as quais tentavam não espaçar mais de um mês sem reunir o grupo. Esses encontros reuniam os representantes das IES, os gestores do projeto e excepcionalmente algum representante do MTur.

Na reunião de 13 de janeiro de 2006 foi apresentado o seguinte panorama dos municípios inventariados: UCS com 17 municípios inventariados; UNIFRA com 10 municípios; IPA com 3; UNISC com 4; FEEVALE com 1 município finalizado

(mais 2 em andamento) e FARGS com 1 município.

Com base nos relatos da IES, projetou-se o número de professores, alunos e opções das áreas de ensino adotadas pelas IES para viabilizar os seus projetos pedagógicos frente ao Programa de Inventariação Turística. Somando os dados das IEs, naquela época, eram 21 professores e 219 alunos e as áreas de Extensão, Laboratório de Formação Profissional, Estágios em Órgãos Públicos de Turismo, disciplinas de Planejamento e Organização do Turismo II como possíveis opções alternativas para as práticas da Inventariação Turística.

No cronograma inicial do projeto-piloto, a entrega dos inventários estava prevista para outubro de 2006, mas até junho desse ano não haviam sido entregues os inventários de 30 municípios, conforme mostra a tabela 1. Pelos dados dessa tabela, verifica-se que a UNIFRA, a UCS (NUCAN e CARVI), a IPA, a FARGS e a PUCRS terminaram o processo nos municípios sob sua responsabilidade; a FEEVALE e a UFPel ainda faltam inventariar 4 e 3 municípios respectivamente; e a UNISC e a UNICRUZ não entregaram qualquer inventário finalizado. Isso sugere que 5 IES engajaram-se totalmente, 2 engajaram-se parcialmente e 2 não se engajaram no projeto-piloto.

Tabela 1: **Relação atual dos Inventários Turísticos**

<b>INSTITUIÇÃO DE ENSINO</b>	<b>MUNICÍPIO</b>	<b>STATUS</b>
<b>UNIFRA</b>	<b>AGUDO</b>	FINALIZADO
	<b>DONA FRANCISCA</b>	FINALIZADO
	<b>FAXINAL DO SOTURNO</b>	FINALIZADO
	<b>ITAARA</b>	FINALIZADO
	<b>IVORÁ</b>	FINALIZADO
	<b>JAQUARI</b>	FINALIZADO
	<b>MATA</b>	FINALIZADO
	<b>NOVA ESPERANÇA DO SUL</b>	FINALIZADO
	<b>NOVA PALMA</b>	FINALIZADO
	<b>PINHAL GRANDE</b>	FINALIZADO
	<b>RESTINGA SECA</b>	FINALIZADO
	<b>ROSÁRIO DO SUL</b>	FINALIZADO
	<b>SANTA MARIA</b>	FINALIZADO
<b>SANTIAGO</b>	FINALIZADO	



	<b>ANTÔNIO PRADO</b>	FINALIZADO
	<b>CARLOS BARBOSA</b>	FINALIZADO
<b>IPA</b>	<b>TRIUNFO</b>	FINALIZADO
	<b>MONTENEGRO</b>	FINALIZADO
	<b>TAQUARA</b>	FINALIZADO
	<b>IGREJINHA</b>	FINALIZADO
	<b>TRÊS COROAS</b>	FINALIZADO
	<b>GUAÍBA</b>	FINALIZADO
	<b>GRAVATAÍ</b>	FINALIZADO
<b>FARGS</b>	<b>SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA</b>	FINALIZADO
	<b>CARAÁ</b>	FINALIZADO
	<b>OSÓRIO</b>	FINALIZADO
<b>UNICRUZ</b>	<b>IJUÍ</b>	
	<b>ENTRE IJUÍ</b>	
	<b>CORONEL BICACO</b>	
	<b>GIRUÁ</b>	
	<b>HORIZONTALINA</b>	
	<b>AJURICABA</b>	
	<b>CATUÍPE</b>	
	<b>CONDOR</b>	
	<b>CRISSIUMAL</b>	
	<b>PANAMBI</b>	
	<b>PEJUÇARA</b>	
	<b>QUINZE DE NOVEMBRO</b>	
	<b>ESPUMOSO</b>	
	<b>SELBACH</b>	
	<b>CRUZ ALTA</b>	
	<b>SANTO AUGUSTO</b>	
<b>AUGUSTO PESTANA</b>		
<b>PUCRS</b>	<b>PORTO ALEGRE 01</b>	FINALIZADO
	<b>PORTO ALEGRE 02</b>	FINALIZADO
	<b>PORTO ALEGRE 03</b>	FINALIZADO
	<b>PORTO ALEGRE 04</b>	FINALIZADO
	<b>QUARAÍ</b>	FINALIZADO
	<b>SANTANA DO LIVRAMENTO</b>	FINALIZADO
	<b>URUGUAIANA</b>	FINALIZADO
	<b>VIAMÃO</b>	FINALIZADO
<b>UCPEL</b>	<b>PELOTAS</b>	
	<b>RIO GRANDE</b>	FINALIZADO
	<b>SÃO LOURENÇO DO SUL</b>	FINALIZADO
	<b>SANTA VITÓRIA DO PALMAR</b>	
	<b>PIRATINI</b>	
	<b>JAGUARÃO</b>	FINALIZADO
<b>CAPÃO DO LEÃO</b>	FINALIZADO	



	<b>SÃO JOSÉ DO NORTE</b>	<b>FINALIZADO</b>
<b>ULBRA/Torres</b>	<b>TORRES</b> <b>TRÊS CACHOERINHAS</b> <b>TRAMANDAÍ</b> <b>CAPÃO DA CANOA</b>	
<b>TOTAL DE MUNICÍPIOS</b>	<b>105</b>	
<b>EM ANDAMENTO</b>	<b>30</b>	
<b>FINALIZADOS</b>	<b>75</b>	

Fonte: PUC/RS, 2007

Em um dos encontros, foi apresentado o documento Manual de Capacitação para Docentes, de autoria de Leandro de Lemos, um dos gestores do projeto, destinado a instrumentar as práticas de investigação de campo entre professores, alunos e comunidades locais responsáveis, pelo mapeamento turístico dos municípios. Esse manual, em sua última versão, seria entregue juntamente com o *software* para cada IES. Porém, as equipes relataram que o MTur não o enviou.

O projeto-piloto Inventário da Oferta Turística está organizado da seguinte forma: apresentação, classificação da oferta, formulários, glossário e bibliografia. A oferta é classificada em atrativos turísticos, serviços e equipamentos turísticos e infra-estrutura de apoio ao turismo, com um conjunto de formulários para cada um desses itens, assim codificados:

**A. Atrativos Turísticos**

- A1 Formulário 1 – Atrativos Naturais;
- A2 Formulário 2 – Atrativos Culturais;
- A3 Formulário 3 – Atividades Econômicas;
- A4 Formulário 4 – Realizações Técnicas, Científicas e Artísticas;
- A5 Formulário 5 – Eventos Programados.

**B. Serviços e Equipamentos Turísticos**

- B1 Formulário 6 – Serviços e Equipamentos de Hospedagem;
- B2 Formulário 7 – Serviços e Equipamentos de Alimentação;
- B3 Formulário 8 – Serviços e Equipamentos de Agenciamento;
- B4 Formulário 9 – Serviços e Equipamentos de Transportes;
- B5 Formulário 10 – Serviços e Equipamentos para Eventos;
- B6 Formulário 11 – Serviços e Equipamentos de Lazer e Entretenimento;
- B7 Formulário 12 – Outros Serviços e Equipamentos Turísticos.

### C. Infra-Estrutura de Apoio ao Turismo

C1 Formulário 13 – Informações Básicas do Município;

C2 Formulário 14 – Meios de Acesso ao Município;

C3 Formulário 15 – Sistema de Comunicações;

C4 Formulário 16 – Sistema de Segurança;

C5 Formulário 17 – Sistema Médico-hospitalar;

C6 Formulário 18 – Sistema Educacional;

C7 Formulário 19 – Outros Serviços e Equipamentos de Apoio.

Os formulários têm de 3 a 9 páginas e, neles, solicita-se o preenchimento de cabeçalho, identificação e informações/características gerais. Todas as categorias dos formulário A e B têm espaço para descrição. A maioria das categorias inclui questões sobre sustentabilidade, com exceção dos formulários: A1 Atrativos Naturais, A2 Atrativos Culturais e C2 Meios de Acesso ao Município. Entre outros itens do formulário de Atrativos Turísticos estão: acesso, facilidades e proteção; no formulário de Serviços e Equipamentos Turísticos, o item serviços e equipamentos; e no Infra-Estrutura de Apoio ao Turismo, informações complementares, somente para alguns itens, e administração, aspectos legais e contexto geral para a categoria C1 Informações Básicas do Município.

Outro resultado do projeto-piloto seria o sistema informatizado desenvolvido pela PUC/RS as demais IES, prometido para entrar em funcionamento em julho de 2006. Porém, em outubro de 2006, devido à falta de funcionalidade do sistema apresentado, foi necessária autorização para que as IES enviassem os dados finais do inventário em *word*. Além disso, os representantes das IES encaminharam o levantamento das dificuldades na alimentação das informações e das necessidades de ajustes ainda no protótipo do sistema. Paralelamente ao sistema desenvolvido pela PUC/RS, o MTur lançou um outro sistema: o INVTUR, que não fez parte do projeto piloto; portanto, não será aqui focado.

O próprio modelo de Inventário sofreu diversas modificações com o amadurecimento do projeto, de forma pouco integrada e eficiente. Os *softwares* e os formulários têm campos diferentes, com inversões do item A por C, por exemplo; só o item B do formulário coincide com a versão do *word*. O *software* ou o formulário final de 2007, do projeto- piloto, é mais aberto em termos de descrição; mas não constam dele questões relativas à sustentabilidade.

Na última reunião de avaliação do projeto, realizada em novembro de 2006,

foram levantados como itens prioritários: oferecer bolsa aos alunos; propor formas de capacitação de professores e alunos; melhorar a divulgação /comunicação do projeto; aprimorar a metodologia de trabalho, a partir das questões dos formulários; criar um modelo tutorial; definir uma hierarquia administrativa entre IES / secretarias municipais / entidades privadas; tornar o inventario uma estratégia de planejamento para os municípios.

Destaque-se que o projeto-piloto Inventariação da Oferta Turística Rio Grande do Sul é estudado como um todo, mas analisa-se, em particular, o trabalho desenvolvido pela PUC/RS, IPA, FARGS e FEEVALE, face a questões de tempo e espaço. Têm-se, assim, 3 IES que terminaram o projeto em todos os municípios, e uma IES que terminou o projeto parcialmente, como mostrado anteriormente na Tabela 1.

A FARGS trabalhou com os alunos do grupo de extensão, que eram voluntários no Laboratório de Turismo da universidade, uma vez por semana e durante 4 horas, e com os alunos matriculados na disciplina de Planejamento e Organização do Turismo I. Ambos os grupos participaram das reuniões e das saídas de campo. Foram inventariados os municípios de Santo Antônio da Patrilha, Caraá e Osório. O pequeno número de municípios inventariados foi justificado pelo fato de a FARGS ter uma estrutura pequena. A seleção dos participantes no projeto considerou como item primário a disponibilidade dos alunos em ter uma tarde livre na semana para dedicação ao mesmo. A universidade finalizou todos os municípios a serem inventariados e, no final, entregou um relatório de atividades.

A FEEVALE atuou com alunos da extensão, dos laboratórios, de estágio e da disciplina de Planejamento Turístico. Foram inventariados os municípios de Novo Hamburgo e Dois Irmãos, e ainda faltam 4 municípios. A IES não elaborou relatório nem estabeleceu critérios para a seleção dos alunos pesquisadores.

O IPA iniciou a pesquisa com um grupo de 6 bolsistas de extensão, mais um grupo que tinha um número flutuante de voluntários. Posteriormente, foram engajados os alunos das disciplinas de planejamento. A seleção dos bolsistas foi realizada com base na análise de currículo e entrevista. Taquara, Igrejinha, Três Coras, Triunfo, Guaíba, Gravataí e Monte Negro fazem parte dos municípios inventariados por esta IES.

A PUCRS inventariou Porto Alegre, Viamão, Santana do Livramento, Uruguaiana e Quaraí. Os alunos que trabalharam no projeto foram os matriculados

na disciplina de Estágio I e alguns de Estágio II. Os alunos do Estágio I tinham o inventário como tarefa da disciplina, portanto obrigatório, a não ser que o aluno comprovasse que não teria como participar. Já no Estágio II, dividido em categorias, quem tivesse escolhido a categoria “planejamento turístico” voltava a trabalhar com inventário, daí ser inserido no projeto. Outros alunos trabalharam como voluntários no Labtur da Universidade. A IES também elaborou um relatório com as considerações dos professores e alunos.

## 3.2 EVIDÊNCIAS DAS PRÁTICAS METODOLÓGICAS DO INVENTÁRIO DA OFERTA TURÍSTICA

### 3.2.1 Visão de alunos e professores

Para obtenção dos dados apresentados a seguir, além das citadas entrevistas com 15 pessoas-chaves, entre elas alunos, professores e gestores do processo, foram utilizados os documentos do Projeto Inventário da Oferta Turística (relatórios, atas, projetos), bem como o material coletado na observação da autora. Foram elaborados dois roteiros de entrevista, um para os professores e outro para os alunos, sendo as 5 primeiras perguntas idênticas em ambos, a 6ª questão da entrevista dos alunos e a 6ª e 7ª dos professores exclusivas para cada um.

Quando questionados se a **metodologia do Inventário Turístico acompanhou os avanços na construção do Turismo como um fenômeno social complexo**, a maioria dos professores (80%) acredita que não. Por parte dos alunos, não se obteve respostas comuns, ou seja, todos responderam de forma diferente. Durante as entrevistas, percebeu-se a dificuldade dos alunos em interpretar e responder essa questão, pois poucos se mostraram à vontade para respondê-la.

A alta incidência de respostas negativas deu-se em razão de os professores acreditarem que não houve metodologia. Eles afirmaram que somente foi trabalhada a aplicação da ferramenta, sem maiores cuidados com os procedimentos metodológicos. Relatam os entrevistados:

Acredito que não se teve metodologia. Acho que dá pra ter um avanço na aplicação, só que a metodologia, na minha visão, não existiu.

Na minha avaliação, esse novo formulário está melhorado para dados mais específicos sobre a sustentabilidade, mas ele ainda é uma ferramenta. Eu não poderia dizer que só a ferramenta do inventário está contribuindo. Hoje, só a ferramenta, eu avaliaria que não.

Não tem como responder que sim, pois, na verdade, não tem uma metodologia do inventário.

Apesar de ser um novo instrumento de inventariação, os pesquisadores avaliam que ele não atende as demandas do Turismo contemporâneo, por reproduzir a estrutura dos antigos formulários, mapeando, mais uma vez, atrativos, equipamentos e serviços turísticos, infra-estrutura, mas o aspecto humano não é contemplado.

Assim, percebe-se a concepção do Turismo como indústria ainda bem presente nas pesquisas. Os formulários fechados, baseados no empirismo e em dados quantificáveis, apontam para uma ênfase no caráter mecanicista do Turismo, dentro de uma concepção economicista.

O distanciamento da comunidade e a falta de mobilização dessa e dos poderes locais foi uma das críticas ao projeto. Nas entrevistas, foi declarado o seguinte:

“A gente não faz nenhum tipo de trabalho junto com a comunidade, se a gente quer tratar o turismo como um fenômeno e não como uma indústria, a gente precisa contemplar o aspecto humano”.

Muitos concluíram que o Turismo como um fenômeno social complexo não é a tônica do Inventário, já que ele considera somente aspectos estruturais e físicos. O estudo foi reduzido a conceitos e categorias limitadas, que não abrangem o sujeito turístico.

O inventário deveria servir de ferramenta para o desenvolvimento do Turismo como um todo, não somente economicamente. Parafraseando Luis Fernández Fuster, que contraria o paradigma econômico e inclui o elemento humano, são os homens que se deslocam e não as mercadorias. Portanto, a metodologia deve ser capaz de estabelecer relações entre as diversas abordagens. Essas relações, na verdade, são tecituras difíceis de registrar, mas a metodologia precisa aplicar-se a uma realidade complexa, não perdendo a idéia de unidade, mas valorizando a especificidade.

Em relação a que **tipo de conhecimento constrói a metodologia expressa nos instrumentos do Inventário Turístico**, na avaliação dos professores, grande parte das respostas concentram-se nas categorias “complexo”, “disjuntivo” e “simplificado”. Essa pergunta tinha várias opções de resposta, organizadas em duas

colunas. Na primeira, as opções eram: parcelado, disjuntivo, mecanicista, objetivo e simplificado. Na outra, era: complexo, dinâmico, subjetivo, sistêmico e outros. O que se observou, na compilação das respostas, foi que as opções da primeira coluna foram as preferidas (60%). Nessa questão, encontrou-se um ponto em comum nas respostas de professores e alunos: ambos acreditam que o instrumento utilizado leva à construção de um conhecimento complexo. Entre as respostas dos alunos, contabilizaram-se: 20% complexo, 20% mecanicista, 30% sistêmico e 30% entre as outras categorias.

Na avaliação dos entrevistados, pode-se identificar a vertente da ciência moderna ainda muito presente na construção desse conhecimento, conforme declaração: “[...] essa informação muito mecânica, de preencher o formulário, deixa algumas informações mais aprofundadas de fora [...]”. O pensamento cartesiano que pregava a disjunção e a simplificação do pensamento é citado nas passagens a seguir:

Ele não vai pegar, nem um pouco, o aspecto sistêmico, ele tem duas questões que são mais subjetivas, ou a subjetividade vai aparecer no estado de conservação de uma estrada (boa, regular ou ruim), mas tirando isso ele é bastante parcelado.

Simplificado / reducionismo dos dados devido a tipologia dos formulários que não estavam adequados ao objeto de levantamento.

Lembra-se, aqui, que a concepção de ciência desta investigação é o questionamento sistemático, diretamente relacionado com o instrumental e a qualidade metodológica. Logo, se o instrumento não permite a construção metódica e sistemática, levando a construção de um conhecimento parcelado, disjuntivo, mecanicista, objetivo e simplificado, como se pode tratar o Turismo como um fenômeno social complexo?

“Deveríamos ter um espelho inicial descrevendo o município, a partir da concepção sistêmica do Turismo”, comentou um dos professores, quanto à falta de concepção holística na metodologia do inventário.

Para Galileu, a visão era de um mundo mecânico, unificado, determinista e quantitativo, essa é a visão que ainda não foi rompida na construção do conhecimento em Turismo. O conhecimento parcelado impede a concepção sistêmica do Turismo. Volta-se a citar a idéia de Morin (2002), segundo a qual é preciso substituir o pensamento que isola e separa por um pensamento que distingue e une.

Outra redução bem comum no Turismo é entendê-lo dentro dos paradigmas

clássicos da economia, reduzindo-o a objeto de consumo no sistema econômico. Redução também identificada por meio dos discursos a seguir: “entre os problemas encontrados estava a certeza na escolha dos nomes e códigos das atividades econômicas na hora de preencher os espelhos”; essa foi uma das principais reclamações dos alunos. “Na realidade, ele é setorizado, porque me parece que ele foi concebido por economistas”, crítica um dos professores.

Essa redução desqualifica o fenômeno anulando a percepção da totalidade, sua complexidade e seu tratamento sustentável, inter-relacionando o econômico, o cultural e o social.

Quanto ao questionamento se o **Inventário Turístico permite apreender a objetividade/subjetividade do Fenômeno Turístico ou se limita a descrever o dado empírico**, professores e alunos concordaram que o inventário se limita a descrever o dado empírico (80%). Apenas um professor afirmou que ele apreende a objetividade/subjetividade do fenômeno; um aluno concordou com as duas opções.

O grupo dos professores acredita que a metodologia demonstra a tentativa de apreender objetividade e subjetividade, mas o encaminhamento dado no formulário e sua construção deixam a desejar: “Se limita a descrever o dado empírico. Tem muitos equívocos por falta de metodologia”.

No entendimento dos entrevistados, “A utilização do inventário é uma coisa muito ampla. Então, ele não pode ficar só no objetivo, também tem que permitir o subjetivo”. Nessa passagem, lembra-se do paradigma simplificador, no qual Morin (2002) expõe que a ciência objetiva, quantificável, formulável, mensurável elimina o elemento humano, desconsiderando seu lado subjetivo, essencial para entendimento das complexidades vivas do dinâmico sistema turístico.

Muitas são as reclamações, e muitos são os equívocos por falta de metodologia. Professores e alunos comentaram que, na tentativa de abarcar tudo, houve muita “confusão” ao preencher os formulários. Além disso, a descrição ostensiva de dados empíricos prejudica a pesquisa, principalmente na hora de passar para o formulário: “este se prende muito ao espaço físico”. Por falta de espaço para expressão dos aspectos subjetivos, chegam a sugerir o aumento do número de caracteres dos campos “observações complementares” e “descrição do atrativo”.

Defendendo a concepção de uma ciência que compreenda a complexidade dos fenômenos, inclui-se, no estudo dessa, o sujeito como essência dos fenômenos

sociais. Sendo assim, o Turismo, como um fenômeno baseado no encontro entre visitantes e visitados, desencadeia diversas atividades no campo objetivo e subjetivo. Entender o Turismo como um processo de auto-realização humana, cuja troca de experiências conduz a uma perspectiva mais humana não é tão fácil. Porém, o que se identifica no relato dos participantes do projeto é um distanciamento dos sujeitos do Turismo.

Não descreve, só aborda. Na verdade não faz uma pesquisa, faz um levantamento de dados. Porque na pesquisa tu tens que interagir com a comunidade.

Nos, pesquisadores, fomos a campo, e tivemos contato com a comunidade. Então, dentro desse ponto, ele permitia a gente ir muito mais além do que a ferramenta permitia. Por haver um campo que era informações complementares / informações adicionais, ali a gente conseguia disponibilizar esse tipo de informação, era uma coisa que a gente buscava a mais, para tentar agregar alguma coisa na ferramenta, não ser somente um levantamento de dados.

Observa-se, na análise anterior, a referência à lógica mecânica na metodologia do inventário, podendo compará-la à falta de subjetividade, principalmente por parte do sujeito pesquisador. “[...] a ferramenta, permite e contempla o lado somente objetivo da atividade turística e os elementos físicos que a compõem [...]”. “Assim tu não permites a subjetividade que é o olhar de quem vive no lugar”. A metodologia não rompe a paradigma contemporâneo de distanciamento dos sujeitos. O objeto científico não existe sem a presença do sujeito (pesquisador, comunidade local, visitante) e a presença desse é mais do que suficiente para marcar a subjetividade do fenômeno turístico. No relato dos entrevistados, percebe-se o esforço para romper a lógica mecanicista:

A gente vem trabalhando (para além dessa metodologia) aquelas observações que são bem subjetivas e o quanto isso muda na avaliação de um e de outro. Um exemplo é o acesso, que pode ser precário sobre o ponto de vista mais logístico, mas para o ambiente é atrativo, ambientado para aquela cultura. E como tu vai trabalhar isso no planejamento, sem caracterizar tu corre um risco.

No pensamento de Demo (2005), os cientistas são seres humanos, e todo o ser vivo não se reproduz apenas mecanicamente, mas constrói e reproduz objetivamente e subjetivamente dentro de um contexto histórico cultural.

Em relação à metodologia do Inventário Turístico, **se esta compreende a dinâmica do real pesquisado ou é um modelo abstrato-formal**, a maioria dos professores respondeu de forma negativa. Para eles, essa não compreende a dinâmica do real pesquisado ou é um modelo abstrato-formal. Apenas um professor respondeu que não concorda com nenhuma das opções. Já os alunos estão



divididos nas suas respostas, pois 50% afirmam que não compreendem e 50% ou compreendem parcialmente ou não souberam responder.

Frente a um fenômeno complexo como o Turismo, é necessário uma metodologia complexa capaz de apreender a dinâmica deste sistema. Conforme Demo (2005), a metodologia não deve exceder o rigor metodológico para não sobrar realidade; nem carecer de rigor, para não faltar realidade. É válido apostar num caminho de análise da realidade muito mais dialético.

Na metodologia do inventário, a intencionalidade é essa: do real pesquisado, mas nem sempre apreende... o objetivo inicial é que se conseguisse formatar ou formalizar todas informações de forma – igual para todo Brasil. Me parece que aí rompe o real pesquisado, que é a especificidade também.

A padronização dos instrumentos de pesquisa e a intenção de aplicar a mesma metodologia para o Brasil inteiro foi uma crítica unânime, por parte de professores e alunos, permanecendo a sugestão de se criar metodologias regionais. Apesar da padronização ser necessária para a migração das informações para um banco de dados nacional, tal concepção limita a coleta das especificidades, do próprio diferencial de cada localidade.

...já que se quer criar um banco de dados nacional... para criar parâmetros, tem que enquadrar, e no momento que enquadra, a gente perde muito daquilo que, às vezes, é característico do regional. A ferramenta que a gente está aplicando, que está muito impessoal, muito objetiva.

Nesta investigação, entende-se que a metodologia pertinente é aquela capaz de situar qualquer informação em seu contexto e, portanto, buscar o contexto histórico-social-cultural da localidade. A realidade social é dinâmica, dialética e complexa, contudo a metodologia também deve ser complexa.

Reforça-se a necessidade de se contextualizar, de criar categorias de análise historicizadas, pois o que se percebe na metodologia do inventário é que essas são modelos adaptados de metodologias internacionais, advindas de países desenvolvidos, os quais, às vezes, têm pouca ou nenhuma semelhança com a realidade dos países em desenvolvimento, especificamente o Brasil. Foi dito: “Tinham coisas que contemplavam bem e outras que ficavam a desejar, por ser um modelo adaptado de outro inventário”. Mesmo dentro do panorama nacional, fica a pergunta: como tratar diferentes realidades brasileiras, dentro da multiplicidade cultural, geográfica, econômica do país, com uma mesma metodologia?

O alcance da realidade complexa do Turismo ainda não foi absorvida pela metodologia do projeto em análise. A excessiva utilização do método quantitativo, imposta pela visão economicista do fenômeno, e a falta da pesquisa qualitativa

também foram falhas identificadas pelos entrevistados.

Quando questionados sobre se os **métodos utilizados no Inventário Turístico preocupam-se com as competências dos pesquisadores na construção de uma abordagem científica do objeto turístico**, 100% dos professores e alunos afirmaram que não houve essa preocupação no projeto. Porém, algumas universidades tiveram a iniciativa de selecionar e capacitar os pesquisadores.

Ficou claro que não houve preocupação com a competência dos pesquisadores. Poucas universidades os selecionaram por perfil, mas praticamente não houve tempo de estudar o projeto, nem de desenvolver as capacidades investigação requeridas para tal.

No início, o grupo gestor indicou que haveria uma capacitação para professores e alunos. Porém, o convênio foi firmado tardiamente, e os inventários deveriam ser entregues logo em seguida, o que tornou inviável uma ação nesse sentido. As orientações para os alunos-pesquisadores foram as seguintes, na sua maioria:

Leiam o material e a gente discute.

Os professores mandaram a gente lê todo o glossário e a parte de apresentação do inventário, mas a maioria não leu. A maioria das pessoas não sabe os conceitos de turismo.

Nós fomos aprendendo com a prática. A professora chegou a solicitar uma apresentação/capacitação do projeto, mas não foi atendida.

Os professores comentaram que os alunos, em nenhum momento, foram motivados. Somente uma universidade ofereceu bolsa de pesquisa, mas não foram todos os pesquisadores contemplados. Para o restante, disse o entrevistado, “foi ‘imposto’ que eles fizessem em troca de um certificado”. Na avaliação dos próprios alunos, “muitas pessoas entraram no projeto só para cumprir horário, não tiveram o comprometimento com a conclusão do mesmo”. Esses fatos podem demonstrar um certo descuido para com a qualidade dos pesquisadores para atendimento ao projeto.

Poucos percebem o Inventário alinhado a uma metodologia complexa. A leitura mais comum é a de um instrumento essencialmente empírico, que qualquer profissional pode fazer. Essa visão pode gerar problemas, pois a visão aberta de que “qualquer um pode fazer” pode induzir a “criações” particulares, principalmente se se considerar a pouca ou a falta de motivação dos alunos para a pesquisa, por

exemplo. No relato de um professor, percebem-se lacunas em relação ao preparo dos pesquisadores:

Foi utilizado o método da investigação empírica. O inventário tu não faz apenas com um olhar, tem que fazer vários, eu acho que faltou tempo e oportunidade para que as pessoas se preparassem para ter esse olhar. Acho que tem que ter mais preparo, muito mais campo, ficar mais tempo para desenvolver essas competências e habilidades.

Para análise da outra parte da pergunta, **construção de uma abordagem científica do objeto turístico**, foram utilizados os critérios de qualidade formal e política apresentados no capítulo anterior.

Os professores avaliaram que há uma falta de coerência nos instrumentais de inventário: “na hora de preencher fica meio confuso, porque eles repetem alguns dados, algumas categorias não estão muito claras. Existem algumas categorias que, de acordo com as áreas que elas vêm, estão erradas”. A investigação identificou que todas as instituições tiveram problemas graves com as classificações, informações do glossário e nomenclatura.

Há um descuido na construção do dado do inventário, os alunos estão preocupados somente em preencher o formulário. Foi dito: “No meu ver... ele não tem esse entendimento que os pesquisadores devem estar articulando essas informações de forma complexa”. O que acarreta a ausência de sistematicidade, ou seja, não há um esforço de tratar o tema amplamente, num todo.

A consistência da pesquisa ficou prejudicada pela carência de fundamentação nas respostas. Os pesquisadores explicaram que muitas pessoas se isentavam ou não queriam se identificar, por não saber ou não ter certeza das suas respostas. Isso pode estar diretamente ligado aos problemas metodológicos da pesquisa, impossibilitando a apreensão da realidade da maneira mais próxima possível, e das limitações de coerência.

Em outro depoimento, também pôde-se mapear essas dificuldades: “As perguntas que estão no inventário não estão bem formuladas, algumas são bem interessantes, mas existem algumas de difícil entendimento. Muitas não tinham nenhuma relação com o estabelecimento”. O esforço da objetivação não é alcançado no momento em que não é possível tratar a realidade como ela é.

O trabalho do Inventário tenta ser original, como ver-se-á com base nas inovações no item 3.3 de análise da superação metodológica. Mas ainda está parecendo uma reprodução das antigas metodologias. Descreveu-se, no projeto,

que ele tem como base as metodologias da OMT/CICATUR/ OEA, sendo, assim, uma imitação de modelos antigos e não reconstruídos para a realidade brasileira.

Quanto aos critérios políticos, esses não negam os formais, como coerência, sistematicidade, originalidade e objetivação, e sim buscam combiná-los. Porém, o que normalmente ocorre é um esquecimento dos critérios políticos, ainda herança do modernismo, que propunha a objetividade e neutralidade na ciência.

Na politicidade, o sujeito é sempre presente no estudo do objeto científico. Lembrando Demo (2005), na concepção dialética, os critérios políticos são naturalmente inerentes ao processo de produção científica, e como os sujeitos são os produtores desse processo, tem-se como resultado um produto histórico-cultural.

Infelizmente, como comentado anteriormente sobre a negação dos critérios políticos, ainda há pesquisadores que acreditam que a ciência é produzida somente pelos critérios formais, impedindo a inserção do sujeito. A reprodução da fala de uma professora deixa isso bem claro: “O inventário tem informações não confiáveis, que não são cientificamente comprováveis, por que são as leituras das pessoas”.

Será que os pesquisadores contemporâneos ainda acreditam que somente é científico o conhecimento baseado em fórmulas matemáticas, que podem ser mensurais e apresentados em estatísticas? É bem provável que sim. A metodologia do inventário não explode esse pensamento, não consegue estudar o Turismo como um objeto de uma complexa trama de elementos e interações, fruto de um sistema aberto, regido por sujeito e produtos históricos.

Aparentemente, há alunos entre os pesquisados que pensam de maneira diferente de seus professores. Quando questionados sobre a construção de uma abordagem científica do objeto turístico, concordaram que o “[...] projeto não priorizou isso, pois a abordagem científica do objeto turístico é algo complexo, onde estará envolvida a comunidade, que é o principal elemento da atividade, onde não é abordada [...]”, relatou uma das alunas.

“A metodologia não existe”. Essa foi a frase mais repetida entre os entrevistados. Mas como é possível construir uma abordagem científica do objeto turístico se não houve uma metodologia?

Aceitando como científico o estudo que segue o método científico, o projeto não tem suas bases metodológicas bem estruturadas. O que caracteriza o inventário do projeto é a aplicação dos formulários sem uma maior preocupação com a metodologia da pesquisa. Dentro desse panorama, as IEs tentaram se organizar:

Nos procuramos sentar com eles e discutir. Assim como, a reflexão e a análise dos formulários, tentando criar um passo além da simples aplicação de uma ferramenta. Porém, eu não sei até que ponto isso foi feito ou se é possível, porque a metodologia, em si, ela não existe, existe a ferramenta.

Com relação à última pergunta da entrevista dos alunos, sobre **a experiência vivenciada no Projeto Piloto da Inventariação da Oferta Turística, se esta possibilitou aprender sobre a importância da pesquisa para o turismo**, 100% dos pesquisadores responderam que “sim”.

Partindo da concepção atual de ciência, como uma investigação constante, em contínua construção e reconstrução, a pesquisa apresenta-se como instrumento fundamental para construir conhecimento. Por isso, aqui ressalta-se a importância da pesquisa não só como procedimento para construção de conhecimento, mas também como processo de aprendizagem.

A experiência proporcionada aos alunos do projeto cumpriu o seu papel de formação. Um dos alunos comentou que “a experiência valeu muito! Um pouco complexo, mas serviu como aprendizado”. Os alunos, durante o período do projeto, desenvolveram o questionamento sistemático de forma crítica e criativa, aprendendo a desconstruir, construir e reconstruir conhecimento.

A academia conseguiu, mesmo que parcial e tardiamente, aplicar a dialética da teoria e prática. A partir da prática proporcionada pelo projeto, os alunos, à luz da teoria, reconstruíram conhecimento. “Eu acho que deu para vivenciar bastante a questão da pesquisa, deu pra gente desenvolver várias coisas, identificar erros na ferramenta e propor modificações nela, tentando que ela fosse melhorada”, relatou um entrevistado.

“Conseguimos aprender sobre a importância da pesquisa. Nessa experiência, nós conseguimos ver mais do que a aparência da cidade, formando um olhar crítico”. Através das entrevistas e da observação, verificou-se que a lógica da ciência moderna, firmada em normas rígidas e na busca pela verdade, está sendo rompida. Na lógica contemporânea, o conhecimento científico tem como base o questionamento, a crítica, a incerteza, a busca por saber mais através da essência do fenômeno e não pela aparência.

Na sexta questão da entrevista dos professores, exclusiva para eles, perguntou-se se **a metodologia utilizada no Inventário Turístico coleta os dados necessários para embasar o Planejamento Sustentável do Turismo**. As respostas ficaram equilibradamente divididas: 33,3% responderam sim, 33,3% não,

e 33,3, parcialmente. A maioria lembrou **algum projeto/plano turístico que tivesse utilizado o inventário nas etapas de elaboração do mesmo**, mas nem sempre as lembranças eram boas ou representavam efetivamente a utilização do inventário.

“Se tivesse uma metodologia mais adequada, certamente poderia”, relatou um dos professores, sobre a possibilidade de o inventário coletar os dados necessários para embasar o planejamento sustentável. Isso aparentemente supõe que a metodologia utilizada ainda está muito ligada ao conceito ultrapassado de indústria turística apresentado por Molina (2005). Nesse sentido, o planejamento não transcende o aspecto meramente econômico. A seguir, outro relato que não foge ao conceito:

[...] com base para o planejamento turístico do município, não. Acho que o inventário está funcionando muito mais como uma apropriação daquilo que são bens e serviços, infra-estrutura, daquilo que está disponível no município do que potencialidade.

Reforçando a idéia do parágrafo anterior, a metodologia direcionada para a apreensão somente de aspectos físicos, quantitativos e economicamente mensuráveis não permite um planejamento de transcendência humana, capaz de organizar as relações dinâmicas entre o ambiente natural, cultural, econômico e social.

Identificou-se, durante a pesquisa, a falta de percepção da utilização do inventário para o planejamento, conforme comentários dos alunos exemplificados a seguir: “Me decepcionei quando em alguns encontros as pessoas de outras universidades comentavam que isso não iria servir para nada”. Talvez esse modelo de inventário sirva para um tipo de planejamento centralizado, mas não se revela suficiente a um planejamento sustentável, dentro da concepção sistêmica de Turismo.

A falta dessa leitura teórica no turismo, enquanto campo de conhecimento. Eles não percebem a importância do inventário... uma vez... um aluno foi fazer um trabalho no município, por solicitação da própria prefeitura. Esse aluno lembrava do inventário e solicitou o mesmo para a prefeitura, mas eles não achavam, não achavam. Até um dia em que abriram um armário, e lá num canto, estava o inventário atirado. Concluo que as pessoas não sabiam o que aquilo realmente era.

Sendo o Turismo um sistema aberto e dinâmico, a metodologia do inventário também deve ser igualmente aberta e dinâmica, evitando o uso de categorias tradicionais. O inventário deve ser uma ferramenta compatível com uma concepção de planejamento como um processo contínuo, permanente e dinâmico. Caso

contrário, o inventário não cumprirá a sua efetiva função de embasar o planejamento e sofrerá o mesmo fim do relato acima.

A participação da comunidade também é papel fundamental para o planejamento sustentável. Retomando a idéia de Beni (2006) e Pessoa (1988), a participação é essencial para a sustentabilidade e sucesso do planejamento. A ação interativa pode possibilitar a melhoria da qualidade de vida das pessoas. Porém, essa é uma das grandes falhas do projeto. A falta de tempo, de recursos, de apoio do poder público e principalmente de metodologia ocasionou um distanciamento da comunidade local. Relatam alunos e professores:

O processo de divulgação do projeto junto aos municípios escolhidos, muitos não sabiam que haviam sido escolhidos. A equipe da universidade tem que ter apoio dos funcionários da prefeitura (pessoal local) falta de engajamento das prefeituras, falta de parceria, a falta de apoio técnico e logístico não foi possível construir cumplicidade.

Não, pois no decorrer do formulário os dados que buscam ser analisados e coletados, são dados físicos, números e estruturas, não há espaço para inserção da comunidade para buscar a sustentabilidade, esta que precisa da colaboração de todos para o desenvolvimento planejado a longo prazo.

Interagir com a comunidade de forma direta não, porque a gente não fez muita pesquisa de campo, foi mais pela internet.

Eu não sei se foi a experiência que nós tivemos aqui, que foi muito complicada, que não deu tempo, mas ele não permite interagir.

No Turismo, no qual o principal elemento é o humano, como inventariar atrativos, equipamentos e serviços sem incluir a comunidade? O Planejamento está diretamente ligado às condições sócio-históricas de cada comunidade. O inventário precisa de articulações com essa, para pesquisar dados quantitativos e qualitativos capazes de apoiar um planejamento sustentável. Da mesma forma, por articulações assim, a comunidade pode ser sensibilizada quanto à importância do trabalho e compreender que a sua participação é indispensável. Entre os relatos dos sujeitos pesquisados, tem-se: “Não sei se coleta os dados necessários, mas muitos são importantes, mas a questão é da confusão da categoria de sustentabilidade, e em alguns momentos, o uso exagerado dessa palavra, porque tudo ali era sustentável”.

O projeto inova no sentido de incluir questões sobre sustentabilidade. Com certeza há um grande mérito, por parte dos pensadores do inventário, ao elaborar uma metodologia de inventário já utilizando um conceito bem recente e complexo como esse. Mesmo com muitas reclamações e utilizada, às vezes, de forma equivocada, a pesquisa fundamentada na sustentabilidade se torna indispensável nos tempo atuais.

Afirmaram os professores: “percebo que mesmo sem metodologia, algumas planilhas se preocupavam em trazer a tona algumas questões sobre sustentabilidade”. Mas em seguida completaram: “[...] chamo atenção também, pois em muitos momentos de forma equivocada”.

Os entrevistados enfatizaram muito as dificuldades com questões ligadas à sustentabilidade. Essas não estavam num contexto no instrumento, sendo tratadas de forma separada na última parte, além de serem perguntas muito técnicas e pouco ligadas à realidade local.

Na avaliação dos professores, **o Inventário Turístico do Ministério do Turismo supera parcialmente (66%) as dificuldades e os limites metodológicos dos modelos anteriores**; os outros 34% acreditam que não supera.

Houve algumas inovações no novo modelo de Inventário. Entre as mais importantes citam-se: os instrumentos de pesquisa são mais completos, foram incluídas as questões sobre sustentabilidade, é necessária a participação de universidades e possibilitou a expressão de análises mais qualitativas, propõe um banco de dados informatizado.

Por outro lado, a metodologia apresentou muitos problemas na aplicação: fragmentação na hora de se construir a ferramenta; a condução foi muito falha; repetindo os limites de formulários de coleta formais, possibilitou ao pesquisador relatar as dinâmicas do real e, fundamentalmente, não utilizou a metodologia mais adequada. Resumidamente, foram essas as reclamações mais freqüentes dos pesquisadores.

“Eu não vejo ele como tendo superado dificuldades no sentido da sua complexidade, ele precisa de vários ajustes e retoques” disse um dos professores. Com certeza, o processo de inventariação deu um grande passo, mas ainda necessita de um modelo metodológico capaz de romper com o paradigma dos modelos anteriores. Precisa ser conduzido sob uma perspectiva mais dialética de inserção do sujeito histórico, para o entendimento de uma metodologia complexa.

### **3.2.2 Análise dos resultados da pesquisa**

Numa análise do todo da pesquisa, tem-se, como resultado, que 80% dos questionados sobre a metodologia do Inventário Turístico acreditam que essa não acompanhou os avanços da construção do Turismo como um fenômeno social complexo; 60% afirmaram que a metodologia expressa nos instrumentos do



Inventário Turístico constrói um tipo de conhecimento parcelado, disjuntivo, mecanicista, objetivo e simplificado; 80% avaliaram que o inventário se limita a descrever o dado empírico; 50% pensavam que uma metodologia do Inventário Turístico não compreende a dinâmica do real pesquisado; 100% afirmaram que os métodos utilizados no Inventário Turístico não se preocupam com as competências dos pesquisadores na construção de uma abordagem científica do objeto turístico; 66% avaliaram que o Inventário Turístico supera parcialmente as dificuldades e os limites metodológicos dos modelos anteriores. Quanto à questão sobre a metodologia utilizada no Inventário Turístico coletar os dados necessários para embasar o planejamento sustentável do Turismo, as respostas ficaram muito divididas: 33,3% responderam sim, 33,3% não, e 33,3, parcialmente.

Nesse panorama recheado de avaliações negativas sobre o projeto-piloto do Inventário da Oferta Turística, que delineia claras evidências sobre os limites da metodologia estudada, houve somente um aspecto apontado como positivo: 100% dos alunos responderam que a experiência vivenciada nesse projeto-piloto possibilitou aprender sobre a importância da pesquisa para o turismo.

O projeto-piloto, que deveria inventariar 127 municípios, a fim de obter uma metodologia para ser utilizada em âmbito nacional e desenvolver um protótipo do sistema operacional informatizado (banco de dados), para inserção das informações coletadas pelo instrumento de pesquisa, além de diminuir a meta para 105 municípios, só conseguiu inventariar 75, até o presente momento. Porém, não foi só em termos quantitativos que a metodologia do projeto deixou a desejar; a metodologia que deveria ser desenvolvida sequer recebeu uma maior preocupação por parte dos gestores.

O projeto-piloto teve como meta a validação metodológica do inventário para lançar um modelo para implementação em todo país. Essa é uma grande contradição, pois o próprio Programa de Regionalização busca o reconhecimento das diversidades e particularidades do país. Mas é impossível mapear os diferenciais dos “Brasis” com uma metodologia padrão. A metodologia do PNMT, por exemplo, também buscava uma forma única, nacional. Porém, em função de sua estrutura, complexidade e heterogeneidade, a oferta turística do Brasil não pode ser tratada como única. Bissoli esclarece que os itens do formulário podem ser alterados de acordo com a realidade e a necessidade do município a ser trabalhado. A metodologia deve trabalhar com a dinâmica do real pesquisado e não com o

excesso da rigidez do método. Beni considera que a oferta é composta e constituída de inúmeros elementos tangíveis e intangíveis e não de um só produto bem determinado. Para ele, a identificação da oferta é uma parte do SISTUR, o qual, por ser um sistema complexo, não aceita a simplificações do modelo metodológico para a pesquisa de oferta.

A metodologia e o protótipo de sistema do Inventário não estão de acordo com o escopo do projeto-piloto, pois não se conseguiu efetivamente disponibilizar um Banco de Dados do Sistema de Informações Turísticas do Programa de Regionalização. O armazenamento e a atualização dos dados se tornaram muito difícil e, às vezes, impossível, prejudicando a etapa seguinte de disponibilização dos dados para as instâncias governamentais e para o setor privado. Beni destacou a importância da implantação do SNIT, com abrangência em todo o território nacional, dentro do processo de planejamento. A informação é ferramenta fundamental para a sustentação da tomada de decisões,

Com o avanço tecnológico, Bissoli afirmou que abrem-se perspectivas de obtenção de dados confiáveis e ordenação da informação; a tecnologia da informação pode contribuir para o desenvolvimento da atividade turística. Nesse contexto, os sistemas de informação podem agilizar e facilitar de maneira eficaz o processo de planejamento turístico. A concepção de um banco de dados permite coletar, armazenar, processar, atualizar e interpretar informações, mas protótipo de sistema não conseguiu alcançar todas essas funcionalidades. Definitivamente, o sistema informatizado, que deveria facilitar o tratamento dos dados, não auxiliou muito além de trazer atrasos na entrega do projeto.

Desde 1977, no SNT, havia uma idéia parecida de metodologia de inventário, com a intenção de criar um sistema nacional de informações turísticas. Esse era organizado em categorias que, por sua vez, eram divididas em tipo e subtipos, organização e registro material das informações. Só que, naquela época, era em fichas e não em sistemas informatizados. No momento em que se pode dispor da tecnologia, facilitando a organização do sistema, ela parece não compreender a complexidade das informações turísticas. Além disso, a metodologia mais antiga já agregava registros gráficos e fotográficos em seu sistema, o que a atual metodologia não faz.

Para o Programa de Regionalização do Turismo, o sistema de informações é um dos elementos indispensáveis para a descentralização das políticas públicas e

sociais, e é uma ferramenta fundamental para apoiar o modelo de gestão descentralizada. Mas a própria metodologia do Inventário somente começou a ser pensada em 2005, quando o Plano Nacional de Turismo e a política de priorização dos 87 roteiros já estavam estabelecidas, ou seja, mais uma vez no Inventário, o sistema de informações turísticas não foi utilizado no processo de planejamento.

Dentro das diretrizes do Programa de Regionalização, para que a atividade turística cumpra o seu papel participativo e de inclusão social, foram destacados quatro princípios: participação, sustentabilidade, integração e descentralização, os quais são trabalhados de forma simplificada na metodologia de inventariação do projeto piloto. A experiência do Rio Grande do Sul deixou bem claro que não há um entendimento claro de sustentabilidade no turismo, nem por parte do poder público, nem pela comunidade, e que essa não está incluída de forma participativa. E como falar em inclusão social, sem destacar o aspecto humano e subjetivo na pesquisa de inventário?

De acordo com os conceitos da OMT, o Inventário Turístico é fundamental para que se conheça o espaço turístico de um país, para que se possa planejar sua ordenação e seu desenvolvimento. O projeto-piloto tinha o Inventário como instrumento base de informações, para fins de planejamento e gestão da atividade turística, apoiando, de forma descentralizada, a gestão e distribuição dessas informações, num Sistema Nacional de Informações Turísticas.

Desde a Metodologia do SNT, existem critérios para estabelecer os municípios a ser inventariados primeiramente. O RINTUR fugiu a esse critério, pois o município interessado em participar do PNMT devia preencher o formulário. Já a metodologia de Inventariação da Oferta Turística do PNMT não chegou a ser aplicada. No projeto-piloto, a orientação, não formal, era que fossem inventariados os municípios que participaram do Salão do Turismo 2005. Mas essa orientação não foi seguida, sendo eles selecionados de acordo com critérios que não fazem parte da Política Nacional de Turismo.

O RINTUR já previa criar parâmetros que permitissem estabelecer uma ordem de prioridade, para o direcionamento de investimentos e de ações de planejamento do programa. Posteriormente, a metodologia do Inventário da Oferta Turística também estrutura o inventário com a finalidade de registrar informações, para priorizar municípios para o desenvolvimento do Turismo. Essa metodologia já se aproxima muito do projeto-piloto, pois traz, em seus objetivos, adotar um

instrumento que permita sistematizar as informações; que fundamentem o planejamento estratégico e sustentável para o desenvolvimento do Turismo, através de um banco de dados que permita a disseminação, a consulta e a atualização das informações.

Além das etapas de pesquisa de gabinete, pesquisa de campo, avaliação e hierarquização dos atrativos turísticos levantados, identificados e classificados, informatização de dados, e disseminação das informações, precedia a aplicação do Inventário a transmissão de conhecimentos e o entendimento do método e da técnica do inventários, ou seja, essa metodologia se preocupou em qualificar e capacitar os pesquisadores.

Como já foi visto no referencial do primeiro capítulo, o planejamento é uma estratégia e um instrumento valiosos para orientar o sistema turísticos. No processo global de planejamento nacional, sua ação é exercida, em primeiro lugar, pela política e, numa etapa seguinte, seqüencial e concomitantemente, pelos programas constantes do planejamento.

Desde 1969, as diretrizes do PLANTUR reafirmavam a idéia de Sistema Nacional de Turismo. E em 1977, o documento da II Reunião do Sistema Nacional de Turismo apresentou os modelos do Sistema Integrado do Planejamento Turístico e do SNIT. Esse incluía o cadastro do Inventário e tinha como objetivo o levantamento das informações básicas para o planejamento. Isso leva a concluir que há muito vem se tendo de construir uma metodologia de levantamento de dados que, sistematizados, alimentarão o processo de planejamento no Turismo. Porém, ainda está sem muito resultado até os dias de hoje.

O PNMT inovou ao incluir as bases da sustentabilidade em seu processo de planejamento. Além dela, também adotou os princípios da descentralização, mobilização, capacitação e parcerias. Preocupou-se em elaborar uma metodologia aplicada à realidade brasileira, mas se contradiz ao estabelecer um modelo de gestão simplificado e uniformizado, além de implantar um padrão metodológico que pudesse ser aplicado em municípios com diferentes vocações turísticas.

Retoma-se, aqui, a crítica a redução da padronização da metodologia. O Plano Nacional de Turismo do MTur prega que a metodologia deve atuar como mecanismo instigador de processo criativos, resultando em novos produtos turísticos apoiados na regionalidade, genuinidade e identidade cultural do povo brasileiro. Porém, o que se analisa até aqui é que a metodologia utilizada não permite isso;

verifica-se a repetição de metodologias, extraídas de modelos exteriores, que não foram pensadas para a realidade brasileira, nem para o objeto do turismo.

Por um lado, o Plano Nacional de Turismo prega as soluções nos campos econômico-social, político e ambiental; por outro lado, reconhece o Turismo como mera atividade econômica que requer planejamento, pesquisa e informações consistentes. Dentro dessa concepção, o macroprograma 7, de Informações Turísticas, apresenta a necessidade de um sistema que avalie o impacto da atividade somente na economia. Como se realiza um planejamento consistente para o desenvolvimento sustentável do turismo com um sistema de informações turísticas redutor do fenômeno?

Por isso, concorda-se com Bissoli, no sentido de que é importante ressaltar o planejamento numa visão sistêmica, bem como os cuidados na escolha métodos, técnicas, tecnologias, equipamentos e materiais, na valorização da dimensão humana. E mais: o planejamento é um processo contínuo, permanente e dinâmico; quando expressado e representado em sua complexa totalidade, demanda um tipo de planejamento, de acordo com Beni, a que se agrega a palavra “integrado”, indicando, com isso, que todos os seus componentes devem estar devidamente sincronizados e seqüencialmente ajustados.

O planejamento não está desvinculado da Política de Turismo. A fase mais determinante do desenvolvimento do planejamento estratégico é a formação da Política de Turismo. E dentro do contexto histórico, a primeira vez que a palavra Turismo apareceu num documento oficial da União foi em 1959, mas somente em 1966, com a criação da Embratur e do Conselho Nacional de Turismo, surgiu a idéia de uma Política Nacional de Turismo. Desde seu surgimento até sua implementação, a Política Nacional de Turismo enfocou muito a indústria de Turismo, desenvolvimento econômico, a situação da balança de pagamento, a geração de riqueza, de divisas, de novos empregos. A Política Nacional de Turismo só veio a ser instituída no primeiro mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso, e também não fugiu muito ao modelo de indústria do Turismo e desenvolvimento econômico. Mas o que os autores diziam era que o Turismo só pode se desenvolver adequadamente, quando se dispensar, a ele, uma estrutura institucional apropriada, governamental ou semi-governamental.

Finalmente, em 2003, o Turismo ganhou um *status* de ministério, sem ter que dividir a pasta com nenhuma outra atividade, e sendo uma das grandes prioridades

de governo. E apesar do discurso político estar voltado para a redução das desigualdades regionais e sociais e de proporcionar melhores condições de vida para os cidadãos brasileiros, continua a ressaltar o enfoque econômico de geração de renda, emprego e o equilíbrio da balança de pagamentos. Com isso, menospreza aspectos capazes de conceber o fenômeno turístico como social e complexo.

### 3.3 POSSIBILIDADES DE SUPERAÇÃO METODOLÓGICA

Alguns pesquisadores, como Demo, Morin, Moesch e Beni, discutem a produção de conhecimento em relação à metodologia de pesquisa e apresentam alternativas para a reconstrução da concepção de Turismo, como alternativa ao desenvolvimento turístico, no contexto da prática social e complexa.

Como se relatou na análise da investigação do objeto proposto, a metodologia atual de pesquisa não consegue fazer uma análise dos conteúdos do objeto turístico nem tampouco explicar o fenômeno. A pesquisa no Turismo requer uma quebra de paradigma, onde passa a ter como base o questionamento sistemático como forma de construir o saber turístico. Portanto, vale discutir a possibilidade de um modelo de análise da realidade no sentido dialético, interdisciplinar e complexo.

Trata-se de pesquisar o fenômeno dentro de uma concepção de sistema aberto, subordinado às mudanças drásticas atreladas à cultura de cada época, do sujeito histórico, em que ele se insere e se constitui, numa complexa trama de elementos e interações.

Sugere-se que o conhecimento seja sempre de caráter inovador, adotando o questionamento sistemático como forma de construção crítica e criativa. Lança-se o desafio de se saber pensar um processo permanente de inovação. De acordo com Demo (2004, p.17), “[...] fazer ciência é na essência, questionar com rigor, na aceção precisa de atitude sistemática cotidiana, não de resultado esporádico, estereotipado, especial”.

Nesta proposta, destaca-se o elemento humano do Turismo e suas relações sociais, culturais, ambientais e econômicas, expressadas de forma dialética, para assim desvelar a sua complexidade. A realidade é entendida com a presença do sujeito, num mundo em que objetividade e subjetividade não estão separadas. Conforme Demo (2005, p.45),

Essa maneira de ver, desde que suficientemente dialética, visualiza a

interferência de critérios políticos como naturalmente inerentes ao processo de produção científica, ao lado das pretensões metodológicas, pois se essas fossem as únicas válidas, perderíamos de vista o fato de que os cientistas são seres humanos e de que ciência é produto histórico cultural também.

Sendo assim, a metodologia deve buscar combinar os critérios formais e políticos, de um conteúdo mais subjetivo, dinâmico e não-linear, que convive com o imprevisível que garante a dinâmica dialética e de incertezas. De acordo com Moesch (2004, p. 380):

[...] o objeto da ciência do Turismo, não o fato científico em si mesmo. Considera o objeto da ciência do Turismo como algo produzido na história humana, devendo ser compreendido quando estudado na sua processualidade, portanto de forma dialética e interdisciplinar.

Na lógica dialética, também se compreende, de acordo com Demo (2004), a relação entre teoria e prática, ou seja, de mútua necessidade e interdependência relativa. Importa reconhecer que, tanto a prática é necessidade da teoria, como a teoria é necessidade da prática, ainda que uma não se reduza à outra, porque possuem estruturas e movimentos diversos. O signo central da pesquisa é: “o questionamento sistemático crítico e criativo, mais a intervenção competente da realidade, ou o diálogo permanente com a realidade, em sentido teórico e prático” (DEMO, 2004, p.34).

A partir de uma abordagem dialética, aponta-se um modelo para obter as questões objetivas e subjetivas no conhecimento turístico, de aproximação de prática e da teoria, num esforço por uma compreensão da realidade histórico-social do Turismo. O fenômeno, na visão de sujeito histórico, deve ser compreendido não só por meio da dialética, mas também agregando interdisciplinaridade à construção de uma metodologia que dê conta das práticas turísticas.

A necessidade de romper os limites metodológicos da pesquisa requer, então, uma postura interdisciplinar. Conforme Demo (1997, p. 10), “A necessidade de interdisciplinaridade não provém apenas das deficiências do conhecimento científico ou de organização histórica de seu fomento, mas, sobretudo da realidade como tal”.

Morin (2000) discorreu sobre o conceito organizador de caráter sistêmico, que permitiu articular conhecimentos diversos (geográficos, geológicos, botânicos), formando a ciência ecológica, por exemplo. Essa pode, a partir desse paradigma, não somente utilizar os serviços das diferentes disciplinas, mas também criar cientistas policompetentes, com competência nos problemas fundamentais desse tipo de organização. No Turismo, não cabe apenas justapor conhecimentos, nem tratá-los de maneira isolada, mas integrá-los num sentido único e sistêmico. A

realidade é interdisciplinar.

Segundo Demo (2005), a pesquisa interdisciplinar é necessária porque o processo de captação não é linear, sendo este incompleto e deturpante, principalmente quando se reduz a realidade àquilo que os métodos melhor captam. A realidade como tal apresenta-se de forma complexa e multifacetada. Sendo assim:

A realidade dá o recado inverso do modernismo formalista: não é a realidade que tem que caber ns métodos, são estes que precisam saber captar a realidade, moldando-se a ela (DEMO, 2005, p.99).

O método deve ser pensado tendo como contexto a complexidade da realidade, avançando na compreensão de um todo orgânico. Um fenômeno social como o Turismo exige mais do que a mensuração de dados, e sim uma metodologia com maior flexibilidade para perceber a trama complexa do fenômeno em estudo. Para Demo (2005, p. 61), a permanente necessidade de construir e reconstruir conhecimento mostra a dinâmica complexa e natural desse processo. Para ele, é o caso “de dispensarmos a compleição como fim, porque é muito mais importante o ímpeto de inovar sempre[...]”.

Ressalte-se, aqui, a importância do cuidado metodológico, a fim de se investir na precisão conceitual e teórica, na competência do tratamento dos dados e da realidade como tal, sobretudo porque maturidade metodológica está embasada no saber definir ciência e postar-se diante do desafio da complexidade. De modo geral, o vazio metodológico reflete a falta de compromisso com a pesquisa.

Segundo Morin (1999), três teorias abalaram a rotina do paradigma da simplicidade, ou seja, o paradigma que coloca ordem no inverso e expulsa dela a desordem: a teoria da informação, em cujo universo a ordem e a desordem coabitam; a teoria da cibernética, na qual o princípio da casualidade linear é questionada, já que a causa age sobre o efeito e o efeito sobre a causa; a teoria dos sistemas, que sublinha não ser o todo igual à soma das partes.

Portanto, deve-se avançar para um entendimento mais dinâmico capaz de reconstruir as categorias complexas que formam o fenômeno turístico na pós-modernidade. Busca-se no paradigma da complexidade o embasamento para o entendimento do Turismo como um sistema aberto e orgânico, de constantes trocas com o meio. Nesse panorama, Moesch (2004, p. 407) entendeu que o Turismo é “mais que a soma das partes do sistema. Um todo é mais que a soma das partes que o constituem”.

Deve-se apreender o Turismo no seu sentido global, original da palavra



complexo, isto é, o que é tecido junto. Pascal (apud MORIN, 2004, p.25) afirmou:

Sendo todas as coisas causadas e causadoras, ajudadas e ajudantes, mediatas e imediatas, e todas elas mantidas por um elo natural e insensível, que interliga as mais distantes e as mais diferentes, considero impossível conhecer as partes sem conhecer o todo, assim como conhecer o todo sem conhecer as partes...

Assim, entende-se que a pesquisa em Turismo deve apoiar-se no paradigma-sistema de Morin, (2001), por ser complexo, obrigando a reconstruir conceitos que incitem a busca de novas categorias historicizadas, logo, requerentes de uma abrangência de análise social; deve-se articular o todo com as partes, movidas por condições objetivas e subjetivas.

O Turismo e sua complexidade ontológica, impõe uma nova forma de pensar, um novo paradigma para seu entendimento. Rompe, como fenômeno pré-fasante da globalização, com a concepção simplista, retalhadora, cartesiana de seu objeto, portanto, ao buscarmos no paradigma da complexidade um sustentáculo axiológico para seu entendimento, construímos a possibilidade de apreendê-lo como um fenômeno social complexo (MOESCH, 2004, p. 461)

Para Demo (2005), não se pode confundir complexidade com caos, pois ela trata de uma ordem complexa, não linear e irreversível. O conhecimento, porém, precisa habituar-se a estilos mais flexíveis de ordenamento, pois a realidade “quadrada” é somente lógica, irreal. O próprio conceito de complexidade induz um modo mais generoso de ver: não se pode reduzir complexidade a questões simples.

O real do Turismo é um sistema (SISTUR) de inter-relações complexas de seus conjuntos – relações ambientais, da organização estrutural e das ações operacionais. Dinâmica de um fenômeno pós-moderno, em que o protagonista é o sujeito, numa concepção do todo biológico, do histórico, geográfico, psicológico, economista, sociológico, entre outros; seja como produtor ou consumidor da prática social turística.

O ensino e a pesquisa em Turismo também devem comprometer-se com o entendimento de um fenômeno complexo, na busca de desenvolver uma atividade mais humana. A ciência faz-se através da complexidade do humano e não de um perfeito acordo entre o racional e o real. Conhecer o humano não é separá-lo do universo, mas situá-lo nele.

A par do caráter inovador na construção de conhecimento, adota-se a atitude de pesquisa no uso e produção de instrumentações eletrônicas. Para Demo (2004), produção e uso de meios eletrônicos são expedientes magníficos para resgatar espaço cada vez maior para a pesquisa. Todos os conteúdos de modo mais informativo podem ser gerenciados eletronicamente, aumentando sua

disponibilidade.

O exemplo vivo dessa promessa está no desenvolvimento rápido e convincente da informática. Os sistemas de distribuição de informações turísticas já utilizam o que há de mais avançado em termos de tecnologia. Tem-se, como exemplo, os sistemas de passagem aérea, de hotelaria, e no âmbito governamental, foi desenvolvido o CADASTUR, um sistema de internet que tem como finalidade possibilitar o cadastro de empresas prestadoras de serviços turísticos, entre outros serviços turísticos.

De acordo com Bissoli (1999), a administração pública de países como Estados Unidos e Canadá já utiliza a informação conectada em redes para promover e divulgar a sua oferta turística. O resultado de uma pesquisa realizada nos Estados Unidos, em 1997, mostrou que um dos tópicos mais procurados na internet era o de viagens.

Com isso, percebe-se a necessidade de inovar nos métodos e ferramentas utilizados na pesquisa da oferta turística, já que os meios de distribuição se mostram informatizados. O Inventário, como um instrumento de levantamento de dados, deve usar novos meios para apreensão da informação, em todas as suas formas: texto, estatísticas, sons, imagens fixas, imagens animadas. As fichas de papel podem passar para o meio eletrônico desvelando maiores detalhes na essência da oferta turística. Assim, os recursos da informática são uma ferramenta essencial para o apoio à pesquisa.

Já a organização curricular, de acordo com Demo (2005), parece pouco adequada às complexidades pós-modernas. A academia deve dar um tratamento sistêmico, orgânico e interdisciplinar em seus estudos e análises, sabendo lidar com as incertezas e a lógica inovadora do conhecimento. Na concepção de Demo (2005, p.65), “a teoria precisa, pois, admitir necessariamente o choque com a realidade, não só para validar-se relativamente, mas sobretudo para poder continuar aberta a inovação”.

Moesch (2004), na busca de uma síntese provisória, indicou, a título de uma concepção complexa, para a educação turística, os seguintes construtos pedagógicos: a) caminhar decididamente para uma ciência do Turismo, o que significa rejeitar o Turismo como indústria e negócios e avançar no determinismo empírico economista de suas abordagens; b) compreender a complexidade do fenômeno turístico como um campo teórico interdisciplinar; c) pesquisar

constantemente, para aumentar o interesse pelo conhecimento relativo à profissão; d) rejeitar o pluralismo que se confunde com parcelamento, divisão, fratura de um mesmo todo; e) rejeitar desvios tecnicistas, como se o Turismo exercesse o espaço de simples parcela de um todo mais vasto e mais complexo; f) romper com o conceito dado de Turismo e com técnicas de planejamento turístico, na busca de um modelo único; g) rejeitar o normativismo conceitual definido pelos organismos internacionais do Turismo, depurado de elementos epistemológicos e axiológicos; h) abandonar os métodos que apreendem o fenômeno como objeto factual e positivista, pois há problematização nem ruptura com o pré-estabelecido; i) reivindicar a criação de cursos e faculdades de Turismo; j) atualizar permanente através da participação em eventos socializadores de conhecimento, sobretudo em cursos de mais longa duração; k) manter uma postura de auto-avaliação, ou seja, a capacidade de questionar com sinceridade e modéstia; l) desenvolver uma visão complexa sobre o fenômeno turístico, com enfoques relacionais e integrados, uma formação geral e propedêutica; m) discutir e refazer qualidade, sendo qualidade tributo humano; n) trabalhar em equipe, sem desfazer a importância da competência individual, em particular da especialização; o) desenvolver a teorização das práticas, pois a competência sempre renovada alimenta-se também da capacidade de questionar-se a prática, a rotina de trabalho; p) assinalar que a ciência do Turismo também merece um estatuto epistemológico, com a mesma dignidade das demais ciências.

Saber pensar e aprender a aprender são habilidades cruciais do pesquisador que deve ter:

a capacidade de avaliar processos complexos, ter visão globalizada, estabelecer relações matricializadas, acompanhar as inovações, visualizar sua participação no todo, depende do espírito crítico que a formação geral lhe proporcionou e da volta constante à teorização... (DEMO, 2004, p.29).

A questão do ensino e da pesquisa do Turismo deve desenvolver a lógica do contexto, do histórico, do humano. Educar os pesquisadores para recuperar o humano, a dimensão subjetiva, a essência da pesquisa, a partir de uma inteligência capaz de perceber o contexto e o complexo. Considerar que a aptidão para contextualizar e integrar é uma qualidade humana fundamental que deve ser desenvolvida.

Para Morin (2004), a reforma do pensamento exige a reforma da universidade, incluindo a reorganização para a união multi e interdisciplinar em torno

de um núcleo organizador sistêmico. A academia deve preocupar-se em desenvolver pesquisadores com aptidão para organizar o conhecimento, o ensino, da condição humana, a aprendizagem do viver, a aprendizagem da incerteza, a educação cidadã. O conhecimento deve resultar de um novo ponto de partida: o humano.

Deve-se considerar o objeto da ciência do Turismo como algo produzido na história humana, relacionando as diferentes partes de sua constituição em um todo orgânico, de forma dialética e interdisciplinar. A realidade deste fenômeno, sua prática social, exige uma nova forma de produzir conhecimento, conjugando objeto, teoria, método e a prática.

Ao se retomar a construção de conhecimento turístico, centra-se na vinculação entre a teoria e a prática, fundada na práxis humana, histórica e dinâmica, por isso social. Aqui se encontra a razão de entender o Turismo como um sistema aberto e orgânico, que mantém contínuo processo de relações dialéticas, de interdisciplinaridade, de historicidade, de conflito e colaboração dos seus produtores e reprodutores.

Nesse contexto, é necessária a utilização de uma metodologia sistêmica de inventário, que permita um conhecimento mais profundo do complexo fenômeno estudado, possibilitando encaminhar novas práticas no planejamento sustentável (gestão de políticas públicas para o Turismo), cujo fim maior seja a melhoria da qualidade de vida e do bem estar das localidades.

O objetivo de uma intervenção pública é mudar a qualidade de vida da população beneficiária. Para Beni (2006), o planejamento permite orientar, racionalizar e acelerar o processo de mudança social que é bastante complexo.

Contudo, há necessidade de se entender esse processo de pesquisa de forma complexa, dentro de uma ação coordenada que reflita claramente seus benefícios socioeconômicos, culturais e humanos. O planejamento do Turismo deve entender as lógicas locais dentro de sua complexidade e buscar obter, nas formas sustentáveis, não só benefícios econômicos, mas também ambientais e sociais. Essa nova consciência assegura uma prática de desenvolvimento social, e não de mero consumo.

É sob essa ótica, de acordo com Beni (2006), que o planejamento oferece um novo modelo para as políticas governamentais, com estratégias concretas de intervenção corretivas, baseadas nos postulados interdependentes de eficiência

econômica, equidade social e prudência ecológica. Compõe-se, assim, o espaço turístico com seus elementos dentro de sua totalidade, expressando a dependência mútua entre as partes e o todo, num período determinado historicamente dentro do contexto e da participação social.

Construir novas práticas de pesquisa em Turismo requer um método que avance na concepção do que seria conhecimento na pós-modernidade; uma metodologia que investigue e contemple os múltiplos aspectos que compõem o fenômeno turístico, embasando o planejamento e auxiliando a definir políticas coerentes e realistas.

A dialética turística propõe uma contradição transformadora, dinâmica, histórica, subjetiva, que possibilite novas formas de investigação. Propõe-se um caminho metodológico que estabeleça, com maior propriedade, o campo teórico do Turismo, entendendo que a concepção sistêmica proposta vem ao encontro da essência de um fenômeno social complexo. Entende-se por maior propriedade a capacidade de apreender, do lugar, sua forma de mover-se e, assim, adequar os modelos-padrão de pesquisa a tais movimentos internos, que envolvem o social, o cultural, o político, entre outros.

## **AVANÇANDO NA CONCEPÇÃO DE TURISMO COMO UM FENÔMENO SOCIAL COMPLEXO: EVIDÊNCIAS FINAIS**

As problemáticas da metodologia do inventário da oferta turística aqui apresentadas, assim como suas alternativas são o início de uma reflexão. Tratando ciência como um processo vivo e dinâmico, sabe-se que o estudo dessa dissertação pode e deve ser questionado, desconstruído e reconstruído por outros pesquisadores. A metodologia de pesquisa do Inventário sofre com a problemática do paradigma da simplificação, não acompanhando os avanços na concepção de turismo como um fenômeno social complexo.

Os desafios do SISTUR, com uma abordagem orgânica, opõe-se à visão mecânica e simplificada, na qual o organismo é maior que a soma das partes. Destacou-se, dentro do SISTUR, a importância do planejamento e da estruturação adequada de uma política de Turismo para o desenvolvimento do fenômeno. Porém, a visão fragmentada e reducionista marcou as políticas e os planos na evolução do Turismo no Brasil.

A concepção sistêmica do Turismo não avançou em ações concretas para que viesse a funcionar dentro da lógica complexa de um sistema aberto. Isso se reproduz na metodologia de inventário da oferta turística. A metodologia da pesquisa de inventário por ser fragmentada, reducionista, a-histórica, mecanicista, seguindo uma lógica positivista, não compreende o complexo fenômeno que é o Turismo. A inadequação metodológica acarreta a impossibilidade de construção do dado científico, sem a base de dados necessária exigida no planejamento do turismo.

A partir desse cenário, propôs-se a ampliação da discussão sobre outras abordagens metodológicas do Turismo, com categorias menos rígidas, mais dinâmicas, subjetivas, participativas e sustentáveis, desvelando a complexidade do fenômeno estudado. Dentro dessa proposta, buscou-se, na teoria, a ressignificação de categorias, utilizando, para tanto, a metodologia dialética histórico- estrutural.

Para tanto, partiu-se da definição de Turismo como um fenômeno social complexo, palco das práticas sociais e das dimensões econômicas, culturais e ambientais, no qual se exige uma metodologia de inventário da oferta turística capaz de avançar na concepção sistêmica do fenômeno, compondo os seus elementos

dentro da sua individualidade e totalidade e embasando o planejamento do Turismo.

As categorias ressignificadas de “ciência”, “conhecimento científico” e “método”, analisadas a partir de autores como Demo (2004/2005), Morin (2002/2004), Köche (1997) e Moesch (2004), permitiram chegar ao conceito que se adotou nesta investigação. A ciência é um processo infindável de busca de conhecimento e de pesquisa, cujo diferencial é o questionamento sistemático. Ciência insinua um tipo mais sólido de conhecimento, sobretudo exigências de qualidade formal e institucional, de conhecimento metódico, dotado dos rigores do método. Na condição de princípio científico, a pesquisa apresenta-se como a instrumentação teórico-metodológica para construir conhecimento.

O Turismo exige do método mais que a mensuração de dados, e sim de um conteúdo mais subjetivo e dinâmico, porque a não-linearidade convive com o imprevisível que garante a dinâmica dialética e de incertezas. Podemos, assim, formalizar com maior flexibilidade e perceber a trama complexa do fenômeno em estudo.

A partir da análise de autores, como Molina (2005), Pessoa (1988) e Beni (1998/2006), adotou-se a definição de planejamento como um processo contínuo, permanente e dinâmico. A existência dessas condições prévias, historicamente definidas, representa elemento básico na conceituação da planificação, principalmente por suas implicações, no que se refere à dependência da planificação às condições sócio-históricas de sua formação. O planejamento oferece um novo modelo para as políticas governamentais, compondo o espaço turístico com seus elementos dentro de sua totalidade, e expressando a dependência mútua entre as partes e o todo, num período determinado historicamente dentro do contexto e da participação social.

No caso do Turismo, o conceito de planejamento não pode dissociar-se do conceito de sustentabilidade. O Turismo tem de ser pensado em sua amplitude, sendo considerado em todos os seus aspectos, incluindo as dimensões econômicas, sociais e ambientais. O planejamento sustentável do Turismo deve entender as lógicas locais dentro de sua complexidade e buscar obter, nas formas participativas, não só benefícios financeiros, mas ganhos significativos na qualidade de vida.

Entender o significado do Turismo como um processo de auto-realização humana e não de mero consumo, tanto por parte do turista como por parte do receptor, cuja troca de experiências conduz a uma perspectiva mais humana do

mundo social, é um dos novos enfoques que apresenta esse fenômeno.

Da análise das reflexões sobre os aspectos da produção de conhecimento turístico, em relação à metodologia de pesquisa do projeto-piloto do Inventário Turístico do MTur, percebeu-se que ainda há limites na metodologia que dão conta de conceber o Turismo como um fenômeno social complexo. Há uma interpretação que continua a ressaltar o enfoque econômico da atividade e, com isso, menospreza os aspectos não-lineares, de transcendência humana, capazes de reinventar Turismo.

O projeto-piloto do Inventário da Oferta Turística é exemplo das práticas contraditórias de pesquisa, que excluem os aspectos subjetivos e distanciam a relação do sujeito com o seu objeto. Na pesquisa com os participantes desse projeto, percebeu-se a fragilidade, a falta de comprometimento e a desconectividade entre pesquisa, projeto e Política Nacional de Turismo. As análises apresentadas no terceiro capítulo demonstram claras evidências dos limites da metodologia empregada e de seu efetivo uso para o planejamento do Turismo.

A vivência da autora em pesquisa de oferta e de demanda do Turismo e no planejamento do Turismo de Porto Alegre e, a partir de 2006, no MTur, movida pelas inquietações acadêmicas, originou a vontade de buscar alternativas de superação metodológica que possibilitem o planejamento, no qual seu fim maior seja a melhoria na qualidade de vida das comunidades locais. Da percepção da inadequação dos modelos de pesquisa da oferta turística, baseados nos modelos modernos, à análise do modelo interdisciplinar apresentado por Demo (2005), ou ainda de superação de teorias simplificadoras do Turismo pela teoria do paradigma da complexidade, apresentada por Morin (1999), mostram-se alternativas que representam o tratamento orgânico e sistêmico do fenômeno.

O objetivo, nesta investigação, foi analisar a qualidade científica e propor alternativas metodológicas para o Inventário da Oferta Turística, a partir da produção de um conhecimento turístico baseado num entendimento complexo do fenômeno. Pretendeu-se, ainda, sinalizar a necessidade de construção de metodologias de pesquisa que compreendam o Inventário como instrumento base de informação, capaz de subsidiar um planejamento sustentável do Turismo. Espera-se que essa reflexão possa contribuir para um planejamento turístico como uma prática social transformadora, buscando o bem estar das comunidades locais.

Ao sinalizar a necessidade de uma reconstrução metodológica de forma que



essa represente as relações dialéticas, dinâmicas, históricas, subjetivas, enfim, uma concepção complexa, entende-se que há muito por fazer no campo do Turismo. A reaproximação com o sujeito pode permitir um conhecimento mais profundo do complexo fenômeno estudado, possibilitando a geração de novas práticas de planejamento do Turismo, no qual seu fim maior seja a felicidade humana, expressa materialmente/objetivamente em tempos de fruição e prazer. Só assim o Turismo passará, no senso comum, de um objeto de consumo para uma prática social transformadora.

## BIBLIOGRAFIA

ACERENZA, Miguel Angel. **Administração do turismo: conceituação e organização**. Trad. Graciela Tabuske Hendges. Bauru: EDUSC, 2002

ANGELI, Margarita N. Barretto. **Planejamento e organização em Turismo**. Campinas: Papirus, 1991.

ABNT. Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 14.724, de dezembro de 2005.

ABNT. Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 10.520, de agosto de 2002.

ABNT. Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 6.023, de agosto de 2002.

BARRETTO, Margarita. **Manual de iniciação ao estudo do Turismo**. Campinas: Papirus, 1995.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Campinas: Papirus, 2000.

BENI, Mário. **Política e planejamento de Turismo no Brasil**. São Paulo: Aleph, 2006.

\_\_\_\_\_. **Análise estrutural do Turismo**. 2. ed. São Paulo: SENAC, 1998.

BISSOLI, Maria Ângela Marques Ambrizi. **Planejamento turístico municipal com suporte em sistemas de informação**. São Paulo: Futura, 1999a.

BISSOLI, Maria Ângela Marques Ambrizi. **CD-ROM Planejamento turístico municipal com suporte em sistemas de informação**. São Paulo: Futura, 1999b.

BRASIL. Ministério do Turismo (MTur); Secretaria de Políticas de Turismo. **Inventariação Turística Projeto-Piloto**: Rio Grande do Sul. Brasília, 2005.

BRASIL. Decreto N° 448, de 14 de fevereiro de 1992. Regulamenta dispositivos da Lei n° 8.181, de 28 de março de 1991, dispõe sobre a Política nacional de Turismo e dá outras providências. In: SENADO FEDERAL. **Legislação Republicana Brasileira**. Brasília, 1992. Disponível em: <<http://legislacao.planalto.gov.br/legislacao.nsf>>. Acesso em: 5 maio 2006.

BRASIL. Decreto N° 448, de 14 de fevereiro de 1992. Regulamenta dispositivos da Lei n° 8.181, de 28 de março de 1991, dispõe sobre a Política nacional de Turismo e dá outras providências. In: SENADO FEDERAL. **Legislação Republicana Brasileira**. Brasília, 1992. Disponível em: <<http://legislacao.planalto.gov.br/legislacao.nsf>>. Acesso em: 5 maio 2006.

BRASIL. Decreto N° 5.203, de 03 de setembro de 2004. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério do Turismo, e dá outras providências. In: SENADO FEDERAL. **Legislação Republicana Brasileira**. Brasília, 2004. Disponível em: <<http://legislacao.planalto.gov.br/legislacao.nsf>> . Acesso em: 5 maio 2006.

BRASIL. Decreto-Lei N° 55, de 18 de novembro de 1966. Define a política nacional de Turismo, cria o Conselho Nacional de Turismo e a Empresa Brasileira de Turismo, e dá outras providências. In: SENADO FEDERAL. **Legislação Republicana Brasileira**. Brasília, 1992. Disponível em: <<http://legislacao.planalto.gov.br/legislacao.nsf>> . Acesso em: 5 maio 2006.

BRASIL. Ministério da Indústria e do Comércio; Empresa Brasileiro de Turismo (Embratur). **II reunião do sistema nacional de Turismo**. Rio de Janeiro: Embratur, 1977.

BRASIL. Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo; Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur). Deliberação Normativa n. 385, de 28 de novembro de 1997 – Relação atualizada dos municípios prioritários para o desenvolvimento do Turismo. **Diário Oficial da União**. Brasília: Governo federal, 5/ dez.1 1997, p. 28872 – 28874, seção 1.

BRASIL. Ministério do Turismo (MTur). **Bases de dados**. Disponível em: <<http://www.Turismo.gov.br/index.html>>. Acesso em: 11 maio 2006.

BRASIL. Ministério do Esporte e Turismo; Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur). **PNMT 8 anos: retratos de uma caminhada**. Brasília: Embratur, 2002. Disponível em: <<http://www.pnmt.sc.senac.br/>> . Acesso em: 11 maio 2006.

BRASIL. Ministério do Turismo (MTur. Secretaria Nacional de Políticas. **Programa de regionalização do Turismo: Roteiros do Brasil**. Diretrizes Políticas. Brasília, 2005.

BRASIL. Ministério do Turismo (MTur). Secretaria Nacional de Políticas. **Programa de Regionalização do Turismo: Roteiros do Brasil**. Diretrizes Operacionais. Brasília, 2005.

BRASIL. Ministério do Turismo (MTur); Secretaria de Políticas de Turismo. **Projeto fortalecimento do Turismo regionalizado: Proposta de metodologia de inventariação da oferta turística a ser aplicada em âmbito nacional**. Brasília, 2005.

\_\_\_\_\_. **Plano Nacional de Turismo: diretrizes, metas e programas 2003-2007**. Brasília, 2003.

DEMO, Pedro. **Metodologia científica em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1980.

DEMO, Pedro. **Metodologia da investigação científica em educação**. Curitiba: Ibpex, 2005.

\_\_\_\_\_. **Conhecimento moderno sobre ética e intervenção do conhecimento**. Petrópolis: Vozes, 1997.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa e construção de conhecimento: metodologia científica no caminho de Habermas**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. 3.ed. ver. e ampl. São Paulo: Atlas, 1995.

DUVERGER, Maurice. **Método en las ciencias sociales**. Barcelona: Ariel, 1996

EMBRATUR. **Diretrizes do programa nacional de municipalização do Turismo**. Brasília: Embratur, 1998.

\_\_\_\_\_. **Inventário da oferta turística: metodologia**. Brasília: Embratur, 2001.  
ENDRES, Ana Valéria. O plano nacional de municipalização do Turismo e a constituição do conselho municipal de Turismo: em análise, Belém do Pará. **Veredas Revista Científica do Turismo**, Ano I, nº1, abr. 2002. Disponível em: <<http://www.universia.com.br/conselhomunicipade>> Acesso em: 11 maio 2006.

FUSTER, Fernandez. **Teoria y Técnica del Turismo**. 4.ed. Madrid: Nacional, Tomo I. 1974.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1987.

GOELDNER, Charles R.; RITCHIE, J.E Brent; MCINTOSH, Robert W. **Turismo: princípios, práticas e filosofias**. Trad. Roberto Cataldo Costa. 8.ed. Porto Alegre: Bookman, 2002.

GOIDANICH, Osvaldo. A saga do Turismo no Rio Grande do Sul. IN: FLORES, Hilda Agnes Hübner (org.). **Turismo no Rio Grande do Sul: 50 anos de pioneirismo no Brasil**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1993.

IGNARRA, Luiz R. **Fundamentos do turismo**. São Paulo: Pioneira, 1999.

JAFARI, Jafar. La cientifizacion del turismo. **Estudios y Perspectivas en Turismo** Buenos Aires: CIET, v. 3, n. 1, p. 7-36, 1994.

KOCHE, José Carlos. **Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa**. Petrópolis: Vozes, 1997.

KRIPPENDORF, Jost. **Desenvolvendo o turismo em harmonia com os seres humanos e o ambiente natural**. In: GASTAL, Susana; BENI, Mário; CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos. São Paulo: Contexto, 2002.

MASINA, Renato. **Introdução ao estudo do Turismo: conceitos básicos**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2002.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (org.). **Pesquisa social teoria, método e criatividade**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

MOESCH, Marutschka Martini. **A produção do saber turístico**. São Paulo: Contexto, 2000.

MOESCH, Marutschka Martini. **A produção do saber turístico**. São Paulo: Contexto, 2002.

\_\_\_\_\_. **Epistemologia social do Turismo**. 2004. 502f. Tese (Doutorado em Relações Públicas, Propaganda e Turismo). Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo.

MOLINA, Sérgio. **El pos turismo: de los centros turísticos industriales a las ludopolis**. México: Molina, 1998.

MOLINA, Sérgio. **Turismo: metodologia e planejamento**. Bauru: Edusc, 2005.

MORAES, Maria Cândida. C. **O paradigma educacional emergente**. Campinas: Papyrus, 1997.

MORIN. **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. Trad. Eloá Jacobina. 10ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

\_\_\_\_\_. **O método 3. O conhecimento do conhecimento**. Porto Alegre: Sulina, 1999.

\_\_\_\_\_. **Introducción al pensamiento complejo**. Barcelona: Gedisa, 2001.

\_\_\_\_\_. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez, 2001.

OMT. Organização Mundial do Turismo. **Bases de dados**. Disponível em: < <http://www.world-tourism.org/>>. Acesso em: 11 maio 2006.

PANOSSO NETO, Alexandre. **Fenomenologia do Turismo**. 2005. 181f. Tese. (Doutorado em Relações Públicas, Propaganda e Turismo). Escola de Comunicação e Artes. Universidade de São Paulo, 2005.

PESSOA, Enildo. **Planificação: a opção pelas classes populares**. Campinas: Papyrus, 1988.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL (PUCRS); Faculdade dos Meios de Comunicação. **Projeto de pesquisa programa piloto de aplicação da metodologia de inventariação turística**. Porto Alegre, 2005.

ROCHA, Jefferson. **Estratégia e Políticas de Incentivo a Agroecologia no Município de caxias do Sul: Uma Análise sob a Perspectiva de Reprodução Econômica, Social e Ambiental**. Caxias do Sul, 2005, Parte: Desenvolvimento Sustentável: desmitificando um axioma.

SESSA, Alberto. **Turismo e política de desenvolvimento**. Porto Alegre/Uniontur, 1983.

SILVA JÚNIOR, José Henrique da. **A política interna de Turismo no Brasil (1992-2002)**. Belo Horizonte: C/Arte, 2004.

SWARBROOKE, John. **Turismo sustentável: conceitos e impacto ambiental**. Trad. Margarete Dias Pulido. São Paulo: Aleph, v. 1, 2000.

TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi. Prefácio. In: BENI, Mário. **Política e planejamento de Turismo no Brasil**. São Paulo: Aleph, 2006.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

**ANEXOS**

**MODELO ROTEIRO DE ENTREVISTA DOS PROFESSORES****Nome:****Função:****Instituição:****Método:**

1. A metodologia do Inventário Turístico acompanhou os avanços na construção do Turismo como um fenômeno social complexo?
2. A metodologia expressa nos instrumentos do Inventário Turístico leva a construção de um conhecimento:  

<input type="checkbox"/> parcelado	<input type="checkbox"/> complexo
<input type="checkbox"/> disjuntivo	<input type="checkbox"/> dinâmico
<input type="checkbox"/> mecanicista	<input type="checkbox"/> subjetivo
<input type="checkbox"/> objetivo	<input type="checkbox"/> sistêmico
<input type="checkbox"/> simplificado	<input type="checkbox"/> outros. Quais?
3. O Inventário Turístico permite apreender a objetividade/subjetividade do Fenômeno Turístico ou se limita a descrever o dado empírico?
4. A metodologia do Inventário Turístico compreende a dinâmica do real pesquisado ou é um modelo abstrato-formal?
5. Os métodos utilizados no Inventário Turístico preocupam-se com as competências dos pesquisadores na construção de uma abordagem científica do objeto turístico?
6. A metodologia utilizada no Inventário Turístico coleta os dados necessários para embasar o Planejamento Sustentável do Turismo? Caso sim, você lembra de algum projeto/plano turístico que tenha utilizado o inventário nas etapas de elaboração do mesmo?
7. Na sua avaliação, o Inventário Turístico, do Ministério do Turismo, supera as dificuldades e os limites metodológicos dos modelos anteriores? Sim ou Não, Por quê?

**MODELO ROTEIRO DE ENTREVISTA DOS ALUNOS****Nome:****Função:****Instituição:****Método:**

3. A metodologia do Inventário Turístico acompanhou os avanços na construção do Turismo como um fenômeno social complexo?
4. A metodologia expressa nos instrumentos do Inventário Turístico leva a construção de um conhecimento:
  - ( ) parcelado
  - ( ) disjuntivo
  - ( ) mecanicista
  - ( ) objetivo
  - ( ) simplificado
  - ( ) complexo
  - ( ) dinâmico
  - ( ) subjetivo
  - ( ) sistêmico
  - ( ) outros. Quais?
8. O Inventário Turístico permite apreender a objetividade/subjetividade do Fenômeno Turístico ou se limita a descrever o dado empírico?
9. A metodologia do Inventário Turístico compreende a dinâmica do real pesquisado ou é um modelo abstrato-formal?
10. Os métodos utilizados no Inventário Turístico preocupam-se com as competências dos pesquisadores na construção de uma abordagem científica do objeto turístico?
11. A experiência vivenciada no Projeto Piloto da Inventariação da Oferta Turística possibilitou aprender sobre a importância da pesquisa para o Turismo Sim ou Não, Por quê?